

LUÍS VIANA FILHO

O GOVERNO CASTELO BRANCO



COLEÇÃO
DOCUMENTOS BRASILEIROS



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

CAPÍTULO XXV

A PRESIDENCIA

NA POLÍTICA, é a Presidência da República o ponto culminante. Entretanto, exercendo-a, há os que o fazem parecer mais alto. Talvez pela soma de poderes que enfeixa o Presidente, cuja imagem é a de um “deus todo-poderoso”, capaz do mal e do bem na medida em que o deseje, ela é extraordinariamente sensível, e reflete permanentemente concepções, atitudes e temperamento do seu ocupante. Para ela mantém o país os olhos voltados continuamente.

Ainda mal concluído o primeiro ano de Governo, Castelo Branco parecia sentir-se à vontade no cargo, que já perdera para ele os vezos de mistério, senão talvez os de apreensão e de temor. A continuidade do mandato o fizera desembaraçado, seguro no exercício do cargo. Vencera as dificuldades do começo, quando tudo é mais ou menos desconhecido, e tomara as rédeas do poder. Dir-se-ia tratar-se de veterano da política e da administração, tão depressa aprendera o novo ofício, ajustando-se à Presidência até formar com esta uma só imagem. Osvaldo Trigueiros, vendo-o pouco depois de haver assumido o Governo, conservou esta lembrança: “Desde o meu primeiro contato com o Presidente, tive a impressão de que ele exercia um ofício para o qual se preparara durante toda a vida.” Ele era o que escritores norte-americanos chamam “um presidente natural”, tal o desembaraço no exercício da função. Os imperativos do cargo libertavam-lhe as virtudes latentes, até então adormecidas. Agora, elas emergiam, e a Nação mostrava-se confiante sob a liderança do timoneiro vigilante, austero, firme e infatigável. Para grande parte do país fora o imprevisto. O ministro Gallotti, por exemplo, ouvindo-o discursar no Supremo Tribunal Federal, dois dias após haver assumido o Governo, não escondeu sua surpresa, diante dos conceitos que revelavam o estadista. Aos poucos, dentro daquele mundo de controvérsias, retalhado pelas paixões, imolado aos sacrifícios indispensáveis à recuperação e desenvolvimento, despontava um traço de esperança.

Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas), jornalista conhecido pela severidade das críticas, fez por esse tempo, no *Diário de Notícias*, apreciações bem significativas do inesperado êxito do Presidente: "O marechal Castelo Branco tem revelado neste breve período de governo *soi-disant* revolucionário extraordinárias qualidades de homem de Estado, que o indicam, sem a menor dúvida, como dos mais aptos no exercício da Presidência da República. Para muitos foi uma surpresa e uma revelação. Os que pensavam que a Revolução nos daria um chefe militar, um pouco perdido por entre os problemas da administração e da política — problemas irreduzíveis a termos de disciplina militar e criações bélicas — viram-se, pelo contrário, ante um esclarecido e completo chefe de governo, bem formado, bem orientado, além de perfeito conhecedor dos mecanismos do regime. Em suma, um presidente como poucos, realmente excepcional."¹ Castelo subira muito no apreço do país.

A ascensão, entretanto, custou alto preço. Inicialmente, o Presidente e seus auxiliares necessitaram adaptar-se à contingência de viverem num avião, entre o Rio e Brasília. Fora essa uma constante do Governo, pois, na época, não havia outro meio de administrar o país. Recebera-se apenas uma advertência da Aeronáutica, para que o Presidente, entre os meses de outubro a março, evitasse voar à tarde, por causa das turbulências da atmosfera. E extenso relatório deu conta dos inconvenientes, para a saúde, de mais de um pouso diário. Nem sempre esses avisos foram observados. Tornara-se o avião até oportunidade de repouso. O Presidente, por exemplo, nas duas horas e pouco consumidas entre a antiga e a nova capital, raramente deixava de recolher-se ao aposento a ele reservado, vestir o pijama, e dormir cerca de uma hora. O resto do tempo, usava-o em conversa descontraída, dispersa, com aqueles a quem convidava, especialmente ministros e parlamentares, com os quais trocava impressões sobre assuntos do dia-a-dia. Parecia deixar as preocupações em terra, tornando as viagens geralmente agradáveis. Creio que o único problema que surpreendeu o Presidente em pleno voo, de Brasília para o Rio, foi o da viagem do ex-presidente Peron à Argentina, com escala no Rio de Janeiro, e, possivelmente, Assunção. Pela madrugada, Juraci Magalhães, atendendo solicitação do embaixador da Argentina em Washington, telefonara ao ministro Vasco Leitão da Cunha, então na Assembléia Geral das Nações Unidas, transmitindo-lhe pedido do governo argentino para interceptar-se a viagem de Peron. Imediatamente, Vasco comunicara-se em Madri com o embaixador Câmara Canto, que, por acaso, assistira ao embarque. Confirmado o fato, pediu ao embaixador Antônio Castelo

¹ Pedro Dantas, in *Diário de Notícias* de 2-1-1965.

Branco, que respondia pela pasta do Exterior, levar ao Presidente a solicitação. Saíramos cedo de Brasília, e, a meio trajeto, através de um rádio, se expusera a questão ao Presidente, que teve de decidi-la sem demora, pois o avião da Iberia já pousava no aeroporto do Galeão. Interpretava-se a volta de Peron não apenas como restrita à opinião argentina, mas também como fonte de agitação na América do Sul, onde o comunismo, o brizolismo e o peronismo se davam as mãos, buscando conquistar alguma base. Ali mesmo o Presidente deu instruções no sentido do retorno do ex-presidente à Espanha, mas a decisão provocou agitações em Buenos Aires, onde peronistas queimaram o retrato de Castelo. Mais tarde, um jornalista norte-americano perguntou-lhe como reagira a esse protesto. Castelo, com bom humor, limitou-se a retrucar-lhe “*Tomara que tenha sido um [retrato] muito horrível que anda por aí.*” Aliás, não demoramos em receber a honrosa visita do agradecido chanceler Zavala Ortiz.

Durante o Governo, o Presidente continuou a viajar ininterruptamente, visitando mais de noventa cidades, em 976 horas de avião.

Um ano de experiência mostrou ser definitiva a rotina das viagens entre a antiga e a nova capital, embora se houvesse instalado em Brasília, no Palácio da Alvorada. Ali, ele colocara seus objetos pessoais, seus livros, seus discos e retratos, entre os quais ressaltava o de D. Argentina, que parecia ainda presente, tantas as vezes em que a recordava, discreto e afetuoso. Na realidade, essa ausência era a nuvem dos dias de viuvez. E ele costumava dizer que “*carregava uma tristeza.*”

No Alvorada, o Presidente ocupou o apartamento da ala direita, no andar superior, e, excetuado o expediente no Planalto, aí concentraria atividades e vagares. Estes eram breves, aliás, quase sempre reservados à leitura ou à audição de discos, clássicos geralmente. Quanto aos livros, eram os mais diversos, e revelavam a sua generalizada curiosidade intelectual. Não raro, surpreendia os auxiliares trazendo em mãos uma obra inesperada, como ocorreu ao indagar de Golberi quem eram Dias Gomes e Paulo Francis, respectivamente, autor e apresentador da peça *O Berço dos Heróis*, cujo tema lhe parecia fraco e demasiadamente já explorado no teatro.

Ao iniciar-se o Governo, Salvador Diniz, genro do Presidente, veio, enquanto procurava residência em Brasília, instalar-se com a família no Alvorada. Essa situação permitiu a Antonieta Diniz, a filha do Presidente, conhecida simplesmente como Nieta, tocar de alegria e bom gosto àquelas salas amplas, belas e frias. Seria, aliás, passageira essa estada na residência presidencial. Austero, de hábitos modestos, reservado, Castelo parece haver preferido submeter-se ao isolamento. Daí observar Osvaldo Trigueiros: “Homem de probidade insuspeitável, conduziu-se com circunspeção pessoal não ul-

trapassada por qualquer dos seus antecessores, nos velhos tempos. De seu Governo pode-se dizer, literalmente, que não teve copa e cozinha. Que me conste não empregou parente ou aderente... A filha casada, que fazia as vezes de primeira dama, morava numa casa de madeira, construída pela Novacap, num acampamento de construção." Para Castelo a severidade começava com ele próprio.

Também o trabalho era árduo e interminável. Em certo momento, apesar do vigor do Presidente, alguns familiares rezearam fosse excessivo. O prof. Pacheco e Silva, médico, pessoa da estima de Castelo, escreveu-lhe, sugerindo-lhe limitar as viagens, reduzir o trabalho, e não assumir maiores compromissos. "Nós, os seus amigos — dizia a carta — particularmente eu, como médico, estamos muito preocupados com o trabalho exaustivo a que o eminente amigo está se entregando." Certamente, nada estava menos nas cogitações do Presidente do que diminuir o ritmo de trabalho. Era este o fardo inerente ao presidencialismo, no qual a personalidade de cada Presidente revela indelevelmente a altitude com que é exercido o poder, se não o peso com que pode ser esmagado irremissivelmente. O presidente Truman considerou a Casa Branca "a melhor prisão do país." Uma comissão designada pelo segundo Roosevelt, para estudar o assessoramento do Chefe do Executivo, concluiu, possivelmente sem originalidade: "The President needs help." Realmente, toda a ajuda será pouca para o cargo a que chamaram "uma máquina de decisões", e definiram como uma súpula de poder e encargos. Lourival Fontes, com a experiência de Chefe da Casa Civil do Presidente Vargas, legou-nos estas impressões: "É muito difícil explicar e definir os poderes dimensionais da Presidência da República como instituição. É a maior soma de poderes sobre os ombros dum simples mortal. É um quase ditador mais do que um aprendiz de ditador... É o homem das linhas de fogo, do gosto das batalhas, do risco das emergências. É o homem forte sobrecarregado de vontade que precede, que marcha à frente dos acontecimentos, que resolve as situações de disputa, que leva nos ombros as responsabilidades das decisões, que conduz os conflitos na mais exposta das posições, que responde pela integridade, pelos direitos, pelos interesses da nação... Não há a matriz ou o retrato do poder presidencial. É o mais plástico, mais indefinido e mais incerto dos poderes governamentais... O Presidente é o pico solitário ou o porto seguro, seja ele ordinário ou excepcional. É ele que estende ou restringe o exercício ou a prática do poder."²

Mais ou menos idêntico conceito articulou o presidente Woodrow Wilson, para quem, "aceite ou não, o Presidente ocupa um lugar vital no sistema [presidencial], sendo a função a medida do homem,

² Lourival Fontes, *Missão ou Demissão*, Ed. José Olympio, 1961, p. 57.

da sua sabedoria, e também da sua força." Em Castelo, essa medida poderia dividir-se na fortaleza do ânimo, na prudência e na coragem das decisões, na retidão e no tato da liderança política. Eram o apatnágio do estadista, que, em curto prazo, se impusera aos olhos da Nação.

Em Brasília, onde os jornais chegavam tarde, o Presidente lia-os habitualmente antes de dormir. Lia-os quase todos, a maioria deles cheios de críticas ao Governo ou ataque ao Chefe do Executivo, a quem atribuíam maliciosas intenções, desde o propósito de perpetuar-se no poder até o desejo de impor soluções personalistas aos problemas políticos. Fazia então lembretes com anotações para, no dia seguinte, tomar providências ou buscar informações ajuizando da procedência de alguma reclamação. E antes da meia-noite, bem certo de não ter vindo ao Governo para agradar, mas para corrigir, recolhia-se tranqüilamente. O dia do Presidente começava com o sol. Após o café, servido pelo mordomo Antônio, cearense, exímio cozinheiro, passava os olhos pela súmula do noticiário, fornecida pela Secretaria de Imprensa, e, em seguida, surpreendia amigos, colaboradores e jornalistas com algum telefonema. Era o gosto da comunicação. Do inesperado dessas ligações presidenciais são abundantes os depoimentos. Corção confessou como, inopinadamente, ouvira a voz nordestina do Presidente a perguntar por ele ao telefone, para lhe dar contas de aspectos da reforma agrária. Também Hélio Beltrão evoca esse hábito do Presidente: "Quando [o Presidente] queria ver-me, costumava telefonar cedo, por volta das 7,30 da manhã, e fazia-o pessoalmente: *'Bom dia, doutor Beltrão, vim arrancá-lo da cama?'*" Num *robe-de-chambre*, o Presidente começava a despachar pilhas de processos, cujas páginas um ajudante-de-ordens abria pacientemente à assinatura de rotina. Era a interminável torrente de processos, somente diminuída após a Reforma Administrativa decretada no fim do Governo. Entre uma assinatura e outra, talvez para vencer o isolamento de Brasília, o Presidente usava o telefone. Certa vez, ao deparar um artigo de Tristão de Ataíde a quem admirava, mas cuja blateração contra o "terror cultural" jamais aceitou ou compreendeu, telefonara-lhe para comentar o que considerava dolorosa injustiça. De outra feita, lendo que a atriz Tônia Carrero, a quem aplaudia com freqüência, encabeçaria um memorial de protesto contra "arbitrariedades do Governo", apressara-se em perguntar-lhe sobre os motivos dessa atitude, havendo verificado tratar-se de mero boato, pois a própria atriz tudo ignorava. Assim, dividia-se entre os processos e o telefone. A verdade é que, ao contrário de Vargas, de quem se diz não ter usado o telefone, ele o utilizou intensamente. "Talvez não haja exagero em dizer-se — observou Osvaldo Trigueiros — que ele teve no telefone um dos instrumentos que

mais contribuíram para a eficiência de sua gestão. Pelo telefone ele expedia ordens, pedia informações, dava esclarecimentos aos jornalistas e mantinha relações sociais." Principalmente servia-se dele para transpor o isolamento a que está exposto um Presidente.

As 8,30 Castelo subia a rampa do Planalto. Não gostava de entrar pelos fundos, dizia. Recebiam-no o Chefe da Casa Militar e o Chefe da Casa Civil. E no terceiro andar, entre o elevador e a sala presidencial, muito sóbria, cumprimentava os auxiliares que aí o esperavam para saudá-lo. Em seguida, reunia-se com o general Geisel e o general Golberi. Depois de algum tempo, passei a integrar esse encontro, que antecedia as audiências, e se repetia ao fim do dia, antes de encerrar-se o expediente. Era a oportunidade para o balanço sobre o que acontecera, o que se previa, e o que se impunha fazer. Geisel era o homem cuja posição, situação ou atitude tinha sempre ordenadas as alternativas à decisão presidencial. Tudo nele era nítido, sólido. Nunca improvisava. Golberi era o dono das informações, a quem o Presidente ouvia ou lia pacientemente, cômscio de serem indispensáveis ao melhor rumo.

O Presidente parecia comprazer-se em liderar um grupo de colaboradores que lhe eram dedicados, cada qual imbuído da idéia de desempenhar algum papel no trabalho da Revolução. Todos sentiam-se-lhe unidos pela solidariedade. Por ocasião de certa entrevista à imprensa, um jornalista perguntou-lhe se exato haver ministros discordantes da orientação do Governo. A resposta veio sem vacilações: *"Felizmente, no meu Governo, há uma ética exemplar, que nos une como homens honrados e que nos torna coesos face a um mesmo destino."* Castelo nunca seria avaro no elogio aos auxiliares. Pelo contrário, sempre que possível não regateou palavras de reconhecimento aos que o ajudavam. A um jovem secretário, Jerônimo Moscardo de Sousa, ao qual falava da maneira por que se valia dos seus colaboradores, no plano ministerial, a bem das decisões governamentais, ele diria: *"O dr. Roberto Campos traz-me conhecimentos específicos, exatos e profundos; o general Geisel supre-me com valiosos julgamentos, pois tem uma opinião sobre cada assunto; Golberi é bom para críticas e informações..."*

Apreciação que também transmitiria ao deputado Ernâni Sátiro. Mas, se cada qual tinha o seu papel, a colaboração de Geisel ia além do que se imaginava geralmente. Na realidade, ocorre haver cargos que repelem a publicidade. Deles o ambiente próprio é a sombra. Não devem conhecer a ribalta, nem os seus ocupantes aspirarem aos aplausos. Existem apenas para ajudar, nunca para o ruído da própria fama. Está nesse caso o de Chefe da Casa Militar. E quando algum dos seus titulares almejou tornar-se não apenas o auxiliar seguro e discreto do Presidente, de quem deve ser autorizado conse-

lheiro e intérprete, a função se descaracterizou. O general Geisel foi completo no papel que lhe coube. Como já foi dito, não era ele, ao vencer a Revolução, um desses militares vinculados a Castelo. A Presidência suscitou, porém, crescente e recíproca admiração. Gradativamente, Geisel, pela integridade e pela segurança com que versava os problemas e externava observações, conquistou a confiança do Presidente, que nele repousou para a solução de controvertidos assuntos. Quanto pudesse de algum modo interferir na Segurança Nacional, passava pelo crivo do Chefe da Casa Militar. E este se impusera pela firmeza e pela franqueza das opiniões, por vezes diferentes das do Presidente, mas sempre apoiadas no conhecimento da matéria. A lealdade fazia que as discordâncias exprimissem o desejo de colaborar, nunca o de cortejar. Geisel nada tinha de áulico, e a total independência de atitudes e de pensamento era a essência da sua personalidade. Nenhum interesse ou conveniência o faria afastar-se das convicções, mais racionais do que emocionais, e sem outra inspiração senão a do bem do país. Sóbrio, discreto, a fisionomia sisuda se lhe abria ao contato daqueles que logravam granjear-lhe a estima, que reservava para poucos. Algumas vezes ele desejou que o Presidente fosse menos tardo no decidir: era o receio de perder as oportunidades, que tinha como passageiras. Em verdade, Castelo, como pescador, seria dos que adoram cansar o peixe. Geisel preferia vê-lo logo fora d'água.

Habitado ao trabalho em conjunto, Castelo conservou esse costume no Governo, cada qual tendo a sua tarefa. Lincoln Gordon guardou a impressão de que ele "acreditava profundamente na possibilidade de realizar a política através de uma equipe governamental organizada. Ele esperava que as questões específicas fossem tratadas pelo ministro responsável pela área respectiva." Nele, entretanto, a confiança não afastava a necessidade de bem conhecer os assuntos trazidos pelos auxiliares. A propósito de negociações entabuladas com Bulhões e Roberto Campos, Gordon assim traduziria a posição do Presidente: "Embora confiasse em seus ministros da área econômica, ele queria saber claramente o que eles recomendavam, e por que o faziam, antes de lhes assegurar o apoio."

As relações do Presidente com os seus auxiliares sempre foram perfeitas, contribuindo para o bom andamento da administração. Na verdade, poucas coisas são tão importantes para o Governo quanto o bom convívio do Presidente com os seus ministros. No princípio da República ficou famosa a frase atribuída a Rodrigues Alves: "Os ministros fazem tudo que desejam, exceto o que eu não quero." Por vezes grandes presidentes foram apontados como parcamente atenciosos com os seus ministros. De Franklin Roosevelt escreveu Charles Murphy, num ensaio sobre *A Casa Branca de Eisenhower*, que

“tratava os seus ministros como um soberano trataria a sua corte.” Também Truman não lhes deu maior apreço. Quanto a Epitácio Pessoa, cujo temperamento autoritário é reconhecido, escreveu a filha, ao fazer-lhe a biografia: “Acusou-se muitas vezes Epitácio Pessoa de haver reduzido os diversos titulares de seu Ministério ao papel de meros secretários.”³

Impossível é afastar o temperamento de cada qual, no trato entre Presidente e ministros. João Neves da Fontoura, por exemplo, esboçou, nas *Memórias*, este confronto entre os presidentes Bernardes e Vargas: “Ambos autoritários, ambos não acreditavam na democracia de base parlamentar, ambos xenófobos sob cor de nacionalismo econômico. Os temperamentos e métodos é que os diversificavam: Vargas: ameno, sorridente, gostando da boa piada, da anedota à *clef*, irônico, ateu, acessível, embora guardando impecavelmente a dignidade pessoal do cargo. Bernardes: ascético, exprimindo-se com ênfase natural, religioso como um espanhol da Idade Média, cortês, mas distante do interlocutor, circunscrito a meia dúzia de fórmulas algébricas no plano político. Vargas namorava os adversários com uma ternura dom-juanesca; Bernardes os exorcizava como possessos do demônio.”⁴

Natural, portanto, que Bernardes tratasse os seus ministros como integrantes de uma ordem monástica, da qual seria ele o prior vigilante e intransigente, incapaz de perdoar-lhes a menor infidelidade. Vargas, cético, apenas os usava como, quando e enquanto conveniente às suas virtuosidades políticas. Aliás, havendo ocupado a Presidência do Brasil por mais tempo do que qualquer outro homem público, tornou-se Vargas motivo de apreciações diversas dos contemporâneos. Outro paralelo é o que dele faz Afonso Arinos com Washington Luís, extremando-os pela diferença de ambição de poder, num, e ambição de domínio, noutro: “No paulista teimoso, confiante, leal, intratável, de um imediatismo direto, o que prevalecia era a ambição do domínio. No gaúcho, plástico, dúbio, lúcido, calculista e vagarosamente cauto, o que avultava era a ambição do poder.” Para Castelo, porém, o exercício do Governo era antes de tudo “a missão”. Ele próprio diria a um jornalista: “*Do poder o que mais me empolga, o que domina o pensamento e a atividade, são as missões a realizar.*” E como homem de Estado-Maior, habituado ao comando, sabia ser este tanto mais eficiente quanto maior a identidade do chefe com os seus colaboradores.

Entre Castelo e seus ministros a identidade seria completa, havendo-se todos tornado seus amigos. Para isso a causa principal residiu

³ Laurita Pessoa Raja Gabaglia, *Epitácio Pessoa*, Ed. José Olympio, 1951, p. 342.

⁴ João Neves da Fontoura, *Memórias*, II, p. 115, Ed. Globo, 1963.

na invariável polidez, associada a constante bom humor, mesmo nas horas mais graves, sem que nada o afastasse da sobriedade, não só nos gestos, como nas palavras. A delicadeza notava-se logo, quando o Presidente, em atitude rara nos seus antecessores, telefonava pessoalmente aos ministros ou pessoas outras convocadas para uma audiência. Mem de Sá, antes de ministro, surpreendeu-se ao reconhecer a voz do Presidente, que o convidava para uma conferência no dia seguinte, e, num requinte de gentileza, não se esquecera de anunciar-lhe as demais pessoas que a ela estariam presentes. Nesse terreno, Castelo preocupava-se com os pormenores. De outra feita, chamado ao Alvorada, Mem de Sá foi introduzido na imponente sala da biblioteca, onde, em torno da sóbria mesa de mármore, costumava o Presidente realizar pequenos encontros. Bulhões, que encabeçava o grupo, sentou-se à esquerda, e outro convidado, um tanto distraído, pareceu encaminhar-se para o lugar à direita. O Presidente, porém, que o reservara para Mem de Sá, antecipou-se de modo que não ferisse a ninguém: “*Esta cadeira é a sua*”, e apontou a que ficava à direita. Era o senso da hierarquia protocolar. Contudo, Castelo ainda assim parecia distante, fechado, impedindo qualquer intimidade dos seus colaboradores. Mesmo os colegas de mocidade, como Ademar de Queirós, Juarez Távora, ou Cordeiro de Farias, aos quais tratava com afeto, não se esqueciam de guardar, em público, a distância, que preservava a figura do Presidente. Entretanto, era apenas a exterioridade. Trigueiros, que o observou, esboçou este perfil: “Castelo Branco era modesto, afável, muito educado, mas não era pessoa de fácil familiaridade. Tratava bem os amigos e auxiliares, mas mantinha a distância indispensável ao resguardo da autoridade. Ao que ouvi dizer, era cerimonioso com os auxiliares menos jovens, como Juarez Távora, que o precedia no almanaque do Exército, e Osvaldo Cordeiro de Farias, que fora seu superior na campanha da Itália. A essa natural respeitabilidade juntava uma simplicidade que não é comum nas alturas do poder.”

Na realidade, a convivência revelava-o espírito diferente daquele que se imaginava à distância. João Gonçalves faria sobre ele esta observação: “Fisionomia carregada para fora, mas cara alegre e simples por dentro, na intimidade. Extraordinário contador de histórias sobre acontecimentos e pessoas vivas ou já falecidas em tom que a todos deleitava e fazia rir.” Raros saberiam pôr tão bem a adequada dose de sal para o diálogo não se tornar monótono ou cerimonioso. “A conversa com o Presidente — diria Hélio Beltrão — à cabeceira da mesa grande do Laranjeiras, era sempre muito leve e cordial. Castelo tinha no olhar uma expressão extremamente doce, e, nos lábios, um sorriso amigo que ajudava a amenizar os assuntos mais sérios.”

Era, principalmente, no final dos despachos com os ministros ou altos funcionários, vencidos os assuntos da administração, que o Presidente se alongava em comentários e indagações, percorrendo a conversa, da qual tanto gostava, e da qual tanto se utilizou, para se informar. Raimundo de Brito, referindo-se ao interesse com que o Presidente ouvia a descrição de viagens ao interior, fez este depoimento: "Não se limitava o Presidente a ouvir o meu relato. Crivava-me de perguntas. Queria saber dos contatos que eu tivera com a classe médica, com as associações de classe, com os governantes estaduais e municipais e o que pensavam todos da Revolução, em sua filosofia e nas medidas de contenção das despesas e da ação política. Do que eu lhe expunha, ia tomando notas, indagando-me aqui e ali: 'Mas, o que pensa a respeito a gente humilde da região?'" Dominava-o constante preocupação com os mais fracos e desprotegidos, para os quais desejava amparo e justiça, receoso embora de lhe atribuírem qualquer propósito de cortejar a popularidade, o que o fazia agir discretamente, ou quase em silêncio.

Do trabalho dos ministros, nada lhe escapava. Acompanhava os programas de rádio e televisão a que comparecessem. Comum era indagar-lhes sobre a maneira por que se haviam saído de algum debate no Congresso, estimulando-os a participarem de discussões sobre proposições do Governo. Quanto às audiências, desde o início se estabeleceu uma agenda, e, salvo imprevisto, recebia os ministros semanalmente. Era a praxe adotada desde o Presidente Vargas. Seguro de quanto aí a rotina era frutosa, não havia por que mudar. Contribuiu ela para a boa ordem e tranquilidade do Planalto, que, no governo anterior, se convertera num pandemônio. A multidão de interessados atulhava os corredores, na esperança de uma assinatura do Presidente. Na primeira visita ao Presidente Castelo, o senador Filinto Müller não escondeu sua surpresa diante das salas quietas, quase vazias, em contraste com um passado recente. Assim seria até ao fim.

Nas relações de um presidente com os seus ministros, aspecto controvertido é o das reuniões ministeriais. Campos Sales, que governou em quadra particularmente difícil, deixou conhecido depoimento sobre a sua concepção do presidencialismo: "Quem formula o programa e confere à administração a sua índole característica é o presidente."⁵ Daí haver sido infenso à reunião ministerial, que realizou apenas uma vez, no início do governo. Essa atitude extrema, tão duvidosa nos seus proveitos, contribuiria, conforme Hermes Lima, para os ministros raramente se encontrarem: "Não fora a convivência das reuniões sociais e os ministros não se encontrariam nem se falariam

⁵ Campos Sales, *Da Propaganda à Presidência*, p. 213, S. Paulo, 1908.

durante todo o tempo em que servissem.”⁶ Pode ser também assinalado em famosas gestões essa que talvez não foi a melhor das praças: “Na administração Lincoln — escreveu Lourival Fontes — havia tanta descoordenação entre ministérios que os titulares só sabiam da marcha dos negócios através dos jornais.”⁷ Também Vargas, que usufruiu o poder longamente, nunca se afeiou às reuniões do Ministério, que tinha como ineficientes, segundo os depoimentos colhidos por Cleanto Leite, de antigos ministros: “O Presidente não confiava na capacidade de grupos heterogêneos, muitas vezes mal informados, para debater e chegar a conclusões concretas através da disciplina de uma discussão ordenada e sensata.”

No particular, Castelo adotou posição diferente. Sem prejuízo da sua palavra, que era a última e conclusiva, estimulou a cooperação entre os ministros, dando-lhes a consciência de serem parte de um todo homogêneo, sob a liderança do Presidente. Assim, além das numerosas reuniões do Ministério ao longo do período governamental, houve outras tantas do Conselho de Segurança Nacional, na realidade como que também um ministério, ampliado pela presença de altas figuras da hierarquia militar. Por essas ocasiões, a total liberdade de opinião significava a confiança recíproca entre o Presidente e os seus auxiliares, aos quais dava sucessivamente a palavra, ouvindo-os atentamente. Nunca havia pressa. Ao final, certamente para não ferir os que houvessem emitido conceitos em desacordo com a orientação presidencial, era comum o Presidente declarar que comunicaria depois a sua decisão. Navarro de Brito, Chefe da Casa Civil nos últimos 1.º e meses do Governo, escreveu, em relatório ao próprio Presidente: “Cada presidente imprime ao funcionamento do Poder Executivo características que lhe são peculiares. Enquanto uns se mostram infensos à descentralização, outros, como Vossa Excelência, resguardam com vigor a autoridade e autonomia dos seus ministros.” Sentiam-se estes fortes, prestigiados e confiantes. Roberto Campos, no curso de um almoço com jornalistas, bosquejou estes breves traços do Presidente: “Trabalha de segunda a segunda, sem interrupção. Mas, a maior qualidade, para o cargo que ocupa, é não ter ouvido para as intrigas, nem tempo para os intrigantes.” Essa virtude aparentemente simples, embora incomum, era o segredo da tranqüilidade entre seus colaboradores.

Todos se lhe tornaram admiradores. Quando se organizou o Ministério, Milton Campos, ex-governador de Minas Gerais, era o de maior categoria política. Nele tudo respirava sabedoria e pureza. Dir-se-ia que poderia sentar-se na mesa de Platão: tinha as idéias nítidas, a

⁶ Hermes Lima, *Lições da Crise*, p. 60. Ed. José Olympio, 1954.

⁷ Lourival Fontes, *idem*, p. 61.

forma concisa e os conceitos exatos e oportunos. Não possuía, porém, o pendor pelo dia-a-dia da política. O Presidente, que o conhecera em Belo Horizonte (por vezes ainda o tratava como o filho do desembargador Rodrigues Campos) e lhe votava antiga admiração, talvez o desejasse mais próximo dos acontecimentos de que o ministro parecia conservar-se distante. Cético, não acalentava entusiasmo à ação dos homens, a quem, de modo geral, julgava frágeis, incapazes de superarem as fraquezas da argila, e cujos movimentos acompanhava com sutil ironia. Parecia excessivamente consciente de que tudo caminhava para o nada. Contudo, rendera-se às virtudes do Presidente, principalmente à luta que este, fruto de uma Revolução, travava para preservar a legalidade e as instituições. Liberal por formação e convicção, muito lúcido, ele compreendia as montanhas de obstáculos que cada dia a ordem legal interpunha entre a Revolução e os seus objetivos. Era o prolongamento do conflito surgido desde os primeiros dias do governo. E Milton Campos percebia quão exata esta observação de Augusto Frederico Schmidt: "Erro capital para um retrato verdadeiro do nosso atual Presidente seria enquadrá-lo como revolucionário. Castelo Branco é um homem da ordem." Tal como Milton Campos. O sentimento de legalidade os identificava a ambos. Ao se aproximar o aniversário do Presidente, em setembro de 1964, foi ele o intérprete dos companheiros. Proferiu então breve e modelar discurso, no qual, a par dos bons votos, traçou-lhe o perfil, e lembrou as contradições com que tão penosamente se defrontava, no esforço por uma conciliação talvez impossível.

O discurso, aliás, nos permite ver, clara e concomitantemente, o ministro e o Presidente:

"Estamos numa fase revolucionária — dizia — e, ao mesmo tempo, instituímos um Governo constitucional. A vitória das armas foi fácil, não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participação e pelo consentimento das forças políticas e populares. Em correspondência, o poder revolucionário se limitou a si mesmo e promoveu a eleição do Governo nos termos da Constituição. V. Ex.^a ficou sendo um presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas foram mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação democrática. Mas, cumpre não esquecer que o ponto de partida foi uma revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e da expectativa anteriores. Daí a necessidade de se comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr em curso tranqüilo as águas antes revoltas."

Não queria iludir-se quanto aos imperativos das revoluções. Elas abrem os seus caminhos, se os homens não se incumbem de prepará-los. Em seguida, apontava as virtudes do estadista:

“Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia. Por esse dom de equilíbrio, que caracteriza os homens de Estado nas horas difíceis e não se confunde com o equilíbrio dos detentores de posições, é que se pode transpor a quadra convulsiva para se instaurar a fase da reconstrução. Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam de suas crises e lançam as linhas vitoriosas de sua história. Essa é, em nosso país, a pesada e grandiosa tarefa que cabe a V. Ex.^a Da exatidão com que V. Ex.^a se vem desincumbindo dela, nós, seus ministros, queremos dar público testemunho.” Castelo gostava de ouvir falar da sua “irresistível vocação para a lei.” Do mesmo modo que acreditava possível “abrir o leito” por onde as águas voltariam a correr tranquilas.

Freqüentemente, e com maliciosa intenção, atribuiu-se a Roberto Campos a condição de Primeiro-Ministro. Chamaram-no até de superministro. Sem prejuízo da admiração e confiança que lhe votava, isso agastava o Presidente, cioso da sua autoridade e zeloso no decidir sempre com pleno conhecimento de causa. Via na assertiva uma insinuação à docilidade no submeter-se às opiniões do ministro. De fato, nesse sentido errôneo seria falar-se na existência de um Chefe de Gabinete, pois as decisões cabiam efetivamente ao Presidente. Entretanto, principalmente na fase inicial do Governo, quando os problemas econômicos, inclusive na área internacional, sobrelevaram aos demais, Roberto Campos, pelo conhecimento, a imaginação versátil, fecunda, e autoridade que o Presidente lhe outorgava, e ainda a própria posição a que fora destinado na administração, tornou-se possivelmente o ministro de maior atuação. Aliomar Baleeiro, certa feita, na Câmara, chamou-o de Primeiro-Ministro, incitando-o a instituir o parlamentarismo. Campos, entretanto, não se deixou tentar. A qualidade que o Presidente parecia mais prezar nos seus auxiliares era a lealdade. Nela incluía a franqueza com que lhe falavam. Ao cogitar da reforma política, um dos primeiros passos foi a convocação dos três ministros militares, aos quais, presente o general Geisel, expôs o assunto, que compreendia a existência, no Congresso, de correntes parlamentaristas favoráveis à eleição indireta do Presidente. O debate durou duas horas. Costa e Silva, contrariando Eduardo Gomes, manifestara-se contra aquela eleição. Cada qual disse o que pensava. O Presidente exultava àquela franqueza de opiniões. Por fim, quando se retiraram, disse-me, entre elogios, quanto se ensober-

becia da reunião e dos desassombrados ministros: “três homens de personalidade, o que é uma sorte para o Brasil.” Mas, se apreciava a lealdade, não suportava o menor traço de subserviência, ou qualquer manifestação que importasse o culto da personalidade. Não somente estimulava a franqueza, procurando dar aos auxiliares, a começar pelos ministros, a maior liberdade de opinarem antes das decisões, mas também buscava evitar demonstrações que julgava descabidas. Nisso era fiel às normas enunciadas, quando chefe do Estado-Maior. Joaquim Nabuco, ao tratar das relações de D. Pedro II com os seus ministros, diz que ele “não os queria soberbos, não os conservaria servis.” Possivelmente não era outro o julgamento de Castelo. Um dia, no término de um despacho com o ministro Lavanère-Wanderlei, veio à baila o procedimento adequado nas visitas presidenciais às Bases e Estabelecimentos da Aeronáutica. O Presidente tomou um pequeno bloco, e escreveu este roteiro para orientação do ministro: “Não haver protestos de solidariedade. — Não haver declaração de apoio ao Governo — Prefiro dizer que estão trabalhando fiéis à destinação constitucional das Forças Armadas.”⁸ Nessa espontânea simplicidade, parecia querer ensinar com o exemplo.

Do especial agrado do Presidente eram as freqüentes reuniões setoriais, presentes dois, três, quatro e até cinco ministros, além de altos servidores, conforme as afinidades com o assunto. Era o ambiente para debates mais amplos, profundos, que o Presidente dirigia, formulando perguntas, levantando dúvidas, ou emitindo opiniões para experimentar as reações. Em certos casos dir-se-ia um seminário para o estudo de algum tema. E este jamais faltou ao Governo. As reuniões mais comuns foram as do setor econômico-financeiro, quase sempre congregando os ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio, e do Planejamento, bem como os presidentes dos principais bancos do Governo. Era a tendência ao trabalho em colaboração. Bulhões, que participou intensamente dessa fase da administração, a ela assim se refere:

“Freqüentemente, os ministros do Planejamento e da Fazenda deviam entender-se com as comissões da Câmara e do Senado, ou prestar informações ao Plenário. Ocorriam, também, reuniões desses ministros com senadores e deputados, na presença do próprio Presidente. Nada estranhável à vista do exposto, que durante a gestão do Presidente Castelo Branco houvesse tão nítida compreensão do conjunto dos problemas econômicos e financeiros, em seus múltiplos aspectos e suas variadas repercussões, no país e no exterior. Trabalho em equipe foi a marcante diretiva da administração do Presidente Castelo Branco. Nas referidas reuniões ministeriais, os ministros apre-

⁸ Informação do brigadeiro Lavanère-Wanderlei ao Autor.

sentavam relatórios sobre os temas a serem examinados. O Presidente inteirava-se das sugestões apresentadas, requerendo, segundo a importância do assunto, a minúcia das justificativas. Nem sempre eram as deliberações tomadas na reunião. Procurava várias outras opiniões, motivo pelo qual dava-se ao trabalho de convocar empresários, políticos, técnicos e conselheiros de sua confiança.”⁹

Tratando do trabalho em colaboração dos Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio, e Planejamento, Daniel Faraco fez-me este comentário: “Na verdade, os três ministérios trabalharam em nível especial de entrosamento, como requeria a natureza peculiar dos problemas a enfrentar. Essa característica de funcionamento foi, aliás, bastante facilitada pelo sistema posto em prática pelo Presidente de realizar freqüentes reuniões setoriais, por ele presididas, com os ministros cujas pastas se relacionavam com determinados problemas. Tais reuniões eram promovidas pelo Presidente, praticamente sem formalidades, em geral a pedido dos próprios ministros.”

De fato Castelo possuía nítida idéia do seu papel no regime presidencial, imbuído da convicção de lhe caber formular a orientação do Governo, que ele conduzia com firmeza e suavidade. Daí o cuidado com que se informava e estudava os assuntos, os quais examinava dias seguidos, lendo-os e debatendo-os, até formar um juízo para decidir. Apesar de sensível à opinião pública, a quem estimava atender, sabia que ela freqüentemente não coincide com o interesse nacional, em favor do qual se inclinava invariavelmente.

O Presidente aguçara no Governo o zelo da informação, que obtinha sobrepondo-se até ao recato peculiar ao cargo. Desenvolvera-se nele o hábito de ouvir. Fazia-o pacientemente, para chegar aos pormenores da administração. O deputado Raimundo Padilha, líder do Governo na Câmara, tenaz colaborador do Presidente, notou-lhe a curiosidade por tudo quanto se desenrolava no parlamento.

Padilha, embora houvesse depois sentado praça na oposição a Getúlio Vargas, pertencera ao Integralismo, do qual parecia guardar algumas exterioridades. Amava a ordem, a disciplina, o garbo militar. Lhano no trato, cortês, ele conquistara, na Câmara, a simpatia e a confiança dos que o haviam recebido cautelosos. E se afirmara pela cultura, pela correção com os companheiros e pelas virtudes do parlamentar. Como orador parecia um clássico. A postura, o gesto, a modulação da voz, o desenvolvimento do discurso, tudo revelava certa preocupação com o auditório, como um ator em busca de atrair uma platéia. As orações tinham o exórdio, a exposição e análise do tema versado, e a conclusão calcada em dialética sólida, brilhante, convincente. Tinha-se a impressão de preparar os discursos, que entre-

⁹ Informação do ministro Gouveia de Bulhões ao Autor.

meava de citações adequadas, que lhe ocorriam facilmente, graças à cultura humanista. E parecia saborear as palavras, que sabia eloqüentes, e calculadamente desferidas contra o antagonista. *“Muito metódico — escreveu Padilha — Castelo tudo desejava saber do que ocorria na Câmara, no que denotava, de um lado, seu respeito pela instituição parlamentar, e de outro, sua atenção ao dia-a-dia da atividade legislativa.”*

Realmente, fizera da paciência uma das suas armas, fosse no trato com as pessoas, inclusive durante as viagens em que percorreu todo o país ouvindo e observando, fosse no estudo dos problemas e documentos do Governo. Um dia Costa e Silva, entrando no gabinete do Presidente, encontrou-o consultando a Constituição e um dicionário, por causa de um processo que examinava. O ministro, franco, bonachão, não se conteve: *“Não tenho paciência para isso.”*

Havendo passado grande parte da vida militar em cursos e estabelecimentos de ensino, aprimorara-se em Castelo não somente a vocação de educador, mas também o gosto e o hábito do estudo, circunstância que contribuiu para jamais decidir sem antes examinar a fundo a matéria que tratava com os auxiliares. O embaixador Barbosa da Silva, por exemplo, ficou surpreendido quando, recebido pelo Presidente, a quem devia expor as divergências do Brasil ante as exigências alemãs no Acordo sobre Garantia de Investimentos, verificou ter ele examinado exaustivamente a longa Exposição de Motivos, recebida pouco antes do ministro Leitão da Cunha. Era assunto técnico e árido. Para o discutir, a Alemanha enviara o barão Von Mirbach, que deixara consumir dois meses numa posição inabalável, e também inaceitável. Contudo, o Presidente encontrara tempo para o estudar minuciosamente, tornando-se capaz de comentá-lo e fazer oportunas indagações.

O convívio revelava, de quando em quando, novas faces do Presidente. Algumas delas, como a amenidade no trato, o gosto da conversa, o cuidado aos amigos, poderiam surpreender os que apenas o viam de longe, nos atos oficiais, a fisionomia grave, a imagem fechada, distante, parecendo de pouca conversa. Na convivência então surgia outro homem. Como fizera com alguns embaixadores, ao terminarem sua missão no Brasil, Castelo convidou o embaixador Fry e a Senhora para um almoço íntimo, no Laranjeiras. Era a primeira vez que a embaixatriz se aproximava informalmente do Presidente, que durante a refeição, descontraído, espontâneo, contou casos, recordou episódios, deixando entrever um espírito cheio de graça, ágil e capaz de observações adequadas. A embaixatriz, admirada, custava a conter o seu deslumbramento. E, ao se retirar, não conseguiu reprimir uma expansão de sinceridade: *“Presidente, não pensei que o senhor fosse tão agradável e comunicativo.”* Era pena somente ha-

vê-lo sabido no fim da missão. No cuidado e nas demonstrações de estima aos amigos, o Presidente era impecável. Por mais que estivesse asoberbado de trabalhos ou preocupações, sempre encontrava tempo para telefonar aos que aniversariavam, ou mandar-lhes uma palavra de felicitações pelo casamento. Não raro, Paulo Paranaguá, com habitual eficiência, incumbia-se da compra de presentes, que o Presidente examinava antes de os enviar. Cultivava as velhas amizades, às quais parecia associar a esposa falecida. Frequentemente, quando impedido de comparecer ao ato, escrevia nos próprios convites o rascunho dos telegramas aos familiares de camaradas desaparecidos. Também estimava fazer obséquios. O general Valdetrudes Amarante, que o conheceu longamente, afirma ser difícil haver quem melhor soubesse prestar um favor. "É perfeito e chega ao detalhe", dizia. Quando, no curso do Governo, Juarez Távora precisou tratar-se na Alemanha, Castelo cuidou pessoalmente das recomendações aos cônsules Nogueira Ribeiro e Lins de Barros, que serviam em Frankfurt e Hamburgo, respectivamente. Tudo fez discretamente, sem alarde. A mão esquerda não saberia o trabalho da direita. "Simples e humano", qualificou-o o ministro João Gonçalves, que também faria esta observação: "Comandava o Governo sem deixar de ouvir e de fazê-lo com propriedade."

Era visível a inclinação do Presidente às pessoas de inteligência, cujo convívio constituía repousante trégua no meio das atribuições do Governo. Daí o prazer e a tolerância com que as recebia. Em conversa presenciada por Benedito Coutinho, dos *Diários Associados*, e pelo secretário de Imprensa José Vamberto, entrou pelos romances regionais, estendendo-se em elogios a Raquel de Queirós e José Lins do Rego. Conhecera o último na embaixada da França, quando ambos haviam sido condecorados. Depois referiu-se às *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, considerando-o valioso depoimento sobre uma época. Aliás, nessa oportunidade, lembrou o episódio da publicação de um artigo de Gondim da Fonseca sobre o Duque de Caxias. Na ocasião Castelo era oficial de gabinete do ministro Eurico Gaspar Dutra. Com a ajuda de Lísias Rodrigues, ele evitara que os colegas agredissem aquele jornalista, no que teve todo o apoio do ministro. Acrescentou então que, na França, lera terríveis artigos contra Foch, Jofre e Napoleão, sem que ninguém se julgasse atingido e, portanto, deseioso de reagir. Da narrativa, feita com vivacidade, afloravam as convicções de Castelo quanto à liberdade que se devia assegurar aos escritores. Nisso, não se descuidava. Se alguns fatos, durante o Governo, podem depor em contrário, é certo não haverem contado sequer com a sua omissão.

Assim, ao saber que militares preparavam represália à exibição da peça *Liberdade*, imediatamente se dirigiu ao ministro Costa e Silva,

em termos que não deixam dúvida sobre as arraigadas convicções, que carregava desde a juventude. Castelo a Costa e Silva: *Anuncia-se abertamente que oficiais ligados aos mesmos encarregados de inquéritos desejam liquidar com o teatro que leva uma peça Liberdade. Tratei imediatamente de informar-me sobre a natureza da representação. O DOPS da Guanabara a examinou e a julgou sem inconveniências para a ordem pública e sem conteúdo subversivo. O Riograndino mandou também o mais inteligente e o mais revolucionário de seus auxiliares espiar e ouvir o espetáculo. Concordou com a decisão do coronel Gustavo Borges. No entanto, as ameaças de que oficiais vão acabar com o espetáculo são de aterrorizar a liberdade de opinião. Ainda mais. Há oficiais que mandam apreender livros. Isso só serve para baixar o nível intelectual da Revolução, pois, além de nada adiantar, constitui um ato governamental só usado em países comunistas ou nazistas. Eu lhe pediria, então, que examinasse e diligenciasse a respeito do que acabo de lhe assinalar. A "força autônoma" precisa ser, com a necessária oportunidade, devidamente esclarecida, contida, e, se for o caso, reprimida."*¹⁰

Era peremptório. E dessa atitude não se afastaria, apesar dos dissabores que lhe pudesse causar, provocando dissensões dentro da Revolução. Para ele, era o seu dever, e isso lhe bastava.

Essa vigilância, em favor da liberdade de opinião, não impediu os adversários se dizerem ameaçados. Em 31 de agosto de 1964, a senhora Niomar Moniz Sodré Bittencourt, proprietária do *Correio da Manhã*, escreveu ao Presidente, declarando-se ciente de estar o jornal "na iminência de sofrer um atentado", sem saber ao certo se seria uma expropriação, a ocupação *manu militari*, ou a total daniificação por uma operação predatória. Imediatamente, Castelo determinou uma investigação que mostrou a improcedência dos temores. Algum tempo depois, arrefecido o assunto, tive instruções para a resposta. "Quanto à participação do Governo Federal — informei àquela proprietária — por ação ou omissão em ato que se destine a cercear a liberdade do *Correio da Manhã*, não será necessário acrescentar palavra, já que, apesar da obstinada oposição desse jornal, nenhuma restrição sofreu por parte dos órgãos do Governo Federal, de acordo com as normas invariavelmente seguidas no particular." Nada desviou o Presidente desse zelo à sobrevivência da liberdade da imprensa. Para ele, as opiniões deviam ser respeitadas, como um mal menor.

Era esse um ponto de vista conhecido dos auxiliares do Governo. Certa vez, em maio de 65, recebido um inquérito promovido contra

¹⁰ Carta de 2 de junho de 1965. Cópia in Arq. C.B.

alguém que detratara o Presidente, Milton Campos, que lhe sabia o pensamento, não vacilou em apor este despacho:

“O Sr. Presidente da República tem suportado, com espírito democrático e exemplar paciência, críticas muitas vezes excessivas, e não determinou, uma vez sequer, processo criminal em razão delas. No caso, não seria uma conversa de esquina que levaria o Governo a tomar a iniciativa do processo, tanto mais quanto se trata de pessoa humilde, que, se cometeu a injúria, retratou-se no interrogatório. Um dos deveres do Governo é tolerar comentários que se façam a seu respeito, e o exemplo que, a esse propósito, vem dando o Sr. Presidente da República leva-nos a recusar a requisição solicitada, aliás desnecessária em face da repulsa ao comentário incriminado e ao mais que se apurou na investigação.”

Principalmente em relação à liberdade de imprensa, Castelo seria intransigente: nada o demoveu da determinação de preservá-la. Osvaldo Trigueiros, a quem a condição de Procurador-Geral da República permitiu conhecer a intimidade do Governo, escreveu este depoimento: “O Governo revolucionário instalado em 1964 distinguiu-se também por sua atitude para com a imprensa. Nos quase três anos de mandato, Castelo Branco realizou um amplo programa de reformas que desagradaram numerosos setores de opinião. Esse programa encontrou persistente oposição, mas o Governo o realizou com firmeza, sem impor restrições à liberdade de informação e de crítica.” E conclui Trigueiros: “Nesse particular Castelo Branco deu-nos um exemplo corajoso e que pode de futuro frutificar: um governo de grande autoridade moral pode conviver com a liberdade de pensamento.”

Alguns colaboradores acreditaram que o Presidente se preocupava com a posteridade, o que lhe dava coragem ante as incompreensões, indiferenças e imposições do dia-a-dia. Padilha, que o observou de perto, não alimentou dúvida: “Castelo tinha os olhos postos na História. Pareceu-me sempre diminuto o seu interesse pelo juízo que, sobre a sua pessoa, faziam os contemporâneos.”¹¹ Também Eduardo Gomes diria que ele sacrificava as soluções racionais e realistas em favor da boa imagem moral para a História.

Dos amigos intelectuais, um dos que mais o encantavam era o poeta Augusto Frederico Schmidt, a quem às vezes, depois de indagar se em casa tinha outras pessoas, costumava visitar inesperadamente. Schmidt amava a política, talvez o Poder, mas sentia-se frustrado, vendo-se festejado como homem de letras. Quando morreu, prematura e imprevistamente, o Presidente se encontrava em S. Paulo, mas veio tributar-lhe a última homenagem de admiração.

¹¹ Comunicação do governador Raimundo Padilha ao Autor.

Outro que o fascinava era Gilberto Amado, a quem convidava para almoçarem a sós no Laranjeiras. Nessas ocasiões era certo o Presidente não dormir a sesta costumeira, preferindo alongar a conversa brilhante, pontilhada de referências literárias, de anedotas que Gilberto Amado se permitia contar com peculiar desinibição. O Presidente costumava, depois, acompanhá-lo até ao automóvel, estacionado nos fundos do palácio. No pequeno percurso, a conversa ainda prosseguia animada, para não perder nenhum minuto daquele convívio imortal.

Ao se comemorarem os oitenta anos de Manuel Bandeira, o Presidente considerou grata a oportunidade de festejar o poeta admirável e reuniu no Laranjeiras reduzido número de amigos comuns. E numa pequena folha de bloco, com a própria letra, escreveu a primeira lista das pessoas que me solicitou convidar para um almoço. Lá estavam, além do homenageado, José Olympio, Austregésilo de Ataíde, Maurício Nabuco, Milton Campos, Pedro Aleixo e Múcio Leão. Ao fim do almoço, quando saudou o Poeta, o Presidente transbordava de euforia.

Decorrência natural dessa inclinação aos homens de letras era o interesse com que recebeu escritores, jornalistas e políticos estrangeiros, com os quais mantinha conversas que extravasavam do tempo previsto para a audiência. As vezes, deixava aflorar a inata veia de ironia. Quando da visita de Robert Kennedy, que, no Brasil, apenas procurara pessoas desafeiçoadas ao Governo, desfechou-lhe à queima-roupa esta pergunta sem resposta: *“Que veio o senhor fazer aqui?”* Um dos encontros mais longos foi o de John Gunther, que viajava pelo continente, preparando nova edição do *Inside Latin America*. Acompanharam-no ao Laranjeiras, além da Senhora Gunther, loura, simpática, bonita, trajando roupa esporte amarela, o embaixador Gordon e Jack John Wyant, adido de Imprensa da Embaixada americana. O Presidente estava loquaz, de bom humor. Rapidamente fez pender a conversa para a última Grande Guerra, quando convivera agradavelmente com militares de outras nacionalidades. Recordou estarem perto de Milão, que pretendiam tomar, quando chegou a notícia da rendição dos alemães, comemorada pelo comandante americano, que mandou buscar o *whisky* reservado para essa comemoração. Castelo descreveu então a reação de cada qual dos oficiais presentes. Da narrativa tomei na ocasião estas notas: *“O inglês ponderou que o mundo somente ficaria bem quando se transformasse num Império. Ao que lhe perguntou o Presidente: ‘Qual será a Inglaterra desse Império?’ O francês indagou quando seria a Terceira Guerra Mundial. O sul-africano disse que a dele seria na África, pois não mais suportava ingleses, franceses, americanos, etc. O americano, que era homem grave, declarou que faria na América*

a propaganda da paz. Mas, sobretudo, diria que jamais permitissem que a guerra fosse travada no solo americano. Vira quanto as mulheres da Europa haviam sofrido, e sabia que a mulher americana, voluntariosa, habituada a fazer apenas o que quer, sofreria ainda mais."

Em seguida, atendendo à solicitação de Gunther, que buscava material para o livro, o Presidente indagou se observara bem a posição do Brasil no mapa, e pensara o que seria, para o mundo livre, um governo de tipo chinês aqui instalado. E, havendo ressaltado a ação do Presidente Johnson e do embaixador Juraci Magalhães, que diligenciavam uma atitude compreensiva dos Estados Unidos diante dos problemas brasileiros, acrescentou ser Gordon também um embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Gordon, com um riso pálido, bateu a mão no ombro de Gunther e pediu-lhe para não publicar o inconveniente elogio. Por ser um sábado, 27 de fevereiro de 1965, dia menos cheio, a entrevista estendeu-se manhã a fora, sempre com observações adequadas do Presidente, que, por fim, cortesmente agradeceu a visita, em especial à Senhora Gunther.

O Presidente cometera, entretanto, pequeno desazo, quando, ao saber que Gunther era de Nova Iorque, lembrou que, nessa cidade, segundo dito corrente, os italianos trabalhavam, os americanos se divertiam, e os judeus ganhavam dinheiro. Gunther não achou nenhum espírito na pilhêria, que parece ter retirado do Presidente a sua boa vontade, como se deduz dessa descrição que fez do encontro:

"O Sr. Castelo Branco — escreveu Gunther — recebeu minha mulher e a mim, para uma conversa de meia hora no Palácio Presidencial, no Rio, um edifício suntuoso com tetos pintados e colunas de mármore, decorado com estátuas de estilo antigo, sem ar condicionado, porém com uma brisa constante a soprar através das janelas abertas por todos os lados (o antigo palácio presidencial do Catete não é mais usado, desde que Getúlio Vargas lá se suicidou). Cortesias ocorreram antes da entrevista — apertos de mão com os membros da Casa Civil, etc. — e um grupo da TV, da rádio e outros repórteres, agrupados lá embaixo, convergiram sobre nós quando entramos — atitude familiar em entrevistas com presidentes sul-americanos. Eles esperaram e precipitaram-se como um bando de furões — como em verdade fazem em países mais desenvolvidos.

"O Sr. Castelo Branco sentou-se ao fim de uma longa mesa, num grande salão de conferências, e foi bastante gentil. Mas notei que, com toda a sua expansiva urbanidade, ele estava em defensiva e difícil de ser abordado. Era escorregadio, cuidadoso e contava anedotas, para evitar perguntas. As duas coisas a que deu ênfase foram a natureza civilista do seu Governo, e, apesar da política externa,

o propósito de não tolerar o Brasil nenhum “barbado”, referindo-se a Castro. Para mostrar a necessidade do golpe de abril, ele nos perguntou como os Estados Unidos se sentiriam se o Brasil, o maior e mais importante país da América do Sul, se tornasse comunista. Agora, disse, todo o perigo de Fidelismo desapareceu. Ele inesperadamente sacou uma observação, dizendo que o Brasil ‘era um país complexo, mas não difícil’, e acrescentou que o seu ‘colonialismo’ (com regiões tanto desenvolvidas como subdesenvolvidas) precisa ser extinto sem demagogia.”¹²

Na medida em que se revelavam as preferências do Presidente às coisas do cotidiano também se tornavam nítidos os seus grandes objetivos. Estes, ele os perseguiria com invulgar tenacidade. No fundo, queria reformar tudo. Considerava essa a sua missão, confiada pela Revolução. Almejava cumpri-la, alterando as leis, mas preservando as instituições. Não via “*outro meio para mudar a fisionomia de uma sociedade, sob pena de mergulharmos no arbitrio e na prepotência.*” Dai a torrente de projetos com que inundou o Legislativo. Era o afã de transformar o país, dando-lhe novos rumos, novas estruturas, sem qualquer preocupação quanto ao prazo da colheita. Contudo, parecia ter pressa, talvez por julgar o tempo escasso para realizar quanto pretendia. Ele sabia quão difícil alcançá-lo. Geralmente, esse o drama dos presidentes. Franklin Roosevelt observou que Lincoln era triste por não poder conseguir tudo o que queria de uma só vez. “E ninguém o pode”, acrescentara.

Contudo, infatigável, desconhecendo o repouso, mesmo nos domingos e feriados, Castelo logrou imprimir ao Executivo, quanto à elaboração de projetos, ritmo de trabalho até então desconhecido. Graças a isso bateu todos os recordes em matéria de aprovação de projetos de sua iniciativa. Enquanto entre 1960 e 1963 a média foi inferior a 60 projetos por ano, em 1964 esse número atingiria 212, elevando-se, em 1965, a 264 mensagens governamentais aprovadas pelo Congresso. E muitas delas exigiram exaustivo trabalho de persuasão junto a senadores e deputados, pois, além de empenhado em não praticar atos de força, e sim em convencer os parlamentares, não deve ser esquecido que a maioria do Senado e da Câmara era inicialmente infensa à Revolução. A própria UDN, que devia ser o partido da Revolução, raramente se mostrou unida em torno das mensagens presidenciais. Compreende-se assim o esforço do Presidente, nas sucessivas batalhas no Legislativo, inclusive para a aprovação de emendas à Constituição, que exigiam o quorum de dois terços de votos. O Presidente, entretanto, era incansável, sempre pronto a vencer um obstáculo depois do outro. Por vezes passava

¹² John Gunther, *Inside South América.*

dias e dias tentando conquistar parlamentares, cujos nomes lhe eram fornecidos de acordo com as tendências e opiniões manifestadas por cada qual. Dava-lhes a eles conta da real importância e objetivo dos projetos que seriam votados. Fazia a política das mãos vazias, nunca prometendo algo em troca de um voto, embora deva dizer-se também que jamais eles lhe pediram alguma coisa como recompensa. Às vezes, antes de iniciar aquelas audiências, em que previa numerosos e diferentes assuntos, e pessoas a serem recebidas sucessivamente, costumava dizer: “Agora vai começar o picadinho.” E esboçava um riso de tolerância. Na realidade, a catequese era extenuante. Certa feita, desejoso de atrair o deputado Bilac Pinto ao projeto de reforma agrária, com ele se entreteve, num só dia, por cerca de oito horas.

Tendo optado pela conservação do Congresso, que muitos revolucionários julgavam um estorvo às medidas necessárias para a transformação do país, precisou empregar-se fundamente na tarefa de conquistar adeptos para as grandes reformas, muitas delas incompreendidas e por isso impopulares. Não era fácil trazer para elas os congressistas, principalmente os deputados, que tinham a reeleição à vista, e temiam desgastar-se perante o eleitorado graças às campanhas de oposição. O Presidente podia ser indiferente aos *slogans* imaginados para sensibilizar a opinião pública, mas aos parlamentares isso se afigurava um suicídio. Contudo, reconhecido à solidariedade, o Congresso não somente o apoiou, mas acabou por sentir a sua sorte identificada com a do destino do Presidente. Era o instinto de conservação, pois, como diria Pedro Gomes, responsável pelo “Informe JB”, no *Jornal do Brasil*, “todas as forças que se opõem ao castelismo, sobretudo na área militar, consideram o Poder Legislativo um *mal desnecessário*, que é preciso erradicar, para que a Revolução possa cumprir melhor os seus objetivos.”¹³ Agarrado às suas convicções, Castelo defendia o Congresso.

Dele, nas suas relações com o Legislativo, poder-se-ia repetir o que Charles Murphy escreveu a propósito de Eisenhower, a quem atribui haver preferido “vencer o Congresso pela bondade a fazê-lo pela força”. Ao que aduziu este comentário: “O Presidente chega a extremos, a fim de cultivar relações amistosas com o Congresso, e essa atitude tem, alternativamente, fascinado, intrigado e alarmado os observadores.”¹⁴ Quanto a Castelo, nada existia de alarmante: decorria apenas de uma escolha à qual, para ser fiel, devia emprestar atividade infatigável, sob pena de ver a razão inclinar-se para os que desprezavam o Congresso. Na realidade, tornara-se essencial

¹³ Pedro Gomes, in *Jornal do Brasil*, 11-7-1965.

¹⁴ Apud Navarro de Brito, *O Gabinete Civil*, p. 8, Imp. Nacional, 1967.

que dirigisse tanto o Executivo quanto o Legislativo, embora em relação a este devesse guardar certas conveniências, para evitar suscetibilidades. Para consegui-lo, a sua grande arma foi a comunicação. Nas horas próprias, punha-se em permanente contato com os seus líderes nas duas Casas do Parlamento: era uma espécie de mobilização. E ele a fazia principalmente através de Filinto Müller e Daniel Krieger, no Senado; e Pedro Aleixo — depois Raimundo Padilha e Rondon Pacheco — na Câmara. A todos não somente telefonava vezes seguidas, informando-se das votações e das providências necessárias, mas também os convocava para o exame das circunstâncias e das possíveis negociações e transações em torno de um projeto. Com iguais propósitos também usava deputados a ele mais chegados, como Paulo Sarasate, Costa Cavalcanti, Rui Santos, Nilo Coelho, Antônio Carlos Magalhães, Adauto Cardoso e Bilac Pinto. E até à extinção dos partidos, ainda convocava os líderes do PSD, detentor da maior bancada, entre os quais Amaral Peixoto, Martins Rodrigues e Capanema. Salvo no que considerava fundamental para a implantação de alguma reforma, não mantinha posições inflexíveis — a conversa e o debate conduziam naturalmente à transação. Para cada qual tinha a amabilidade adequada, a palavra própria, a atenção que não somente cativava, mas punha todos à vontade. De modo geral os congressistas saíam desvanecidos daqueles colóquios, nos quais recebiam informações sobre o serviço que prestariam ao país. Também o Presidente ficava satisfeito. Desse recíproco estado de espírito é vivo testemunho esta nota do “Diário” de Paulo Sarasate: *“Presidente telefona à noite dizendo que todos bem dispostos: Último e Janduí, Novais e Teódulo; Cerdeira, Milet e La Roque. Janduí e Último deixam-me bilhete no hotel dando conta da boa impressão deixada pelo Presidente quanto à formação urgente do Bloco.”*¹⁵

Na batalha nada esquecia: usava as armas permitidas pela ética política. Certa vez pediu a Benedito Valadares, que representava o Brasil na ONU, para apressar o regresso a fim de votar um projeto. E, ao ocorrer a intervenção em Goiás, telegrafou ao senador Vitorino Freire, que se encontrava em Paris, solicitando-lhe orientar os seus correligionários na bancada do Maranhão. A verdade é que, naquela hora, ele sabia que a maneira de salvar o Congresso era orientá-lo na direção da corrente da Revolução. Por isso lutava para impedir que desgarrasse e andasse à deriva.

As relações com o Legislativo não eram a única fonte de preocupações. Como sempre, a Presidência pesava. É conhecida a advertência de Eisenhower ao seu sucessor: “Não haverá problemas

¹⁵ Paulo Sarasate, “Diário”, 5-3-1965.

simples que lhe cheguem às mãos como presidente. Se forem simples serão resolvidos em um escalão mais baixo." A consequência é que, sobre cada assunto submetido à sua decisão, o Presidente necessita estar corretamente informado. Essa é a tarefa dos assessores, os quais "recolhem informações, analisam fatos, esclarecem problemas, supõem alternativas e mostram os prós e os contras de cada solução". De fato, cada problema comporta mais de uma solução aceitável, mas só ao Presidente compete escolher o caminho que deve seguir. Castelo, havendo conservado as rédeas do comando, guardou também o poder das decisões. Decisões que Teodoro Sorensen diz não serem "uma ciência, mas uma arte", por isso mesmo que dão a medida de quem as toma.

Cada presidente tem a sua maneira própria de resolver. Castelo, guiado mais pelo senso de oportunidade, do que absorvido pelas numerosas pressões que o assediavam, não decidia com rapidez. Pelo contrário, parecia intencionalmente retardar os assuntos, ainda que por vezes o censurassem por essa atitude. A. F. Schmidt defendeu-o pelo *O Globo*:

"É que a Nação não conhecia bem 'o segredo do Marechal-Presidente', de só agir na hora precisa, quando deve e pode agir, quando tem a certeza de haver chegado o momento de impor a sua marca nas coisas. Ele sabe quando é necessário ceder para salvar. Às vezes oferece em sacrifício a sua vontade, para obter um mal menor. Se tivesse reagido, como desejavam os assomados e os seus próprios provocadores, poderia deitar a perder a causa que lhe foi confiada aparentemente pelos homens, mas muito pela Providência. Conhecer o 'tempo oportuno' é a arma do Presidente Castelo Branco."¹⁶

Na verdade, desejoso de conhecer as reações, pesar as vantagens e medir inconvenientes Castelo era aparentemente tardo no decidir. Por vezes o retardamento das suas decisões preocupou grandemente os que o cercavam, por temerem ver passar a oportunidade de alguma providência. Mas, para ele o tempo parecia ingrediente indispensável. Devia mortificá-lo a idéia de errar por precipitação. Muito menos o afligiria protelar soluções, certo de que assim seriam o fruto maduro da meditação. Possivelmente, um balanço mostraria largo saldo em favor do acerto dessa atitude. Se, em alguns casos, ao deliberar, a lentidão obrigou-o a grande esforço para recuperar o terreno perdido, noutros muitos a delonga evitou a possibilidade de erro.

¹⁶ Augusto Frederico Schmidt, "O Segredo do Marechal", in *O Globo*, 21-9-1964.

O exercício do poder foi-lhe um constante ensinamento. “Estes 365 dias de poder deram-lhe mais experiência do que os 40 anos de Exército”, escreveu Murilo de Melo Filho, que assim resumiu o balanço desse período inicial:

“Ao comemorar este seu primeiro ano de vida, a revolução pode gabar-se de ter no seu comando um timoneiro que rapidamente substituiu a inexperiência e a inabilidade dos primeiros dias por uma ambientação com o poder que está surpreendendo os próprios amigos e atemorizando os adversários. Frio, calculista, falando pouco, esse cearense de aparência tímida tem executado ultimamente jogadas políticas de indiscutível sagacidade. Quem o vê manobrando silenciosamente com as vistas voltadas para os objetivos que deseja atingir, nem de longe pode imaginar os planos e a estratégia que se escondem por trás daquela muralha de silêncio.”¹⁷

Canhestramente havendo assumido o Governo, depressa, em muito menos de um ano, ele se familiarizara com o Poder, desvendando-lhe os segredos. O tempo dera-lhe segurança, e a observação marcara-lhe os rumos para reformar e salvar, “como síndico da massa falida”, o país do caos em que o encontrara. Acentuou Eugênio Gudin que ele recebera o país “sob a mais completa e caótica desorganização por que já passou o Brasil desde que existe como nação”. De fato, assim foi. Entretanto, tão grande quanto as suas realizações no campo das transformações institucionais, foi o exemplo ético legado à posteridade. “Castelo — escreveu Roberto Campos — recebeu sempre a corrupção do poder incontrastado. Acreditava que a unanimidade do aplauso facilitaria a condução do Estado, mas estiolaria a imaginação do governante. Contra o ardor dos revolucionários radicais, preservou a liberdade de imprensa. E, no Legislativo, buscava pacientemente o consenso, sem castigar o dissenso, preferindo o suor da persuasão ao comodismo da imposição.” Longe de o corromper, como é freqüente, o Poder aprimorou-o, fazendo emergir e ressaltar virtudes e qualidades até então ignoradas. Elas seriam a marca permanente da grandeza de seu espírito singular. Gustavo Corção julgou-o “a mais importante figura da História do Brasil”. Sem dúvida, a mais importante, mas também a mais humilde, pois nele nunca tivera guarida a arrogância. Concluiu Lincoln Gordon que “sua atitude era mais de humildade face à grave responsabilidade”. Modéstia a que se associava inata reserva, que, segundo esse embaixador, “estava associada à sua dedicação ao simples e ao irrepreensível, virtudes de um soldado profissional: dever, honra, coragem. Ele representava o paradoxo de um puritano do século vinte na direção da maior nação católica do mundo”.

¹⁷ Murilo Melo Filho, “Os 365 Dias de Castelo”, in *Manchete*, 27-3-65.

CAPÍTULO XXVI

AINDA A PRESIDÊNCIA

O FINAL PREOCUPAVA o Presidente. Não que o temesse ou o inquietasse deixar o poder, que aceitara como missão a cumprir. Angustiava-o, porém, a idéia do enfraquecimento, a sombra do sucessor projetando-se sobre a administração, e diminuindo-lhe a autoridade. Queria ser o *Presidente* até o último dia, e disso não abriria mão, nem fazia segredo. A um jornalista que lhe perguntou se não julgava inconveniente a eleição de Costa e Silva cinco meses antes da posse, retrucou sem hesitar: "*Não vejo inconveniência. Continuarei integralmente no cumprimento da minha missão. A ação e os atos do Governo não são da exclusiva responsabilidade do Presidente em exercício? Serei suficientemente responsável para não governar a quatro mãos e o Presidente eleito será necessariamente respeitador das minhas intransferíveis atribuições.*"

Ninguém duvidava da intransigência de Castelo nesse particular. Tão cioso dos deveres quanto da autoridade, não admitiria diminuir-lhe um fio do poder. E para tanto ele dispusera pacientemente as peças significativas de alguma parcela de autoridade. Ministros, líderes parlamentares, altos funcionários, nenhum se aventuraria a cortejar o sol nascente com o sacrifício de um centil da autoridade do Presidente. Costa e Silva, que o conhecia, esperaria a sua hora. Essa compreensão permitiu um convívio sem atritos aparentes. Certa vez, como lhe indagassem sobre as suas relações com o futuro presidente, Castelo respondeu com tranqüilidade: "*Não são especiais, nem extraordinárias. Não tomo cautelas para mantê-las e não uso de artifícios para entretê-las. São naturais, normais, desembaraçadas.*" As entrelinhas diziam tudo.

Faltando cem dias para concluir-se o período presidencial, Murilo Melo Filho fez essa afirmação: "O marechal Castelo Branco vai chegando ao fim do seu mandato mais forte e poderoso do que quando começou. Poucas vezes este fenômeno tem acontecido na

história política do país: em geral os presidentes começam fortes, mas do meio para o fim do quadriênio o sol descamba para o ocaso... Foi justamente depois da escolha e eleição do marechal Costa e Silva que mais se consolidou a autoridade do marechal Castelo Branco.”¹ A este coubera, durante o período em que exerceu o Governo, mudar a imagem do Presidente, fazendo-o reconquistar uma aura de respeito e autoridade. Deteriorada por excessiva preocupação de popularidade de governos anteriores, Castelo compreendia indispensável refazê-la inteiramente. Pacheco e Silva, renomado professor paulista, que o conheceu antes da Presidência, diria haver Castelo assumido o Governo no momento “em que imperava a mais deslavada corrupção, a demagogia mais desenfreada, o desrespeito à autoridade, a falta de hierarquia e a indisciplina em todos os escalões da vida nacional.”² Para Roberto Campos, saíramos de “uma fase em que havia apetite para o Poder e inapetência para o Governo”.

Era imprescindível voltar as costas à popularidade, e optar pela responsabilidade. E Castelo fê-lo com dignidade exemplar, infatigável, para conquistar o respeito e a admiração do país. Bem posto, erecto, as roupas cuidadas, aparentemente distante, sem admitir intimidades fáceis, e impondo-se normas de permanente austeridade, reporia as coisas nos seus lugares, fazendo-se um dos grandes presidentes. “Um homem extraordinário”, chamou-o Eugênio Gudin, comparando-o aos “três grandes do início da República: Prudente, Campos Sales e Rodrigues Alves.”³ Carlos Castelo Branco, que, embora da família dos Castelo Branco, do Piauí, não foi dos mais afeiçoados ao Presidente, pois ambos conservavam o traço comum da malícia e da mordacidade, reconheceu haver ele restaurado “o respeito ao Poder e o temor do Poder, numa época em que o Poder se dissolvia na corte dos governantes aos governados.”⁴ Insensivelmente, a imaginação voltava-se para os primórdios da República, quando a austeridade e a grandeza tinham sido o traço dominante dos primeiros governantes. “O marechal Castelo Branco — escreveu o *Diário de Notícias* — nos seus três anos de governo, restaurou indiscutivelmente na administração pública uma seriedade, uma austeridade, uma integridade — em suma uma responsabilidade — de que, salvo a pequena exceção do Governo Eurico Dutra, o país já se tinha esquecido desde os tempos de Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Campos Sales.”

¹ Murilo Melo Filho, “Os Últimos 100 Dias”, in *Manchete*, 17-12-1966.

² Pacheco e Silva, “Castelo Branco”, in *O Estado de S. Paulo*, 18-8-67.

³ Eugênio Gudin, “O Sexto Aniversário”, in *O Globo*, 3-4-1970.

⁴ Carlos Castelo Branco, in *Jornal do Brasil*, 19-7-1967.

Uma coisa, entretanto, nunca admitiu: tornar-se um ditador. Em várias oportunidades, desde os dias da vitória da Revolução, ser-lhe-ia fácil conquistar poder ilimitado. Essa idéia, no entanto, sempre o repugnou. Talvez por isso, o *Washington Post* diria ser ele “melhor lembrado como o estereótipo oposto dos militares latinos”. Do historiador João Camilo de Oliveira Torres é esse testemunho: “Não foi ditador porque não quis. Talvez seja o primeiro caso na História Nacional.”⁵ Ninguém lhe negaria essa virtude. “No tumulto dos acontecimentos políticos — observou o *Jornal do Brasil* — sua liderança foi exercida com firmeza, mas recusou, com inegável altivez, o caminho de uma ditadura.”

Raquel de Queirós, a escritora que tanto o conheceu, faria esses comentários: “Praticamente, nada o limitava — era ele [Castelo] que se limitava voluntariamente, obstinadamente, a funcionar como ditador.”⁶

Mero fruto das suas convicções civilistas, tendo passado para a reserva ao assumir o Poder, despiu-se inteiramente da condição de militar. As próprias “platinas” de general, ele as oferecera a um companheiro, o general Francisco Portugal. Aliás, admirou-se o embaixador russo, no dia da posse, por não o ver fardado, recamado de condecorações. Surpresa igual teve o presidente Frei, ao encontrá-lo no aeroporto despojado de qualquer pompa, nada lembrando o poderoso chefe militar. A circunstância, entretanto, não impediu fosse ele, segundo *O Estado de S. Paulo*, jornal que tanto o combateu, “o último representante daqueles que viam nas Forças Armadas o *rouge* com que se elevar socialmente”. Ao que acrescentou ser ele “também o primeiro marechal da era do Exército técnico, mal remunerado, mas com visão exata de seu papel histórico”. Papel que Castelo julgou desempenhar sem o menor laivo de militarismo.

O tempo e a hierarquia não lhe fizeram esquecer as convicções do “Coronel Y” para quem eram incompatíveis duas carreiras paralelas — a militar e a política — sob pena de desvirtuar uma delas, e para quem o Exército não devia ser “um aparelho controlador dos poderes da nação, nem uma milícia partidária”. Esse pensamento o levava a censurar os políticos inclinados a rondarem as portas dos quartéis, por ter o conúbio como maléfico ao país. Daí o zelo, se não o empenho com que evitou se transformarem os militares em líderes políticos, aspirando aos governos dos estados. Embora orgulhoso de ser militar, Castelo opunha-se convictamente ao militarismo.

⁵ João Camilo de Oliveira Torres, “Lembrando um Presidente”, in *Correio do Povo*, 9-8-1967.

⁶ Raquel de Queirós, “Um Ano Depois”, *Estado de Minas*, 19-7-1968.

Certa vez, numa conferência, fizeram-lhe uma pergunta sobre candidaturas de comandantes militares. Castelo, a quem o jornalista acreditava perturbar, não titubeou: *“Acho normal, desde que o cargo não seja utilizado para propaganda, pressões e base política, e me refiro a qualquer escalão de comando. Passam, então, a vigorar plenamente as faculdades e os direitos do cidadão que legitimamente tem a pretensão de um posto eletivo. O essencial é não misturar o exercício do cargo militar com as necessidades de candidato. De modo contrário, aí sim, é que haverá militarismo.”* Noutra ocasião, Castelo, freqüentemente mordaz, não perdeu o ensejo de responder a *O Estado de S. Paulo*, que, meses antes, pregara a intervenção dos quartéis em favor da candidatura Costa e Silva, indiferente ao apoio do mundo político ou do Presidente. No fundo, almejava a deposição de Castelo. Este, porém, retrucou-lhe com ilustrada resposta: *“Os seus leitores querem um exemplo de tentativa recente de militarismo? Quando o eminente general Costa e Silva viajou para a Europa, houve um grande órgão da imprensa que apelou para que os setores militares impusessem ao meio político, como insurreição ao Presidente da República, a candidatura do atual ministro da Guerra. Considerou-a um fato militar e o Chefe da Nação já despojado de sua autoridade. Via-se claramente que os editoriais expressavam a conveniência de as eleições presidenciais se processarem praticamente nos quartéis, isto é, na tropa, como registravam, e não pela Arena no Congresso Nacional. Eis um exemplo de militarismo desejado por civis, negligenciado por militares e rejeitado pelo alvo de tão estranhos propósitos.”*

Eram raros, porém, esses desabafos. Embora tivesse o hábito de ler quanto se escrevia na imprensa, ou se dizia nas tribunas parlamentares, raramente se mostrava irritado pelas críticas que enchiam as colunas dos jornais e os anais do Congresso. Tendo-se aproximado da Presidência “com pureza d’alma”, revestira-se de tolerância e impessoalidade. Considerava as críticas, quando honestas, contribuição valiosa, que precisava aceitar. Cumpria o seu dever. Propenso a atalhar o trágico com o uso do humor, era freqüente ouvi-lo lembrar antigo auxiliar, o sargento Ferreira, que dizia nas horas de maiores aborrecimentos: “Capitão, somos pagos para isso.” As agressões também ele era pago para suportá-las, e recebê-las com tolerância. Graças a essa atitude, logrou, no meio das tormentas e das violentas diatribes que lhe foram atiradas, manter intocável a liberdade de imprensa que considerava mal menor do que a inevitável corrupção de um poder absoluto. Preservou, outrossim, a liberdade de pensamento, permitindo, por exemplo, a publicação do manifesto em que dezenas de intelectuais de esquerda atacavam o

Governo, acenando com uma conferência nacional pela Democracia e Desenvolvimento.

Como ocorre aos que colocam as idéias acima de passageiras emoções, o Governo aprimorou em Castelo profundo traço de impessoalidade, permitindo-lhe convocar, para ajudá-lo, pessoas que somente então veio a conhecer. Afinal, segundo observou Carlos Castelo Branco, ele punha "suas obrigações acima de considerações de natureza pessoal".

A inflexibilidade diante do dever foi arma inexorável com que se defendeu, mas também ela o expôs ao julgamento de criatura indiferente às angústias e sofrimentos dos que precisou contrariar ou punir. Ninguém, realmente, adivinharia no homem que parecia insensível ao seu semelhante, por encarnar a Revolução com todo o seu doloroso cortejo de medidas saneadoras, alguém que bebera do leite da bondade humana. Dificilmente se acreditaria que aquela fisionomia dura abrigasse espírito tão sensível, capaz de grandes emoções. "Conquanto fosse na aparência um homem frio, era o marechal Castelo Branco — escreveu Pacheco e Silva — na realidade um sentimental e emotivo, comovendo-se até às lágrimas, quando sob o impacto de acontecimento que atingisse fundo a sua afetividade." Realmente, por mais de uma vez os que com ele conviviam viram-lhe os olhos umedecidos pela emoção, tal como aconteceu quando uma banda de música de crianças, vindas do Crato, no Ceará, se exibiu no Laranjeiras. Também ao se despedir de Cordeiro de Farias, que deixava o Ministério, vieram-lhe lágrimas aos olhos. Nem sempre o vigor, a energia, a coragem, conseguiam demudar o sentimental compassivo, o terno, o afetuoso. Roberto Campos, que o conheceu em horas diversas e difíceis, diria numa evasão: "Era o mais terno dos homens, e teve de parecer indiferente ao sofrimento humano." O dever, sempre o dever, impunha-lhe essa aparência enganadora. E Campos assim completaria o retrato sentimental: "Os que com Castelo conviveram sabem que a catadura austera e a feição autoritária escondiam uma alma tímida, afetuosa, de ameno e culto diálogo, entremeado daquele humor que, segundo Machado de Assis, é apenas o "pudor da razão, diante da vida".

Esse pudor, aliado a permanente autocritica, sofria-lhe as expansões sentimentais. Ao preparar a oração com que agradeceu o título de cidadão de Minas Gerais, Castelo, como fazia ao esboçar os discursos, que dificilmente tinha tempo de redigir totalmente, compôs esta frase que me confiou: "*Aqui me tornei cidadão inteiramente responsável, na vida militar e civil. Os horizontes da cidade, além do encantamento que o sol e as noites claras proporcionam aos belo-horizontinos, me davam as perspectivas normais de uma*

modesta vila devotada à profissão das armas e a outros deveres de cidadão...” Anotou num parêntese: “*parece muito piegas*”. Fazia autocrítica, que o não deixava expor-se de coração aberto. Mas logo adiante ele insistiria, embora temeroso de desvendar a alma: “*Vão distantes no tempo, mas sempre perto de mim, os benefícios que aqui, mesmo no envelhecer, não esmaecem nem perdem a retribuição da gratidão e da saudade.*” Era o reconhecimento por tudo quanto Belo Horizonte lhe dera na mocidade, mas ele novamente observou, como caramujo que se recolhe assustado: “*continuo muito piegas...*” Não o abandonaria o pudor de ver desnudos à flor da pele os sentimentos tão ciosamente ocultos, mas que lhe jorravam do fundo do coração.

Amava aquele “culto diálogo”, como quem urdira a maviosa arte da sua estratégia. Dotado de invulgar capacidade de persuasão, apto a conquistar prosélitos para as reformas que intentou em grande número, não lhe satisfazia impô-las como ato de força: o seu prazer consistia em convencer. Daí se haver escrito que se “não tivesse seguido a carreira militar, teria sido um dos grandes bacharéis da República”. Para ele a força era efêmera: as convicções, duradouras.

Afigurava-se-lhe o diálogo a maneira de conduzir sem atritos ou submissões, dando a cada qual a alegria de colaborar voluntariamente nos rumos novos do país. Mesmo nos círculos da família ele seria assim. “Parece que a gente vai, quase sem perceber, fazendo o que ele quer”, diria a filha, Nieta. Possivelmente, nenhum presidente terá despendido esforço igual para dialogar com o maior número. Por vezes, nas viagens, verdadeiras multidões acorriam às audiências. Propenso ao contato humano, Castelo, além de manter as portas abertas aos que o procuravam, viajou por todo o país, ouvindo e recolhendo opiniões. Tinha a paciência de ouvir.

Valeu-se assim de caminhos adequados, para se manter informado. Além dos atos sociais inerentes ao cargo, aceitava convites para reuniões, jantares, recepções, solenidades de posses, tudo enfim que lhe permitia encontrar e ouvir pessoas que, normalmente, não avistaria dentro da rotina da presidência. Visitou todos os estados e territórios, tendo voado 982 horas, num percurso superior a 400 mil quilômetros, ou sejam a dez vezes a volta da Terra. Concedeu mais de sete mil audiências. E destas, 1.966 a parlamentares, o que explicou o entrosamento com o Congresso, que preservou e prestigiou, bem como o apoio conseguido para as reformas, algumas dependendo de emendas constitucionais, que exigiam o alto quorum de dois terços e contrariavam interesses e pontos de vista do PSD e do PTB, que representavam 3/5 da Câmara dos Deputados. De fato, como bem disse Aliomar Baleeiro, para quem ele realizara a política do Congresso, enquanto os presidentes anteriores costuma-

vam fazer a política dos governadores, ele consumia longas horas acompanhando os trabalhos parlamentares.

A ele deveu o Congresso a sua permanência como um dos Poderes do país, apesar das restrições que sofreu. Osvaldo Trigueiros, que foi deputado na Segunda República, fez este comentário: "Para sobreviver ao terremoto de 1964, o Congresso, decerto, pagou um pesado tributo. Mas, sobreviveu, o que em política é de transcendente importância. E como quer que seja, com Castelo Branco, ele não foi menos independente do que na Primeira República. Não se tornou mero ornato na fachada do regime. Permaneceu como corpo legislativo participante das decisões que mudaram a face do país, e tinha consciência dessa participação."⁷

Baleeiro acentuaria a circunstância de Castelo, sem maiores relações anteriores com o mundo político, haver se transformado "rapidamente num político infatigável". Era o gosto inato do ofício. "Dentro de poucos meses — aduz Baleeiro — fez [Castelo] contato pessoal e direto com grande número de senadores e deputados." Idêntico é o depoimento de Rondon Pacheco, para quem ele assimilara "com muito *sense of humour*, o cotidiano da política": "Foi para nós um tanto surpreendente encontrar no general recém-chegado ao Poder um extraordinário gosto pela política construtiva e uma grande capacidade de diálogo com pessoas até então fora do seu círculo de relações. Em pouco tempo conhecia numeroso grupo de congressistas."⁸

Também não diferia as lembranças do deputado Herbert Levi, em várias oportunidades doutrinariamente contrariado pelo Governo: "O Presidente Castelo Branco era homem de surpreendente sensibilidade política, sobretudo se considerarmos sua formação militar. De inclinações, por isso mesmo, liberais, em contraste com o ambiente de autoridade e hierarquia em que sempre viveu. Mas, era a personalidade profundamente humana, mesclada de modéstia e até de humildade, que mais atraía."⁹

Em Castelo, tudo transpirava autoridade e modéstia, ambas espontâneas, dir-se-ia inatas, propiciando-lhe desinibida maneira de comunicar-se. Qualidades, enfim, que o predispunham para o diálogo. Aos líderes do Governo no Senado e na Câmara, por exemplo, telefonava freqüentemente, informando-se do andamento dos projetos, que acompanhava com interesse, e mais do que isso, com a previsão de quem planeja e desenvolve uma batalha.

⁷ Osvaldo Trigueiros, "Humberto Castelo Branco", artigo inédito já citado.

⁸ Rondon Pacheco, "Lembranças de Contatos com o Presidente Castelo Branco", redigidas a pedido do Autor.

⁹ Herbert Levi, depoimento a pedido do Autor, s/d.

O êxito também provinha da paciência que, conforme assinalou Daniel Faraco, “era fruto da compreensão, e era, também, instrumento de ação”.¹⁰ E ela se revelava nos pormenores de que era capaz. Ao se cuidar, por exemplo, da lei eleitoral, o Presidente mandou este bilhete a Rondon Pacheco: “*Parece que a minuta precisa ser melhorada, inclusive para as questões decorrentes do voto majoritário. Outro aspecto: regular a chamada do suplente para assumir (só em caso de licença de um ano e no de falecimento?). A cor da cédula não será um retrocesso?*” Em meio dos afazeres da Presidência, Castelo encontrava tempo para a vigilância, o cuidado, o desvelo, baseado no estudo e no diálogo. O esforço, entretanto, não impediu que o acusassem, ferindo-o de inlenso a auscultar opiniões. Havendo um jornal renovado essa crítica, Castelo, na primeira entrevista à imprensa, tomou o pião na unha. Surpreendia-se — declarou — com a “*improba utilização da palavra diálogo*”. E explicou: “*Invocam-na muitas vezes como cobertura da determinação de não trocarem idéias. Não desejam terçar as armas de pensamentos opostos e, sobretudo, teimam em não revelar, frente a frente, seus verdadeiros objetivos.*”

Em seguida, a réplica tornou-se frontal e irretorquível: “*É injusta a acusação de o Governo não dialogar. Falar alternadamente tem sido também um modo de ação do Presidente, dos ministros e de detentores de altos cargos. O projeto de lei da organização estudantil foi discutido amplamente com universitários, professores, diretores e reitores. A Reforma Agrária foi submetida a um debate em todas as áreas interessadas. A questão das concessionárias, política de minérios, garantia e estabilidade dos trabalhadores, tributação, etc., foram problemas tratados a fundo com associações de classe e outras organizações. Muitos reparos e sugestões foram levados em conta. O Presidente já visitou 97 cidades do Brasil, e em todas elas, deu audiências, ouviu proposições e trocou impressões. Já concedeu muitas entrevistas à imprensa.*”

Não podia ser mais incisivo. Dotado de boa fé, Castelo a considerava imanente na troca de opiniões. Não se esqueceu de, a talho, advertir: “*O diálogo exige, antes de tudo, uma honesta revelação de propósitos. A ele o Governo tem comparecido com o claro ânimo de acertar e servir ao Brasil.*” Nessas ocasiões, o Presidente parecia menos deseioso de se defender do que de ensinar, pois era também esse um dos seus deveres com o país.

Pelo chiste, ele emprestava ao diálogo tom agradável, vivo. Desse traço dá-lhe o testemunho Raimundo Padilha: “*Austero e de escasso riso, possuía [Castelo], contudo, agudo senso de humour, que aflo-*

¹⁰ Daniel Faraco, in carta ao Autor, s/d.

rava num verbo ou num substantivo imprevistos, por vezes na original intitulação de algum homem público, proferida em tom sério, sem interrupção da frase, sem a busca, em suma, de efeito cômico." Seria um erro "supor-se que se tratasse de um homem casmurro com quem o diálogo transcorresse monocórdio."¹¹

Tendo contrariado grandes interesses, impedido uma ditadura de direita, ao tempo que detida a subversão fortemente infiltrada em órgãos de divulgação, Castelo tornou-se alvo de ataques dos dois extremos. O equilíbrio deixava-o quase indefeso. À liberdade de imprensa, que sempre preservou, permitia críticas, por vezes violentas e injuriosas. Pela invariável discrição, mesmo nos círculos do Governo, não avaliavam exatamente quanto se sentia ferido. Tive nítida idéia desse sofrimento, quando o Presidente, em 7 de outubro de 1966, narrou o encontro com o secretário da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB). Anotei nessa oportunidade: "8 horas. O Presidente conta a mim e aos generais Geisel e Golberi a conversa com o secretário dos Bispos, Dom José Gonçalves da Costa, a propósito de Dom José Newton [de Almeida Batista Pereira], arcebispo de Brasília, indiciado. O bispo perguntou ao Presidente se acredita que [Dom José] represente a Igreja. 'Nunca. Porventura queixei-me ao senhor de um padre, que é um palhaço, condenar-me em Belo Horizonte, num júri simulado, por 12 crimes? Reclamei do arcebispo de Fortaleza haver dito numa circular constar que o Presidente pedira a saída de Dom Hélder? e não dizer que não acreditava?' Em seguida, o Presidente contou ao bispo que Juraci dissera ao Papa: 'Ninguém crê em crise entre Governo, Exército e Igreja. Mas todos dizem a Igreja dividida.' Depois conta que o Papa, a propósito de se haver dito que recebia Dom Hélder por porta secreta, dissera que na sua sala só havia uma porta — 'aquela'." E apontara a única entrada existente no aposento.

Eram fatos antigos, aos quais eu não atribuíra maior importância. Mas agora emergiam, inesperadamente, prova de quanto os incidentes com a Igreja, particularmente com Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, haviam magoado o Presidente. Espírito sutil, aparência maliciosa, Dom Hélder jamais acertaria os ponteiros com o Presidente, que o desejava encerrado nos limites da evangelização. Era a velha concepção, anterior à Presidência. Em artigo no *Jornal do Brasil*, revelou Amoroso Lima breve diálogo com Castelo, em 1960, no qual este lhe dissera: "Sei que o senhor é apaixonado pela ação social da Igreja. Eu, porém, considero que ela está abandonando demais a sua função religiosa e exagerando a intervenção em assuntos pertencentes ao Estado. Foi o que disse,

¹¹ Raimundo Padilha, in carta ao Autor, Niterói, 11-12-1971.

ainda, há poucos dias, em Natal, ao arcebispo Dom Eugênio Sales."¹²

Depois, o tempo foi, cada vez mais, extremado as duas concepções, mas o Presidente, sempre que encontrava Dom Hélder, não esquecia de perguntar-lhe pelo Evangelho. Jamais se entenderiam.

Em maio de 1965, havendo Dom Hélder promovido, em Recife, um Seminário Regional do Nordeste, visando ao desenvolvimento da região com a formação de sacerdotes, a reunião, dado o clima de recíprocas desconfianças, não arrefeceu os atritos.

Como habitual, Dom Hélder, sem lembrar que os males e sofrimentos da região provinham de erros acumulados, os quais reclamavam longo trabalho para se extirparem, cingia-se a proclamar um estado de miséria, de subdesenvolvimento, sem lhes apontar os remédios, nem os responsáveis. O que era cômodo, e equivalia a atirar a culpa ao Governo. Recebida a exposição de Dom Hélder, abrindo o Seminário, Castelo lançou estas observações:

*"Dom Hélder fala longamente em desenvolvimento. É visível a sua omissão a respeito de quem deve, pelo menos, executá-lo, já não digo promovê-lo. Mas, repete e repete que a Igreja deve cuidar de desenvolvimento, inclusive adotar um Seminário para isso. A Igreja é separada do Estado. O Brasil é um grande exemplo para o mundo. E é a melhor concepção para o nosso país. Imaginemos o Poder de Estado intervindo na Igreja. Não é para a nossa gente, inclusive quanto... espiritual de cada brasileiro. Imaginemos também a Igreja se perdendo nos escalões do Estado! Se a Igreja é separada do Estado, o desenvolvimento material é deste, o espiritual é também da Igreja. Mas, muito a Igreja pode ajudar o Estado, no esclarecimento, nas obras de assistência, e mesmo na formação de uma consciência quanto ao desenvolvimento. O Estado tem órgãos para planejar e executar o desenvolvimento. Não delegará nenhuma função a nenhum órgão do próprio Estado, nem de fora."*¹³

Também Paulo VI — soube-se depois — não aprovava a exposição. Era evidente a impossibilidade de conciliar os dois pontos de vista. Contudo, em relação a Dom Hélder, as preocupações cresceram por causa das suas declarações em Paris, mais ou menos por esse tempo, e do apoio que nele buscavam os que negavam o esforço do Governo para vencer a crise econômica. Tanto se avolumaram as preocupações, que o embaixador junto ao Vaticano, Henrique Sousa Gomes, não as escondeu do Papa Paulo VI. Fora, porém, um desa-

¹² Tristão de Ataíde, "O Taciturno", in *Jornal do Brasil*, 3-8-1967.

¹³ Nota no arquivo do Autor, anexa à entrevista de Dom Hélder Câmara ao *Jornal do Comércio*, Recife, 5-5-1965.

fogo saber-se que Sua Santidade, após elogiar Dom Agnello Rossi, “modelo de equilíbrio pastoral” e Dom Eugênio Sales, “figura de relevo entre o clero”, externara o seu desacordo com o arcebispo de Olinda. Por fim, perguntado se tinha algum recado especial para o Presidente, acrescentara Sua Santidade: “Que lhe dissesse que fazia os votos mais fervorosos para que pudesse prosseguir na obra de reerguimento econômico, financeiro e moral do Brasil, e que para isso oferecia diariamente orações à Nossa Senhora brasileira que está colocada nos seus apartamentos privados, prova de que nunca se esquece do Brasil”.

A paz, entretanto, não seria duradoura. Em julho do ano seguinte, uma nota da Região Militar do Ceará, tratando da “desagregação do rebanho católico em consequência das atitudes de Dom Hélder”, fez o assunto ressurgir. Era desagradável para o Presidente renovarem-se as dissensões como se infere da carta então dirigida a Dom Eugênio Sales, onde deixava aflorar seus sentimentos religiosos. Castelo a Dom Eugênio:

“Vossa Reverendíssima sabe do meu respeito aos prelados seus companheiros aqui do Brasil. Nem poderia deixar de ser a minha atitude de cidadão, católico e Presidente da República. Daí o meu embaraço e mágoa quando vejo acusações a mim e a membros do Governo de desacatos a arcebispos, bispos e padres. Creia que até com humildade tenho lido os protestos de solidariedade ao arcebispo de Olinda e Recife em desagravo ao que de mau dizem que faço a este eminente brasileiro e virtuoso servo do catolicismo. É um conforto para mim a sua atuação em benefício do restabelecimento da boa harmonia entre Governo e militares, de um lado, e prelados de outro.”¹⁴

A humildade da linguagem proporciona ver quanto almejava encerrar o conflito. Realmente, indo ao Recife nessa ocasião, Castelo encontrou-se com Dom Hélder, tentando apaziguar os ânimos. Não seria inteiramente feliz, conforme depreende das cartas trocadas dias depois. Dom Hélder a Castelo:

“O encontro pessoal da tarde de domingo último (14 de agosto) pareceu-me cordial e deixou-me a impressão de que V. Exa. realmente desejava pôr um termo à série de equívocos que vêm surgindo entre militares e bispos do Nordeste. Comuniquei esta impressão a Dom José Delgado e a Dom Eugênio Sales, responsáveis, respectivamente, pelo Nordeste I e pelo Nordeste III. Chegamos até a redigir uma nota tranquilizadora a ser enviada a todos os bispos da Região e suspendemos a reunião dos Metropolitanos do NE, que iríamos convocar para Recife ou Salvador.

¹⁴ Carta de 9-9-1966 (Rio de Janeiro), cópia in Arq. C.B.

"O discurso de V. Exa., na manhã de 15 de agosto p.p. — a ser fiel o resumo divulgado pela imprensa — parece-nos inamistoso, com indisfarçáveis e injustas alusões à Declaração dos Bispos. Injustas porque V. Exa. sabe — mesmo sem aludir ao trabalho constante da Igreja não só em ajuda aos necessitados, mas em ajuda ao desenvolvimento — V. Exa. sabe o que a Operação Esperança vem oferecendo de colaboração a órgãos como a Sudene e a Cohab. Em vão esperei alguma nota da Secretaria de Imprensa da Presidência desfazendo intrigas que encontraram, nas palavras de V. Exa., excelente ponto de partida.

Ficamos, Excelência, em situação difícil: a esclarecimentos prestados em caráter privado seguem-se, ao que parece, acusações públicas. O desejo sincero de não agravar a delicada situação nacional leva-me a relevar mais este equívoco, desta vez particularmente grave em vista de partir de V. Exa. Respeitosas saudações em J.C." ¹⁵

O clima ainda não era propício. Uma desconfiança à flor da pele criava interpretações, desvirtuando palavras e intenções. Castelo, entretanto, por julgar do interesse do país, dispunha-se a pagar o preço da paz, e voltou a escrever ao arcebispo. Deixaria cair os pontos nos ii. Castelo a Dom Hélder:

"Satisfaz-me a coincidência da impressão que me transmitiu sobre o nosso encontro no Recife, que também me pareceu marcado por uma nota de cordialidade capaz de contribuir para 'pôr termo à série de equívocos', como bem sugere.

É pena que logo um novo equívoco, que diz surgido de um resumo, que desconheço, de discurso por mim proferido na Universidade de Pernambuco haja perturbado aquela benévola e benéfica impressão. Discurso no qual, de passagem, busquei acentuar e repelir dolorosas injustiças dos que negam o desvelado e perseverante esforço do Governo para, pelos meios ao seu alcance, recuperar o Nordeste, que encontrou abandonado, desesperado e até — o que é pior — inquietado pelos próprios órgãos da administração, que tudo fizeram sob o silêncio mais ou menos geral.

Não vejo motivos para que esse meu discurso pudesse parecer em contradição com a conversa que tivemos naquele nosso encontro, senão através de uma prevenida interpretação, que melhor seria não ser aceita. Até porque, malgrado o que tem sido dito e repetido, jamais admiti que as declarações dos bispos do Nordeste visassem acusar o Governo ou a Revolução de incúria ou incapacidade ante o sofrimento dessa região. Se testemunho fosse necessário da obra do atual Governo no combate às condições de miséria e subdesenvolvimento do Nordeste, certamente nenhum melhor do que Vossa Reve-

¹⁵ Carta de Recife, 18-8-1966, in Arq. C.B.

rendíssima, que tão de perto acompanha transformações que acredito serem de bênção das suas orações. Pode Vossa Reverendíssima estar seguro de que da nossa parte não encontrará a mínima divergência entre as atitudes públicas e aquelas tomadas em particular.

“Sei que todos nós somos sujeitos a equívocos. Permite-me, pois, dizer-lhe, à vista da carta com que me distinguiu e a julgar pelo que conheço, não ver por que haja esperado ‘alguma nota da Secretaria de Imprensa da Presidência desfazendo intrigas’, que ignoro inteiramente. Embora não infenso a desfazê-las, na realidade costumo ser a elas insuscetível. Dai a serenidade com que vejo, por exemplo, pastores evangélicos, talvez com intuitos bem mais profundos do que os aparentes, dirigirem-se a Vossa Reverendíssima hipotecando-lhe solidariedade na ‘luta contra a opressão e a favor da justiça para os oprimidos e perseguidos’, sem que tão injusta agressão ao Governo e à Revolução encontre o menor gesto de desaprovação dos que bem conhecem quanto se distancia da verdade. Não há, porém, por que pretender-se que Vossa Reverendíssima se julgasse no dever de vir a público desfazer intriga tão mesquinha em vez de aceitá-la como tributo de admiração. Além disso, seria exigir muito mais de Vossa Reverendíssima se esperássemos desmentidos a declarações que, de má fé e com grave improbidade da imprensa, lhe são de vez em quando atribuídas. Assunto aliás constante de nosso encontro.

Por último, quero dizer a Vossa Reverendíssima que não há assim um novo equívoco a relevar. Confio na sua compreensão e em que Deus nos inspire sobre a melhor maneira de servirmos ao país.”¹⁶

Apesar de cortês, a resposta, revelando propósito de harmonia, continha alusão possivelmente desagradável, lembrando o “silêncio mais ou menos geral” diante da ostensiva comunização do período anterior à Revolução. Na realidade, o Presidente sopitava mágoas, punha de lado ressentimentos provocados pelas injustiças, mas não se privava do prazer da ironia. Não acreditava na paz, porém satisfazia-o a concessão de um armistício.

Por vezes também chegava alguma palavra de apoio do clero. O arcebispo de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por exemplo, divergira frontalmente do manifesto divulgado por Dom Jorge de Oliveira, bispo de Santo André, e que tivera como “pura demagogia, guerra de nervos contra o Governo.”

Para os que trabalhavam com o Presidente era flagrante e doloroso o contraste, sobretudo nos primeiros tempos, entre a personalidade retratada por adversários e desafetos, e a personalidade verdadeira com a qual conviviam. Segundo o retrato, ele era duro, des-

¹⁶ Carta de 28-8-1966 (Rio de Janeiro), cópia in Arq. C.B.

provido de calor humano, indiferente ao sofrimento alheio, possivelmente preocupado com alguma glória pessoal. Não passava da figura do militar autoritário. Desprovido do carisma, ou de qualquer outro dom capaz de suscitar influência extraordinária, Castelo era presa fácil nas garras da demagogia, que ele tanto desprezava. "Castelo tinha uma aversão ontológica à promessa fácil e à teatralidade dos resultados." Recusava-se a distribuir ilusões, do mesmo modo que não cortejava a popularidade. Os desafetos então aproveitavam-se desses predicados para caricaturá-lo profundamente diferente da personagem.

Na realidade ele era simples, educado, afável, sempre generoso, tolerante. Uma nota de grandeza nunca o abandonava: desconhecia o mesquinho. E, ao se tratar de interesse público, parecia não conservar ressentimentos, como se aquilata do convite a Adauto Cardoso, para ministro do Supremo Tribunal Federal. Ao se recusar a acatar o decreto de cassação dos mandatos e direitos políticos de deputados, Adauto amargurara e decepcionara o Presidente, constringendo-o a colocar o Congresso em recesso. Tanto mais que, para se justificar, ele alegara haver recebido a segurança de que nenhum deputado seria afastado sem o prévio conhecimento dele. Castelo preferiu admitir decorrer essa convicção de um equívoco. E assim esquecerá sofrimentos, perdoara agravos, e, certo de servir ao país, reiterou o convite com que acenara a Adauto antes de se desentenderem. Lembrava Lincoln, nomeando Chase, o ex-ministro de quem se separara fundamentalmente ferido, para a Suprema Corte. De outra feita, visitando Minas Gerais após Magalhães Pinto haver deixado o governo, não se esqueceu de mandar inserir, no discurso que então proferiu, um tópico de agradecimento ao ex-governador: "*Creio que deveremos dar — escreveu-me o Presidente — uma mostra de boa vontade e reconhecimento ao governador Magalhães Pinto.*" Sopotava as desinteligências, para deixar aflorar a palavra de justiça a quem participara do início da Revolução.

É provável que o gosto da música o impregnasse de uma nota de suavidade, que tanto se revelava no trato cotidiano com os auxiliares, ou na atenção a quanto dizia respeito à vida dos amigos. A música era o lenitivo para as horas de solidão. A um jornalista, Luís Mendonça, que o encontrou ouvindo Mozart, diria numa confissão: "*A música é minha companheira, porque a música é a companheira da velhice e dos homens solitários.*" E, mostrando gravações de Haydn e Brahms, recordara Geneviève Page e Maurice Chevalier, que ouvira em Paris, na mocidade.¹⁷

¹⁷ Luís Mendonça, "A Última Entrevista", in *Última Hora*, 19-7-1967.

Contudo, por trás do homem afável, lhano, cheio de humor, vivia um espírito obstinado e idealista, pronto a enfrentar os obstáculos. Insensível à lisonja, ou às pressões de qualquer ordem, cercado de auxiliares que lhe admiravam as virtudes, e empenhado em mudar a face do país, ele deu ao Governo vigor, harmonia e unidade na administração.

De maneiras diversas os Presidentes se conduzem com os auxiliares, cada qual seguro da maior eficiência. Usaram alguns a emulação dentro do Governo; outros, a insegurança dos colaboradores; e muitos a liberdade de iniciativa ou o elogio às realizações, como a melhor fonte de estímulo. Para Castelo, o Governo era uma orquestra da qual seria o regente atento, deixando a cada qual a responsabilidade do próprio instrumento. A ele cabia observar, decidir e dar o tom, fazendo-o com polidez discreta, natural, aliada à completa autoridade. Além de não ser parco de elogios aos que o ajudavam, dele jamais transparecia intenção menos nobre.

Consciente da impopularidade de muitas das medidas que tomou, não dividia com ninguém a responsabilidade dos atos do Governo. Por vezes, os próprios ministros lhe propunham poupar-se, permitindo a outros serem responsabilizados por iniciativas sabidamente antipáticas. Recusava peremptoriamente: "*Seria indigno da liderança — dizia — se não aceitasse a responsabilidade, e indigno do futuro, se não enfrentasse o presente.*" E ninguém o enfrentaria mais bravamente do que ele.

Mas, se a dedicação dos auxiliares é fundamental ao Governo, ainda mais importante é o ideal de criação, pois este dá a flexibilidade e conserva um sopro permanente de renovação, que transmite esperança e entusiasmo. E esse ideal não faltou a colaboradores de Castelo, dentre os quais, sob esse aspecto, sobressaía Roberto Campos. Jamais deixaram o Governo dominado pela inércia da rotina. Havia sempre algo novo que estudar, examinar e oferecer ao país.

Isso explica a torrente de leis, decretos, regulamentos, portarias, que no fundo eram o sonho do idealista, para quem a legislação poderia mudar e aprimorar a vida nacional. É quase inacreditável que em meio de graves problemas e decisões, houvesse tempo para se aprovar mais de 700 leis, onze emendas constitucionais, baixar 312 decretos-leis, e 19.259 decretos, além da Constituição de 1967. E tudo passava pelo crivo do Presidente, que dava também a palavra final e oportuna em caso de divergências de opiniões dentro do Governo.

A cada momento mostrava-se nova face da simplicidade do Presidente. Certa vez, às vésperas de uma viagem ao Ceará, foi com inquietação que o vimos telegrafar ao major Poum, Chefe da Segurança, que nos antecederia de alguns dias, pedindo-lhe para "*suprimir honras militares Fortaleza e reduzir o mais possível a segurança*

tornando-a ainda mais discreta.” Aliás, freqüentemente, ele determinaria a redução ou a supressão das honras que lhe eram devidas. Por que excessiva movimentação de tropas? No particular, o de que ele gostava era encontrar-se com os camaradas, ouvi-los, sentir-lhes as necessidades e as sugestões de cada qual. Ai surgia o antigo chefe militar. As aparências é que não o seduziam.

Se lhe agradava conversar com antigos companheiros, quase todos mais jovens, aos quais dispensava palavras de ensinamento — ele passara grande parte da vida militar em cargos de ensino — não menos o encantava o convívio com escritores e intelectuais. Sempre que oportuno convidava pequeno grupo para almoçar no Laranjeiras. Ao comemorar-se, por exemplo, o primeiro aniversário da Revolução, em março de 65, Castelo reuniu alguns homens de espírito, que considerava necessários à imagem do movimento. E, em torno da mesa sentaram-se Austregésilo de Ataíde, Armando Fontes, Adonias Filho, Antônio Olinto, Barreto Filho, Gustavo Corção, Manuel Bandeira, Peregrino Júnior e Prudente de Moraes Neto. Era a primeira vez que Corção punha o pé num palácio presidencial. Bandeira ofereceu a Castelo o exemplar da antologia organizada com Carlos Drummond de Andrade para as comemorações do IV centenário da cidade: *O Rio de Janeiro em Prosa & Verso*.¹⁸ Nessas ocasiões, o Presidente parecia sentir-se num oásis. Recordou o livro que, ainda no colégio militar de Porto Alegre, recebera de Olavo Bilac, a quem saudara em nome dos colegas.

Numa hora de incompreensões e radicalismos de toda sorte, Castelo guiou-se por indefectível espírito de conciliação. Desejou conciliar a liberdade com a autoridade, do mesmo modo que lutou por conciliar a ordem legal com a Revolução. Pouco importa se malogrou parcialmente, pois ao idealista apenas se creditam as aspirações, e estas sobrevivem nas sementes lançadas para o futuro. A ambição de conciliar devia provir-lhe da tolerância. Esta, no íntimo, foi a âncora com que resistiu aos que almejavam destruir, enquanto ele apenas organizava a reconstrução.

Também a tolerância permitiu-lhe separar o joio do trigo, certo de que as cassações, os expurgos, eram um remédio, nunca um fim para a Revolução. “*Se mergulharmos exclusivamente na operação limpeza — escreveu a um amigo, o coronel Ibiapina, no início do Governo — O Brasil será entregue ao comunismo.*”¹⁹ Ele esperava vencê-lo, mediante um clima de confiança na Revolução, de apoio ao Governo, nunca em ambiente de terror. Quando Peter Howard,

¹⁸ Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, *O Rio de Janeiro em Prosa & Verso*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1965.

¹⁹ Carta de Brasília, 25-6-1964.

líder do Rearmamento Moral, o visitou e disse-lhe que o comunismo realizava no mundo inteiro campanha de desmoralização da revolução brasileira, Castelo redarguiu-lhe que a estratégia do movimento de 1964 vencera o comunismo em todo o hemisfério, sem a implantação da violência. Pela tolerância ele parecia sentir-se forte. Sentia-se talvez mais próximo do país.

CAPÍTULO XXVII

OS MIL DIAS

DESAPEGADO DO PODER, preparado para o deixar, Castelo, entretanto, almejava a continuidade da política financeira. Sabia dos sacrifícios que ela custara ao país, e com desapontamento ouviu o ministro Bulhões dar-lhe conta da indiferença de Costa e Silva ao assunto. Do episódio conservei esta nota:

“Brasília, 15 de dezembro de 1966. Cerca das 15 horas vou ver o Presidente, sugerindo chamar o senador B. Valadares e o deputado Ivan Luz, que se encontram na ONU. O Presidente fala pelo telefone com Pio Correia. Em seguida, diz-me estar preocupado. É a primeira vez que o ouço manifestar-se assim. Explica que o ministro Bulhões, devendo mandar ao FMI (Fundo Monetário Internacional) uma carta de intenções, procurara-o para saber como devia agir e ele o aconselhara a fazê-lo na base do Orçamento, mostrando-o em seguida a Costa e Silva. Hoje o Bulhões informou ao Presidente que, havendo procurado o C. e S. [Costa e Silva], este nem quisera ler a carta, limitando-se a dizer que precisava fazer a sua política para somar. ‘O Castelo tem o prestígio dele, a força dele, a política dele, eu preciso fazer a minha política.’ Também deixou claro que não continuará nenhum ministro. O Presidente não esconde a preocupação por causa da política financeira, que pode ir por água abaixo. Diz que por isso mesmo pretende a 16 de março desaparecer, evitando intrigas. O Presidente comenta longamente a que decorre do abandono da política financeira e diz que acredita que o C. e S. congelará os preços, medida simpática. ‘A Bélgica fez isso.’ Bulhões decepcionado. Mais tarde encontro-me com Roberto Campos, que me conta haver estado com C. e S., dizendo-lhe ser oportuno, caso fosse essa a sua intenção, anunciar a permanência de Bulhões. C. e S. respondeu ainda não estar preparado para decidir. Campos disse-lhe que não devia continuar.”

O dissabor, entretanto, parecia nuvem fugaz no espírito de Castelo. Com entusiasmo igual ao dos primeiros dias, ele se lançava às re-

formas, preparando a sementeira. Fazia-o sem pensar no fim próximo, senão sobrepondo-se ao destino de quanto construía laboriosamente. Cumpriria a sua missão. De fato, embora ninguém melhor do que ele soubesse o que o futuro poderia oferecer ao país, costumava tranquilizar os céticos e deprimidos pela inutilidade de qualquer esforço daí por diante. Que valiam reformas, se não lograra um sucessor para lhe continuar e preservar as iniciativas? Aos desalentados Castelo reiterava o lenitivo: *“Vocês vão ver como o Costa será diferente no Governo.”* Acreditaria? Muitos julgavam que preferia iludir-se.

Na realidade, por aparente contradição, o Presidente, embora se eximisse de influir na formação do futuro governo, interessava-se em salvar um trabalho árduo, importante, mas passível de ruir à menor vacilação. Resolvera ser apenas um espectador intranquilo. Assim, quando Costa e Silva lhe comunicou uma das escolhas para o Ministério, fez questão de pô-lo à vontade, alheando-se inteiramente do assunto: *“Você não tem que me dar qualquer explicação sobre os ministros que vai escolher. Se entender que, para o bem do Brasil, um deles deve ser o Carlos Lacerda, pode nomeá-lo, que comigo não terá problema.”*

Embora não o revelasse a ninguém, certamente o molestara recrutarem-se vários dos novos ministros entre pessoas que lhe eram desafeiçadas. A ferida, entretanto, não lhe perturbava as apreciações, sobre cada qual tinha o comentário adequado, colocando às vezes uma ponta de ironia na breve observação. Disse-me, por exemplo, ao saber do convite a Albuquerque Lima: *“É homem trabalhador, capaz, com gosto do mando, e sempre esteve magoado comigo.”* Gradativamente, Castelo percebia crescer aos seus olhos a maré das hostilidades.

O tempo parecia correr ainda mais rápido. Ao despontar o novo ano, Castelo estava em Fortaleza, e, como nos anos anteriores, dirigiu ao país uma palavra de esperança:

“Tivemos um ano bem árduo — dizia a mensagem — e, no entanto, marcado por conquistas irreversíveis. Não faltaram, é certo, as pressões de grupos e interesses contrariados. Tampouco silenciaram os pessimistas congênitos e os magoados pela infidelidade do tempo às suas contradições. Agitadores profissionais insinuaram mesmo romper a coesão das Forças Armadas e artificialmente conflitar civis e militares. Não obstante tudo isso, e graças aos elementos autênticos do país, a Nação não esmoreceu.

Velhas estruturas que comprometiam o desenvolvimento nacional cederam e operam-se importantes mudanças institucionais. A programática do Governo desdobrou-se, substancialmente, em todos os setores da administração. Mais de cinco trilhões de investimentos públicos estimularam o nível de produção industrial. Os instrumen-

tos de crédito, a política de preços mínimos, a difusão de fertilizantes e equipamentos, bem assim as transformações infra-estruturais, ensejaram novas perspectivas à agricultura brasileira. Diversificaram-se as exportações, soterrou-se a tradição dos déficits descontrolados no setor externo, reabilitando-se o nosso crédito e garantindo a grande número de empresas o acesso aos organismos financeiros internacionais. Do mesmo modo, ativaram-se as medidas para o desenvolvimento regional, mobilizados o Governo e a iniciativa privada para a eliminação das distorções territoriais e o incremento de novos núcleos dinâmicos na economia do país."

As transformações alegravam o reformista, do mesmo modo que a perspectiva de deixar o Governo dentro de um clima de unidade da Revolução, parecia dar-lhe relativa tranqüilidade. Reconhecendo que a inflação não fora de todo debelada, dada "a necessidade de atender a múltiplos objetivos e sobretudo de não traumatizar excessivamente o setor privado ou permitir o decréscimo na participação dos assalariados no produto", o Presidente voltava-se para o campo político, com o qual tanto se familiarizara:

"Por outro lado — dizia — ao tempo em que se implantaram estas transformações no setor econômico-financeiro, muitas medidas renovadoras visaram a eliminar as máquinas obsoletas do nosso processo político. Deformações tradicionais foram corrigidas, de modo a estimular maior mobilidade das elites e conferir autenticidade ao sistema representativo. A proibição eleitoral do Governo e o exercício da disciplina partidária proporcionaram assim ao país uma revisão em suas lideranças. E, o que é mais, a Revolução reafirmou e robusteceu a sua legitimidade na detenção do poder político, quando as eleições, tanto as majoritárias como as proporcionais, expressando a vontade do povo brasileiro, ainda uma vez identificam os princípios defendidos em março de 1964 aos propósitos e aspirações nacionais. Em outras palavras, esta afirmativa de legitimação do poder equivale à tomada de consciência em favor da Revolução. E não poderia deixar de sê-lo, pois nenhuma mudança social em profundidade preserva o Governo sem o consentimento das idéias-forças dominantes."

Tendo recusado tornar-se ditador, e lutado para evitar uma ditadura, a ampla vitória da Arena nas eleições de novembro deram alento a Castelo. Não significavam elas "o consentimento das idéias-forças"? A Nação ratificara pelo voto a política da Revolução. Desejoso de propiciar a Costa e Silva instrumentos legais para enfrentar dificuldades, sem recorrer a leis de exceção, Castelo, além da nova Constituição, que fortalecia o poder presidencial, completou esse elenco de medidas preventivas com a lei de Segurança, e a lei de Imprensa. Habilmente manejadas, elas proporcionariam ao futuro go-

verno os meios de vencer as intempéries dentro da ordem legal. Numa palavra, institucionalizava-se a Revolução, que, fortalecida pela ampla margem de votos no Congresso e dispondo de legislação adequada, nada tinha que temer. De Castelo escreveu o *Jornal do Brasil* que a sua intenção de restaurar o Poder Civil, associada à sua atitude moderadora, “nas circunstâncias críticas em que vivia o país”, haviam-lhe criado “momentos difíceis e talvez inesperados.” Agora, próximo ao termo do mandato, Castelo encontrava motivos para fruir a impressão de que a Revolução, conciliada com a democracia e a ordem legal, iria sobreviver.

Sob o título “Os Mil Dias”, o *Jornal do Brasil*, já ao apagar das luzes, resumiu o Governo Castelo Branco. “Mil dias... Tão cheios e tão breves. Mil dias de grandeza, que revigoraram a autoridade em desagregação, e reergueram o país do caos a que o levava a demagogia irresponsável. Mil dias de trabalho, restabelecendo o crédito no exterior, e repondo o país no caminho do desenvolvimento. Mil dias de austeridade, recompondo a imagem de respeito e dignidade do Chefe do Estado. Mil dias norteados pelo idealismo e bravura do Presidente. O artigo assim sintetizou o contraste entre o passado e o presente: “sombra e luz.” Realmente; saímos da sombra para a luz. De tal modo que os erros, inseparáveis da condição humana, observou o articulista, “empalideceram no confronto com as características que imprimiu [Castelo Branco] no mandato presidencial e com medidas que o redimem de vacilações ocasionais e desacertos circunstanciais.” O jornal prosseguia:

“Foi verdadeiramente digno pautar-se o Governo por um padrão que recusou a popularidade fácil através de expedientes que antes agravam a solução dos problemas acumulados. Ficou provado que um governo é merecedor de respeito quando não desce à comercialização da popularidade tecida em acenos demagógicos e complacência para com toda sorte de reivindicações... Pela primeira vez tivemos um governo coerente e conseqüente: feita a opção no plano econômico-financeiro, de cujos resultados finais não cabe julgar, independentemente das discordâncias técnicas e doutrinárias, é forçoso reconhecer a capacidade em conduzi-la em todas as suas etapas de desdobramento. Nos momentos críticos ele podia ter sucumbido à velha prática de fazer concessões em troca de aplausos. Fora de dúvida, seria tentador aliviar as restrições de créditos e salários, para adquirir o respaldo popular e empresarial.”¹

A popularidade, entretanto, não tentara o Presidente. Não que a desprezasse, ou não a estimasse. Longe disso, sempre que ela o aca-

¹ “Os Mil Dias”, *Jornal do Brasil*, 11-3-1967.

riçava, como às vezes ocorreu, principalmente no Nordeste, era visível o agrado com que a acolhia. Recentemente fora a São Paulo, pelo aniversário da cidade, e receberam-no com desusado entusiasmo, que o jornalista Paulo Zingg registrou no *Diário de Notícias*: “O Presidente da Revolução pôde deixar de lado as escoltas e as medidas de segurança para andar no meio da multidão, apertando mãos e recebendo abraços, e sentir de perto a amizade e o reconhecimento populares.”² Começariam a compreendê-lo? Na antevéspera de deixar o Poder, Castelo fruiu uma “aura de popularidade.” Ele que raramente guardava publicações a seu respeito, anotou no recorte do artigo de Zingg: “Arq. pessoal.” Desejava recordar aqueles aplausos, que não pudera requestar, pois acima de tudo colocara o interesse do país.

A messe não o aproveitaria, pois, quando os frutos chegassem, já os não colheria, recebera legado por demais oneroso para admitir que, no curto lapso de mil dias, pudesse semear e colher. Na realidade, coubera-lhe “uma herança de caos, uma safra de impasses, a travessia de desertos impraticáveis. Melhormente, num misto de ironia e amargura, ele costumava dizer que lhe tocara “um governo de entressafra.” Ele sabia quanto valem as entressafras, afanosas e improdutivas. Seria o seu destino no Governo? Conformara-se? Não. Agigantara-se no vencer a fase penosa, ao deixar o chão arado e semeado para a posteridade, tal como desejara, preferindo arcar com o ônus de todos os sacrifícios, em vez de transferi-los em parte para o seu sucessor. ‘De fato — escreveria Mário Simonsen — na época colheu-se pouco. Mas, plantou-se muito para o futuro.’³ O estadista preocupara-se mais com o futuro do que com o presente. Por isso arrostara incompreensões, fizera desafetos, granjeara antipatias, renunciara a aplausos. Mas, como tudo proviera da convicção de servir ao país, ele de nada se arrependia. Se necessário, teria voltado a trilhar o mesmo caminho: para ele não existiria a estrada de Damasco. Na ação do homem de Estado, ele colocara uma nota de grandeza, que lhe brotava naturalmente do caráter, feliz combinação de virtudes e predicados exaltados pela cultura e a educação militar. Parecia desconhecer o mesquinho, que não encontrara como se abrigar no seu espírito.

Era a hora de recolher as velas. Notou Moacir Padilha, editoralista de *O Globo*, que o Presidente tivera a preocupação de saber o que ele diria à História, e o que a História diria dele. Em resumo, Castelo seria sensível ao julgamento dos pósteros, que, livres das paixões e dos interesses, veriam o Governo como um todo diante da conjuntura e das circunstâncias que o envolveram inexoravelmente.

² Paulo Zingg, “Castelo e o Povo”, in *Diário de Notícias*, 27-1-1967.

³ Mário Henrique Simonsen, *Brasil 2002*, p. 83.

“É extremamente difícil dizer — escreveu Carlos Castelo Branco — se um presidente da República, em determinadas circunstâncias, agiu exatamente como deveria ou se apenas agiu como podia.”⁴ Realmente, havendo ambicionado realizar obra governamental, ingente em qualquer momento, o Presidente enfrentara fatores adversos, sobretudo pelo afã de compatibilizar objetivos contraditórios, como eram a revolução e a ordem legal, a força e a liberdade, a deflação e o desenvolvimento, o desenvolvimento e a estabilidade. Decidira como possível.

Se exata a preocupação de Castelo perante a História, era-lhe oportuno voltar-se para o caminho palmilhado nesses três anos de Governo. Para ele o Poder não fora fácil e suave. Desconhecera a tranqüilidade. Precisara enfrentar percalços de toda sorte, desde a incompreensão ou a insatisfação de camaradas até às pressões de grupos habituados aos favores da administração e à crítica dos vencidos pela Revolução. Também contrariara amigos. Raros haviam sido os momentos felizes e despreocupados. Contudo, aquecido pela flama de convicções e de confiança no futuro, os ataques não lhe tinham entibiado o ânimo, e não revelara qualquer arrependimento quanto ao caminho escolhido, que se diria disposto a percorrer novamente, se necessário.

Mas, a cada instante, na política, na economia, nas finanças, virá-se ante o dever de optar. Ele o cumprira desassombradamente. “Ninguém lhe poderia negar que, nesses momentos, sua escolha foi sempre tomada em função do interesse público, sem considerações de ordem pessoal.” Por vezes, no entanto, a opção fora difícil, se não dolorosa. Eram as amarguras do poder. Danton Jobim, que teve afetuosas relações com Castelo, não se deixara iludir: “Ao contrário do que muitos pensam — escreveu — Castelo não experimentou jamais a volúpia do poder, pois jamais pôde exercê-lo senão por detrás da máscara de chefe autoritário, que ele usava a contragosto.”⁵ A máscara protegia-o.

Na verdade, começara a soar a hora da história. Castelo devia voltar-se agora para o caminho percorrido. Tudo fora difícil. “*Não há fases fáceis em uma Revolução*”, dissera aos jornalistas. “*Todas elas são difíceis, desde o desencadeamento até a institucionalização.*”

Contudo, procurara “*resolver problemas em lugar de os postergar*”, afirmou ao inaugurar a Companhia Siderúrgica Paulista, que retirara do caos: “*A Revolução pode orgulhar-se da obra que realizou para reerguer o país.*” E continuara com ênfase: “*Como é da condi-*

⁴ Carlos Castelo Branco, “Imagem de Castelo Três Anos Depois”, in *Jornal do Brasil*, 12-3-1967.

⁵ Danton Jobim, “Sem Sucessor”, in *Última Hora*, 20-7-1967.

ção humana, nossas realizações são menores que os nossos desejos, mas o nosso esforço não ficou abaixo do nosso dever.”

O esforço fora-lhe hercúleo, mas os resultados mostravam-se compensadores. Em outubro, num início de prestação de contas ao país, ele esboçara amplo panorama do que fizera enfrentando a impopularidade:

“O primeiro esforço foi de saneamento financeiro. O país chegara a completa insolvência cambial. O deficit potencial do orçamento superava em 20% a receita prevista. A capacidade de investir na infra-estrutura de energia e transporte fora destruída pela demagogia de tarifas baixas.

Julguei de meu dever, em benefício das gerações futuras, planejar nosso desenvolvimento sobre bases mais sólidas, a fim de que ele fosse mais estável. Por isso busquei reconstruir o crédito externo do país, acumulando reservas cambiais que nos possibilitassem negociar créditos com dignidade, em vez de obtê-los por chantagem política. Por isso também me apliquei a reconstruir o crédito do Tesouro, através das Obrigações Reajustáveis, cujo primeiro e pontual resgate foi iniciado há poucos dias, para que no futuro grande parcela dos investimentos possa ser financiada voluntariamente pela poupança pública, sem recurso às emissões de papel-moeda ou excessiva tributação. Por isso enfrentei a decisão de descongelar preços demagogicamente contidos, que solapavam nossa capacidade de investir. Os combustíveis foram reajustados para dar recursos à Petrobrás e às rodovias. As tarifas de energia elétrica e telefone foram descongeladas para permitir investimentos nas redes de distribuição de energia ameaçadas de colapso, e no sistema telefônico, vergonhosamente precários. Reajustaram-se aluguéis e foi adotada a correção monetária a fim de reativar investimentos na construção civil e pôr termo paulatinamente à crise habitacional. Gradualmente liberaram-se os preços dos produtos agrícolas, ofertando-se ao agricultor, a partir da próxima safra, a opção de vender no mercado interno ou exportar, buscando o mais remunerador.”

As fundações suportariam o desenvolvimento de um país que reencontrava o seu caminho. Não havia como omitir as “reformas de base”, entre as quais a agrária, a habitacional, a tributária, a criação do Banco Central, e a do mercado de capitais. Castelo parecia satisfeito com a perspectiva que se divisava no horizonte. Confiante na posteridade, dissera sem rodeios: *“Desapoiado de propaganda dispendiosa e personalista, e por isso mesmo às vezes subestimado, o nosso esforço de desenvolvimento ficou à altura dos objetivos revolucionários. E assim será julgado pela História.”* Castelo conscientemente estava certo de ter alguma coisa que dizer à História.

Entretanto, nesse discurso, proferido no Instituto Agrônomo de Campinas, ele não esqueceria de falar da política. E, no momento em que se compunha a oração, fez-me chegar esta recomendação:

“Tenho a impressão — dizia — de que devemos começar a parte política falando sobre o 3 de outubro, a eleição do futuro presidente. O calendário está sendo cumprido. A 15 de novembro, a outra etapa do calendário será efetivada. O Governo nunca pensou em mudar tais compromissos expressos nos Atos Institucionais 2 e 3. O novo Congresso será instalado e o futuro presidente empossado a 15 de março de 1967. A oposição, sem fundamentos cívicos e partidários, sempre vê o fantasma de prorrogações e adiamentos. Está patente, porém, que, consciente da sua fraqueza, se agarra na injúria do continuísmo e da supressão de eleições para conseguir pretextos de oposição. E o sintomático é que também o fazem para defesa da candidatura Costa e Silva. . . A adesão tem vários caminhos. O interesse de participar honestamente de uma nova situação política; a sobrevivência a ser negociada; o horror ao ostracismo e a luta pelo gozo do poder, etc. Elementos da oposição querem negociar uma adesão, valorizá-la, simular potência e dissimular fraqueza. A cobertura consiste na prestação do serviço de garantir, e só ela, oposição à candidatura Costa e Silva. Etc. etc.

Se o calendário e as posses constituem compromissos tomados para com a Nação e a Revolução, constantes dos Atos Institucionais 2 e 3, estes são, por sua vez, comprômisos tomados pela Revolução e referentes à garantia dos destinos da Nação e da efetivação do movimento de 31 de março de 64. O Governo tem que ser fiel a esse compromisso. Os Atos continuam e serão executados de acordo com as datas neles fixadas. A sua aplicação não tem prejudicado a Nação, nem os três Poderes nacionais. O S. T. Federal mais acentuou a sua capacidade. O Congresso adquiriu condições de deliberação mais eficientes e modernas. Os artigos 14 e 15 [do AI-2] não prejudicaram as suas facultades de trabalho. De vez em quando, o sentimento de culpa, a consciência insegura de alguns aparecem angustiados e querem transformá-los em honra do regime. Convém recordar. Nos desvãos do Palácio do Planalto preparou-se o fechamento do Congresso, delineada foi a operação militar de uma melancólica dissolução. Planejada também foi a operação não melancólica, mas espetacular, de uma manobra de envolvimento do Congresso com uma revoada de pára-quedistas com o fim de extingui-lo. Um e outro eram operações de requintada guerra revolucionária. Pois as tropas operacionais estavam sendo ajudadas por uma aguerrida quinta-coluna formada por deputados e senadores, alguns (ou muitos) hoje pertencentes à oposição que defende hipocritamente a honra e a dignidade do Congresso e dos Congressistas.”

No fundo a invariável irritação, em face dos que insistiam em dizer que o Presidente planejava continuar. De acordo com as instruções, a réplica aos inventores da balela do continuísmo foi inserida no discurso presidencial. Até o fim explorariam esse fantasma.

O discurso mostrava quanto o país mudara. Era mesmo extraordinário como passara da anarquia para a ordem, e da estagnação para o desenvolvimento. Somente em alguns setores da indústria (química, petroquímica, metalúrgica, mecânica, têxtil, couros e produtos alimentares) havia investimentos programados de 800 bilhões de cruzeiros. Na pecuária, um projeto previa a longo prazo a inversão, juntamente com o Banco Internacional, de 240 bilhões. No setor educacional liberavam-se recursos para atender anualmente um milhão de crianças a mais, de modo que extinguiria, em quatro anos, o deficit de escolarização urbana na faixa dos 7 aos 11 anos. Iniciava-se o que o famoso banqueiro Abbs, presidente do Deutsche Bank, denominou "o milagre brasileiro". Expressão imprópria, aliás, diria Delfim Neto, pois enquanto o milagre é o efeito sem causa, a recuperação brasileira era a consequência de correto plano econômico e financeiro.

Deve-se admitir que, embora não realizasse quanto ambicionara, Castelo tinha por que acreditar no êxito do Governo. A inflação, se não fora debelada, estava certamente atenuada e disciplinada. Conforme assinalou na última mensagem ao Congresso, *"procedeu-se em curto período a uma mudança global de estruturas. Da reforma financeira à reforma agrária ou universitária, despontam em todo o Brasil novas atitudes e novas perspectivas."* Particularmente grato fora-lhe a votação da nova Constituição, que tinha como a institucionalização, e, portanto, a projeção, no tempo, das reformas efetuadas. Dela escreveu o Presidente: *"Ao tempo em que proclama as liberdades e garantias individuais, ela também se ocupa das pré-condições sócio-econômicas indispensáveis para efetivá-las, como atributos de todos."*

Da maneira por que encarava o trabalho efetuado, um dos melhores testemunhos é a entrevista concedida pelo Presidente, no fim de outubro de 66, a um jornalista norte-americano, Hal Hendrix. *"Das realizações do seu Governo — perguntara-lhe o jornalista — quais são as que considera as principais?"* A resposta:

"Meu Governo não atacou apenas em uma frente. Temos operado em diversas frentes. Não tem havido dispersão de nossas forças. Foi necessário restabelecer e recuperar nas várias zonas da Política Governamental, da Política e da Administração. Procuramos alcançar a ordem na Política Governamental e na Política, nas Finanças, na Economia e na Vida Pública. a) Política Governamental. Nossa atuação destinou-se à recuperação das instituições do Brasil e a eli-

minar as incursões comunistas. b) Finanças. Dedicamo-nos à luta sem quartel contra a inflação. Já alcançamos controle da política fiscal, monetária, salarial e creditícia. c) Economia. No tocante à situação econômica, estabelecemos as bases para a retomada do desenvolvimento, agora em bases realísticas. Logramos estabelecer condições que permitam ressurgir o desenvolvimento sem inflação. Temos procurado destruir a ilusão de que se pode chegar ao desenvolvimento, através da inflação ou nela baseados. d) Vida Pública. Restabelecemos a ordem e a segurança para todos os brasileiros, sem o que não poderíamos realizar os grandes sacrifícios impostos ao povo brasileiro. Estes são os objetivos que alcançamos.”⁶

Não era pouco. Contudo, Hendrix insistiu: “Pessoalmente, sente que foi alcançado considerável sucesso?” O Presidente estava certo disso: “*Através de quase três anos de Governo — declarou — a nossa finalidade tem sido lograr o estabelecimento das melhores condições possíveis para a reimplantação no Brasil de um governo normal, o que acontecerá no dia 15 de março de 1967. Diria, portanto, que fomos bem sucedidos.*” O diálogo continuou: “Quando acredita que a Revolução brasileira terá concluído seu trabalho, havendo realizado o que propôs?” Nessa altura foi ainda mais forte a nota de otimismo do Presidente, que via o futuro cheio de confiança: “*1970 será o grande ano do Brasil. As novas instituições políticas terão sido experimentadas, estarão em funcionamento, serão compreendidas e firmes... Os maus efeitos da inflação terão sido superados. Os grandes investimentos privados e públicos, nacionais e estrangeiros, estarão plenamente recompensados.*”

As perspectivas lisonjeiras não haviam, entretanto, outorgado a Castelo a popularidade. “Como se sente ao ver-se alvo de grandes críticas do povo, especialmente por causa das dificuldades econômicas?”, indagou o jornalista. Para o Presidente, que reconhecera a impossibilidade de, concomitantemente, cortejar a popularidade e servir ao país, a resposta não era embaraçosa. Ele a deu sem subterfúgios: “*Podem-se considerar duas origens para essas críticas: a) Há a crítica sistemática que vem dos inconformados, que foram ‘desmontados’ do Governo e que não mais podem servir-se dele para sua vantagem ou privilégio. b) A outra origem é a da crítica autêntica, cujas advertências e sugestões nos ajudam. Para os primeiros tenho paciência. Para os segundos tenho humildade e interesse.*”

No íntimo devia ter consciência de que dificilmente alguém teria cumprido melhor a missão que lhe coubera.

⁶ Entrevista ao jornalista Hal Hendrix, que a submeteu previamente ao Presidente, conforme carta de 19-10-1966, in Arq. C.B.

Na medida em que o fim se aproximava, deixou-se de falar nele. Mas ninguém poderia pensar noutra coisa. Haviam sido três anos de agradável convivência, cada qual concorrendo com um quinhão, para o soerguimento do país, e ajuda ao Presidente. *Ad majorem Dei gloriam* . . . Eram os Mil Dias que se encerravam, e cada qual devia encontrar o seu novo caminho, a começar pelo Presidente. Ele continuava vigoroso, saudável. O médico da Presidência, o doutor Mourão, que lhe conquistara a amizade e a confiança, não se cansava de falar da perfeita saúde do Presidente. Era um organismo para longa vida.

Que faria depois da Presidência? Após árduo trabalho ininterrupto, no qual não conhecera domingos ou feriados, a inatividade seria o vácuo. Algumas vezes tratei-lhe do futuro. Apesar dos convites para visitar países estrangeiros, o Presidente mostrava-se indeciso. Talvez não tivesse tido vagar para pensar no próprio destino. Entretanto, de quando em quando deixava escapar vivo desejo de retornar aos campos de batalha da Itália. Iria rever na paz o que conhecera no fragor dos combates. Teórico da arte militar, certamente não esqueceria Clausewitz: "Mais do que em qualquer outro domínio, é necessário que uma inteligência sutil e penetrante saiba aí [na guerra] discernir e avaliar instintivamente a verdade." Na guerra, Castelo crescera no conceito dos superiores. De outras feitas confessava a aspiração de escrever sobre a estratégia, que o levava naturalmente a falar do Duque de Caxias. Sonhos, possivelmente. O certo é que, havendo adquirido pequeno apartamento em Ipanema, Castelo preparava-se para viver como cidadão comum, temeroso de que os acontecimentos pudessem envolvê-lo novamente. Pretendia não criar qualquer embaraço ou constrangimento a Costa e Silva. Retornaria ao lazer das horas de música. E, sem a distração de trabalho trepidante, ficaria mais só com a sua tristeza. "Era sempre triste, desde a morte da mulher", diria o seu cunhado Niso Viana.

Geisel, apesar da insistência do Presidente, que teria preferido vê-lo em altos postos militares, servindo ao Exército, insistia em acreditar terminada a sua carreira. Seria mais uma Revolução perdida? . . . 30 . . . 45 . . . 54 . . . 61 . . . Roberto Campos, o "bode expiatório" do ministério, optara pela iniciativa privada, para a qual também iriam Tibau e Ademar de Queirós. Outros voltariam às atividades anteriores. E, se quase todos davam a impressão de recrutas, cujo engajamento terminava, não havia exceção quanto ao orgulho de haverem servido ao Governo, na fase inicial da Revolução. Navarro de Brito, incumbido pelos colegas da Presidência de apresentar as despedidas, bem traduzira esses sentimentos: "No convívio diário deste Gabinete, testemunhando a firmeza honrada e corajosa das suas decisões, assistindo ao desassombro da sua coerência, compartilhando

tensões afrontadas pelo seu caráter de ferro, aprendemos a admirá-lo e até a confundi-lo com o próprio interesse nacional.”

Não somente os que haviam servido ao Governo, nos postos mais diversos, queriam levar ao Presidente testemunho de admiração ou reconhecimento. Em decisão inédita, pois jamais ocorrera no Brasil, o Corpo Diplomático resolveu oferecer um banquete a Castelo. Era excepcional homenagem prestada a uma figura excepcional. Dela tivera iniciativa o Núncio Apostólico, Dom Sebastião Baggio. Acolhedor, culto, sutil, modesto na aparência, mas, no fundo, orgulhoso da sua Igreja, Dom Baggio, a pele rosada e fina, o rosto nédio, parecia nascido para a diplomacia da Santa Sé a que servira em outros postos. Nele, o diálogo era ágil, ameno, tendo contribuído para que, em meio das pequenas tormentas que sacudiram as relações da Revolução com a Igreja, fossem frequentes e frutuosos os entendimentos com o Presidente, que as contingências não faziam perder o encanto pelos homens de inteligência. Mas além dessa circunstância, ambos pareciam conscientes da conveniência de conservar-se aberta essa porta, que impediria elevar-se a temperatura excessivamente. Era o refrigerio, tão útil em meio dos inesperados e indesejados incidentes. E Castelo nunca se esquecera de transmitir ao sutil embaixador de Sua Santidade a palavra própria no momento adequado. O tempo parece ter feito desabrochar recíproca admiração.

Dom Baggio fez a saudação em nome dos Chefes de Missão do Corpo Diplomático. Era o reconhecimento pela permanente cortesia, a polida atenção com que o Presidente, cujo mandato terminava, os havia cumulado. O orador lembrou o “caráter esquivo e sóbrio” de Castelo, “protagonista — acentuou — do incisivo ciclo quase trienal que está para fechar-se, passando da agitação crônica quotidiana às mais serenas páginas da história.” Também não se esquecera de evocar Tácito: “*Principes mortales, respublica aeterna.*” Seria a lembrança de que tudo é passageiro na terra? Castelo, agradecido, ressaltou a “calorosa eloquência”, que iluminara a festa, e, num discurso medido, despido de arroubos, fez o elogio da Paz, “bem inestimável, já que a guerra, e até mesmo a vitória, a nenhum povo poderia salvarguardar.” Também ele, após três anos sem descanso, devia almejar a paz, para voltar aos seus livros. De quando em quando, Castelo acenava novamente com a grata possibilidade de escrever algo sobre a estratégia.

A iminência de deixar o Governo não privou Castelo do gosto das reformas. Faltava-lhe regulamentar a integração dos trabalhadores na vida das empresas e a participação nos lucros, conforme estabelecido na Constituição. Aliás, já a de 1946 previra o assunto, que permaneceu letra morta, e vinte anos passaram sem que a lei desse vida ao dispositivo que a nova Constituição voltara a adotar. Castelo ima-

ginou fazer a regulamentação por decreto. Entretanto, havendo transpirado a notícia, as classes conservadoras de São Paulo, para as quais a medida soava como hecatombe, mobilizaram-se para impedir o decreto. A iniciativa foi do presidente da Federação das Indústrias, Teobaldo De Nigris, que contou com o apoio de Brasília de Alcântara Machado e Daniel Machado de Campos, presidentes, respectivamente, da Federação do Comércio e da Associação Comercial. E uma chuva de apelos, advertências e alegações chegou à Presidência, mostrando as inconveniências, e, mais que isso, os perigos para o desenvolvimento do país. Apesar do negro quadro, o Presidente mostrou-se pouco propenso a ceder. Por fim, o industrial Fernando Alencar Pinto, ligado a Castelo por laços de amizade e de parentesco, logrou movê-lo: o assunto seria entregue à deliberação do Congresso, poder competente para a deliberação.⁷ Na realidade o Presidente convencera-se de já ser tarde para tomar sozinho a medida, que diziam capaz de desorganizar a vida empresarial do país.

Insistiu, porém, em submetê-la ao Legislativo. E, na véspera de transmitir o Governo, recebida a exposição de motivos dos ministros Bulhões, Campos e Nascimento Silva com o projeto respectivo, ele o enviou ao Congresso. Bulhões e Campos, pouco favoráveis à iniciativa, adotaram fórmula por eles próprios tida como flexível, e destinada a evitar atritos entre empregados e empregadores. Castelo, reformista, fazia a sua parte. A Mensagem, datada de 14 de março de 1967, seria a derradeira que o Presidente submeteria ao Congresso.

Nesse mesmo dia, Juarez Távora, que tivera o ônus de ordenar os dois setores mais convulsionados, o portuário e o ferroviário, anunciou ao Presidente a chegada a Brasília da primeira locomotiva. Era a festiva e custosa conclusão da ligação ferroviária com a nova Capital.

Chegara a hora das despedidas. Ao assumir o Governo, a primeira visita fora ao Supremo Tribunal Federal. Agora, para ele, seriam também as derradeiras homenagens do Presidente. Havendo preservado a alta Corte de Justiça das intempéries revolucionárias, ela, agora, o acolhia reconhecida. Saudou-o o ministro Gonçalves de Oliveira, que a presidia.

“A Nação e à História pertence o julgamento do seu Governo. O que posso dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, é que pelos tempos a fora, em qualquer fase desse julgamento, ninguém negará jamais a Vossa Excelência as suas notáveis qualidades de cultura e inteligência, a fidalguia no trato, a inteireza moral, a dignidade, a

⁷ Cf. carta de H. Reis Costa a Fernando de Alencar Pinto, São Paulo, 31-7-1972, na qual historia as gestões havidas em torno do assunto.

honradez, o devotamento à causa pública, atributos que tanto ornaram e ostentam a sua personalidade inteiríssima.”⁸

O Presidente agradeceu no mesmo tom, acentuando que governara “*compenetrado de bem respeitar as decisões deste Tribunal.*” Ao que acrescentara: “*Procuramos neste Governo, dentro de um legítimo e indeclinável processo revolucionário, trazer para o Brasil uma série de leis que podem ter a característica de revolucionárias, mas que, no fundo, pelo menos, procuravam imprimir ao Brasil um passo à frente, uma modernização nas suas instituições e na prática do regime.*”

Na ocasião, ele lembrara o que lhe dissera um jurista em momento de crise: “*Não é possível haver juizes revolucionários; o que é possível é haver leis revolucionárias.*” E ele cuidara de fazer tais leis, para que os juizes as aplicassem.

Mas, a última prestação de contas ao país (talvez para a História), Castelo a fez em reunião do Ministério, na véspera de deixar o Governo. O discurso, em linhas gerais, seria não só a súplica da herança recebida e do que se realizara, mas também o agradecimento aos colaboradores. O Presidente sobre ele parece haver longamente meditado. Era a derradeira oportunidade de falar à Nação. Pela orientação que tomara poder-se-ia chamar o “discurso dos impasses”. Realmente, para fixar o quadro que defrontara ao assumir o poder, o Presidente enunciou uma série de obstáculos que davam a medida das dificuldades encontradas.

Aliás, o discurso já fora concluído, quando o Presidente se lembrou de mais dois tropeços — o militar e o estudantil — e fez-me chegar esta nota, para que os incluísse: “*Talvez seja conveniente — dizia — caracterizar um outro impasse: Encontrei um impasse militar em que, com a autoridade e a disciplina abatidas, as instituições armadas se desagregavam, imperando até mesmo o motim. E não demorou a recuperação das Forças Armadas, cada uma com seus próprios elementos, e as três ganhando progressivamente condições para resolverem problemas comuns e para a sua integração profissional.*”

Era o velho sonho de integração das Forças Armadas, a saber, do Ministério da Defesa, que, embora não incluída na reforma administrativa, nem por isso deixara de acalentar. A nota continuava: “*Penso que aí está a substância, talvez a melhorar com corrigendas.*”

Lembrando a crise estudantil, Castelo fez esta observação: “*Conviria caracterizar o impasse estudantil? Aquele que crescia com a procurada desmoralização de professores e a corrupção de universitários. Desmascarou-se a tutela do dinheiro e as agências de subversão. E hoje está vitalizado o ensino, recuperado (?) o prestígio das direções*

⁸ Ministro Gonçalves de Oliveira, prefácio ao livro *Processos de Competência do Supremo Tribunal Federal*, de Roberto Rosa, São Paulo, 1971.

dos estabelecimentos, e o aluno, na sua quase totalidade, está efetuando a opção de voltar-se para o ensino e os problemas que lhe são pertinentes.”

Mais do que qualquer outra oração, esta foi propositadamente cercada de solenidade. Quando o Presidente, na tarde de 14 de março, entrou na sala de reuniões do Ministério, ali estavam, além de parlamentares, o vice-presidente José Maria Alkmin, os líderes das duas Casas do Congresso, e os governadores Nilo Coelho, Sarnei, Israel Pينهiro, Lamenha Filho e Ivo Silveira. Para Castelo era o “canto do cisne”. Num exemplar oferecido ao coronel Moraes Rego, colocou esta dedicatória: “Somos também ligados pelo ideal e pelos objetivos da Revolução. Certamente este discurso é o meu ‘canto de cisne’. Nele estão o ideal e os objetivos. Guarde como uma lembrança do velho camarada e amigo sempre reconhecido. H. Castelo Branco. Brasília, 14 março 1967.” O ideal permanecia sem jaça.

Castelo revivia um passado cheio de dificuldades. Vencê-las havia sido o seu trabalho e a sua grandeza. Evocando a situação em que encontrara o país lembrou a pilha de *impasses* que enfrentou: *impasse cambial, impasse habitacional, impasse na política mineral, impasse rural, impasse nos serviços de infra-estrutura, impasse sindical e impasse na política internacional*. Estendendo a vista sobre essa cordilheira de obstáculos que já pertenciam ao passado, surpreendia verificar-se que os transpusera a todos no curto espaço de três anos. Legítimo síndico de uma massa falida, como se chamara a si mesmo, ao chegar ao Governo, Castelo recebera realmente uma safra de encaixes, que, paciente e corajosamente, eliminara, abrindo caminho para a ordem e a prosperidade. E, a pouco e pouco, o que antes havia sido motivo ou pretexto para protestos, invectivas e agitações, fora sendo retirado “da agenda da demagogia.”

A Nação dera volta de 180 graus. Havia pouco que, em mensagem ao Congresso, o Presidente afirmara que “o Brasil deixou de ser o país dos problemas impossíveis, do *impasse político, da instabilidade social, do imobilismo administrativo*.” Em três anos tudo mudara.

Tanto quanto a idéia da autoridade, que possuía arraigada, o Presidente tinha a da colaboração. O regente era importante, mas os músicos indispensáveis. Daí nunca esquecer uma palavra de agradecimento — o que fazia com largueza e generosidade aos que o ajudavam. No discurso em que, virtualmente, encerrava a sua missão de Presidente, o reconhecimento aos auxiliares seria amplo e significativo: “*Desejaria muito dar o meu reconhecimento; salientar o nosso estilo: governar com os ministros... etc.*” Realmente assim fora.

A medida que voltava as páginas, era visível a emoção do Presidente, que falava em meio de completo silêncio. Já no final, lembrou como usara o poder:

“Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o poder para glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi.”

Apesar da extensão do discurso, que durou cerca de uma hora, as palavras saíam claras e fortes, como se desejasse imprimi-las em cada um dos que o ouviam. Depois, veio a conclusão com humildade e reconhecimento:

“...a verdade é nunca faltarem os que insistem em preferir sacrificar a segurança do futuro em troca de efêmeras vantagens do presente, bem como os que põem as ambições pessoais acima dos interesses da Pátria! De uns e outros desejo esquecer-me. Pois a única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo, que na sua generosidade e no seu patriotismo, compreensivo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore em ser a grande Nação almejada por todos nós.”

Era o “canto do cisne”: Mil Dias haviam passado...

Bahia, junho de 1973

Fac-símile de trecho de uma carta enviada da Itália pelo Ten.-Cel. Castelo Branco, então integrando a Força Expedicionária Brasileira, e dirigida à esposa, D. Argentina Castelo Branco (Do Arquivo Castelo Branco).

Esta guerra
vai revolver tudo isto, subverter todas
estas cousas. Eu tenho muito que lhe
contar a respeito da ebulição de idéias
que se sentia em meio dos combatentes
de muitos países. É impossível que de
tamanha hecatombe não saia mais uma
grande revolução de idéias e que daí venha
uma evolução social mais humana, mais
cristã, menos dura para os pequenos, li-
mitando o mais possível a exploração
de um homem por outro. É o que eu estou
vendo na fogueira que ainda não se apagou.

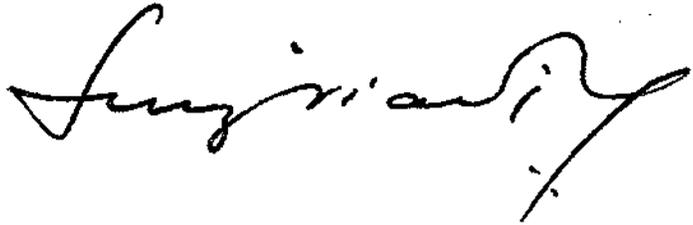
Aceite, minha Argentina, o melhor beijo e
o melhor abraço de seu Humberto

*Esta guerra vai revolver tudo isto, subverter todas estas cousas. Eu tenho muito que lhe contar a respeito da ebulição de idéias que se sentia em meio dos combatentes de muitos países. É impossível que de tamanha hecatombe não saia mais uma grande revolução social mais humana, mais cristã, menos dura para os pequenos, limitando o mais possível a exploração de um homem por outro. É o que eu estou vendo na fogueira que ainda não se apagou.

Aceite, minha Argentina, o melhor beijo e o melhor abraço do seu

HUMBERTO*

AGRADECIMENTO



ESTE TRABALHO SERIA impossível sem a boa vontade dos que, com as suas lembranças, observações, depoimentos e sugestões, me ajudaram a reconstituir, ou tentar reconstituir uma época tão rica de acontecimentos e decisões fundamentais.

Inicialmente, devo lembrar a contribuição dos Ministros Ademar de Queirós, Arnaldo Sussekind, Carlos Medeiros, Cordeiro de Farias, Daniel Faraco, Eduardo Gomes, Flávio Suptici de Lacerda, Golberth do Couto e Silva, Hugo Leme, João Gonçalves de Sá, Juraci Magalhães, Lavanère-Wanderley, Luís Gonzaga Nascimento e Silva, Mauro Tibau Mem de Sá, Milton Campos, Nei Braga, Otávio Gouveia de Bulhões, Paulo Bosísio, Paulo Egídio Martins, Pedro Aleixo, Pio Correia, Raimundo de Brito, Raimundo Moniz de Aragão, Roberto Campos, Severo Gomes, e Vasco Leitão da Cunha. Dentre os que serviram na Presidência da República durante o Governo Castelo Branco é-me grato mencionar a colaboração do General Meira Matos, do Brigadeiro Délio Jardim de Matos, dos Comandantes João Carlos Palhares e Euclides Quandt de Oliveira, do Major Murilo Santos, e dos Srs. Paulo Paranaguá, Eugênio Gomes, Jerônimo Moscardo de Sousa, e Asdrúbal Ulisséia. De extrema utilidade foi me haver o Prof. Heitor Ferreira permitido compulsar o seu "Diário" relativo àquele período de Governo.

Sobre pródromos da Revolução tive valioso depoimento do General Adalberto Pereira dos Santos. Devo outrossim especial referência aos Ministros Luís Gallotti, Osvaldo Trigueiros e Aliomar Baleeiro, que me transmitiram memórias sobre o Presidente Castelo Branco, bem como à Senhora Albaniza Sarasate, que me facultou a leitura do "Diário" de seu marido, Senador Paulo Sarasate.

Gilberto Freyre recompôs as suas recordações do General Castelo Branco ao tempo em que este comandou o IV Exército. Em verdade foram inúmeros os que me auxiliaram. Para o entendimento da política econômica e financeira na fase inicial da Revolução considero inestimável a colaboração dos Srs. Mário Henrique Simonsen, Alexandre Kafka, Mário Trindade, Leônidas Bório, Trajano Puppo

Neto, José Drummond Gonçalves, Luís Morais Barros, Aldo Franco, e Rubens Costa, cujas apreciações complementaram as dos Ministros da Fazenda e do Planejamento. A par do meu reconhecimento, consignarei, entre os que também buscaram tornar menos difícil a minha tarefa, os Governadores Abreu Sodré, Amaral Peixoto, Artur César Reis, Ernâni Sátiro, Etelvino Lins, João Agripino, Jarbas Passarinho, Magalhães Pinto, Raimundo Padilha, e Rondon Pacheco; Ministros Bilac Pinto, Costa Cavalcanti, Gustavo Capanema, Hélio Beltrão, Mário Andreazza, Marcondes Ferraz e Armando Falcão; Senadores Daniel Krieger e Konder Reis; Embaixadores Sette Câmara e Edmundo Barbosa da Silva; Deputados Herbert Levi, Flexa Ribeiro e Aureliano Chaves; Prof. Pacheco e Silva; engenheiros P. J. Lima Vieira, Paulo Assis Ribeiro, e Henrique Sérgio Gregori, que me franqueou os serviços da Xerox do Brasil.

Muito me sensibilizaram os depoimentos do Embaixador Lincoln Gordon e do General Vernon A. Walters, que, dos Estados Unidos, tiveram a gentileza de enviar as suas recordações sobre o Presidente Castelo Branco.

Seria imperdoável não ressaltar o apoio do Comandante Paulo Castelo Branco, que organizou e conserva o arquivo pessoal do ex-Presidente, e ao qual me facultou completo acesso. Como sempre, o meu amigo Álvaro Nascimento fez-me o obséquio de ler os originais. A todos deixo aqui os meus agradecimentos.

Salvador, outubro de 1973

ÍNDICE ONOMÁSTICO *

A

- Abati, Ismael, 77, 112.
 Abdala, 491.
 Abrantes, Fernando, 333.
 Abreu, João Leitão de, 402, 403, 416.
 Abreu, Ovídio, 314, 316.
 Abreu, Virgílio Leitão de, 265.
 Abs, Hermann, 230.
 Acióli Filho, 471.
 Adonias Filho, 424, 537.
 Afonso, Almino, 11.
 Agripino, João, 54, 103, 105, 109, 113, 145, 158, 164, 320, 329, 332, 374, 380, 388, 392, 393, 395, 396, 556.
 Aguiar, Amador, 263.
 Aires Filho, Paulo, 263.
 Albertini, Georges, 173, 186.
 Alberto, (Príncipe), 187.
 Albuquerque, 409.
 Albuquerque, Pires e, 264.
 Albuquerque, Teódulo, 472, 519.
 Alcântara, Ari, 470.
 Aleixo, Pedro, 17, 47, 54, 55, 93, 102, 104, 108, 112, 139, 145, 150, 159, 188-192, 199, 249, 279, 283, 287, 288, 292, 296, 298, 313, 314, 316-318, 336, 340, 350, 353, 361, 362, 364, 370, 371, 375, 384, 396, 397, 413, 422, 454, 457, 458, 460, 466, 469-471, 473, 474, 515, 519, 555.
 Alencar, 28.
 Alencar, José de, 29, 187.
 Alencares, 425.
 Alkmin, José Maria, 53, 55, 56, 59, 95, 366, 553.
 Almaram, Fernando Eleta, 433.
 Almeida, Antônio Alves, 491.
 Almeida, Carlos Moacir Gomes de, 143.
 Almeida, Hélio, 313, 326.
 Almeida, [Rui] Gomes de, 131.
 Almeida, Sebastião Pais de, 313-320, 325.
 Almiro, Afonso, 487.
 Alves, Aluísio, 48, 328.
 Alves, Hermano, 107, 336.
 Alves, Osvino Ferreira, 12, 13.
 Alves, Rodrigues, 345, 502, 523.
 Alvim, Hugo Panasco, 309.
 Amado, Gilberto, 129, 153, 210, 515.
 Amado, Jorge, 31.
 Amaral, 204.
 Amaral, Azevedo, 31.
 Amaral Neto, Fidélis do, 180, 327.
 Amarante, 103.
 Amarante, Waldetrudes, 42, 512.
 Américo, José, 31, 91.
 Amorim, Artur Soares, 131, 254, 256, 258.
 Anaya, Joaquim Zenteno, 444.
 Andrada, Bonifácio, 419.
 Andradas, 208, 372.
 Andrade, Auro de Moura, 46, 56, 59, 67, 285, 291, 295, 315, 340, 349, 354, 396, 455, 457, 459, 470, 471, 475.
 Andrade, Carlos Drummond de, 537.
 Andrade, Doutel de, 191.
 Andrade, Evandro Carlos, 180, 314.
 Andrade, Luís Carlos, 254.
 Andrade, Mário de, 31.
 Andreatza, Mário David, 48, 49, 334, 379, 380, 386, 390, 483, 556.
 Anduilh, 186.
 Antônio, 500.
 Antunes, Azevedo, 170.
 Aragão, 14.
 Aragão, Maria Luísa Moniz de, 75.
 Aragão, Moniz de, 48, 49.

* Elaborado por Hélio Araújo.

Aragão, Raimundo Moniz de, 123, 124, 362, 422, 424, 469, 555.
Aranha, Luis, 415.
Aranha, Osvaldo, 237, 487.
Areosa, Danilo, 420.
Arinos, Afonso. V. Franco, Afonso Arinos de Melo.
Arrais, Miguel, 4, 12, 120, 274, 278, 307, 322, 374.
Asimof, 246.
Assis, Machado de, 526.
Assunção, [Alexandre] Zacarias, 327.
Ataíde, Austregésilo de, 311, 478, 515, 537.
Ataíde, Tristão de, 358, 500, 531.
Ávila, Fernando Bastos d', 218.
Azeredo, Renato, 316.
Azevedo, Celso, 318, 319, 325.

B

Baade, Fritz, 279.
Badra, Aniz, 465, 470.
Bahia, Luis Alberto, 375.
Baggio, Sebastião (Dom), 550.
Bahouth, Eduardo, 325.
Balaguer, Joaquim, 309.
Baleeiro, Aliomar, 9, 13, 17, 24, 25, 52, 54, 67, 108, 149, 187, 279, 288, 289, 295, 305-307, 320, 333, 336, 341, 342, 355, 358, 465, 486, 487, 508, 527, 528, 555.
Baleeiro, Darli, 67.
Baleeiro, Renan, 77.
Bandeira, Antônio, 141, 408, 409, 411.
Bandeira, Manuel, 38/39, 151, 187, 480, 515, 537.
Barata, Júlio, 69, 117.
Barbosa, Antônio, 375.
Barbosa, Marcos (Dom), 425.
Barbosa, Paulo Almeida, 375.
Barbosa, Paulo Quartim, 347, 373.
Barbosa, Raul, 74.
Barbosa, Rui, 47, 303.
Barcelos, Peracchi, 121, 149, 286, 289, 290, 363, 374, 394, 403, 417, 418, 470, 490, 491, 494.
Barrault, J. L., 186.
Barreto Filho, 537.
Barreto, Guerra, 140.
Barreto, Mena, 373.
Barrientos, 342.
Barros, Ademar de, 22, 24, 25, 48, 49, 52, 56, 66, 95, 295, 319, 321, 361, 363, 373, 387, 411-416.
Barros, Eugênio de, 374.
Barros, Lins de, 512.
Barros, Luís Morais, 74, 220, 236, 264, 268, 373, 556.
Baruch, Bernard, 137, 226.
Bastide, Roger, 242.
Bastos, Justino Alves, 20, 22, 41, 95, 207, 398, 407.
Bastos, Lígia Lessa, 374.
Batista, 341.
Batista, Demistóclides, 117.
Batista, Djalma da Cunha, 253.
Batista, Ernesto Melo, 68, 169, 194-196, 202-204.
Batista, Lourival, 109, 251, 419.
Behring, Mário, 65.
Belotti, Paulo, 160, 161.
Beltrão, Hélio, 144, 326, 375, 480-483, 500, 504, 556.
Bender, Nilson, 328.
Bennet, Taplay, 308.
Berenhauser, Carlos, 243.
Bernardes, Artur, 31, 395, 503.
Bernardes, Manuel (Pe.), 327.
Besnalut, René, 177.
Beviláqua, Peri, 21, 22, 158, 169, 322.
Bianchi, L. E., 263.
Bidault, Georges, 460.
Bidault, Suzana, 460.
Bilac, Olavo, 537.
Biolchini, Luis, 133, 135, 136.
Bittencourt, José Alberto, 327.
Bittencourt, Niomar Moniz Sodré, 513.
Blank, Arnaldo, 74, 143.
Bley, Punaro, 375.
Boas, Vilas, 325.
Boas, Antônio Vilas, 304.
Boas, Luís Antônio Vilas, 314.
Boaventura, Francisco, 14, 356, 359.
Bonifácio, José, 47, 289, 317, 318, 470.
Bontempo, Genaro, 21.
Borges, Iribarren, 435.
Borges, Gustavo, 513.
Borges, Mauro, 48, 49, 189-191.
Borges, Murilo, 418.
Borges, Solano, 417.
Borghi, [Hugo], 52.
Borghoff, Guilherme, 149, 262, 264.
Bório, Leônidas, 74, 266, 268, 270, 272, 555.

Borja, Célio, 469.
 Bornhausen, Irineu, 328.
 Bosch, Juan, 309.
 Bosisio, Paulo, 203, 321, 333, 339,
 354, 365, 376, 555.
 Botelho, Anísio, 18.
 Botelho, Marcos, 76.
 Braga, Álvaro, 309.
 Braga, [Antônio Carlos de] Almei-
 da, 105.
 Braga, Cincinato, 208.
 Braga, Nei, 48, 49, 52, 56, 64, 74,
 266, 291, 327, 341, 361, 363, 370,
 378-380, 392, 394, 555.
 Bragança, 152.
 Brahms, 535.
 Branco, Antonieta Alencar Castelo
 [Nieta], 28, 528.
 Branco, Antônio Castelo, 225, 497,
 498.
 Branco, Argentina Viana Castelo, 4,
 31, 34 a 37, 85, 498.
 Branco, Barão do Rio, 63.
 Branco, Cândido Borges Castelo, 28,
 30, 225.
 Branco, Carlos Castelo, 14, 110, 180,
 314, 315, 317, 355, 397, 523, 526,
 544.
 Branco, Castelo, 30.
 Branco, Paulo Castelo, 77, 556.
 Branco, Teresa Castelo, 225.
 Brandini, 321, 373.
 Brás, Venceslau, 260.
 Brasil, Argemiro Assis, 12.
 Brasil, Clóvis, 380, 383.
 Brayner, Lima, 36, 37.
 Brito, Navarro de, 77, 250, 251,
 465, 470, 506, 518, 549.
 Brito, Oliveira, 306, 314, 471.
 Brito, Raimundo de, 64, 145, 325,
 326, 374, 378, 426, 427, 429, 505,
 555.
 Brito Filho, Saturnino de, 218, 220.
 Brizola, 6, 14, 16, 18, 21, 24, 55,
 94, 154, 156, 275, 363, 409, 414.
 Brunini, Raul, 48, 111.
 Bulhões, Octávio Gouveia de, 69,
 73, 74, 80, 92, 101, 115, 128, 130-
 134, 136, 137, 144, 160, 163, 166,
 167, 182, 205, 211, 212, 216, 221-
 223, 234, 235, 249, 250, 256, 263,
 267, 268, 352, 369, 413, 415, 427,
 441, 461, 468, 485, 486-488, 492,
 493, 495, 502, 504, 509, 510, 539,
 551, 555.

Bullitt, John, 135.
 Bundy, Mc George, 309.
 Burnier, Penido, 22.
 Bustamante, 14.

C

Caamario, 308.
 Cabral, Paulo, 218.
 Cabral, Reid, 308.
 Cabral, Severino, 328.
 Café Filho [João], 38, 54, 128, 194,
 327, 376.
 Caldeira, Versiani, 124.
 Calheiros, Vladimir, 140.
 Calmon, João, 16, 287.
 Calmon, Pedro, 122, 425.
 Cals, César, 419.
 Calvo, Mário, 433.
 Calvo, Roberto, 433.
 Câmara, Arruda, 249, 411.
 Câmara, Hélder [Dom], 530-533.
 Câmara, José Sette, 131-133, 135,
 447-449, 556.
 Câmara, Reinaldo, 140.
 Camargo, Teodureto, 242.
 Camargo Neto, Afonso, 103.
 Campelo, Neto, 242.
 Campista, Ari, 218.
 Campos, Daniel Machado de, 551.
 Campos, Francisco, 56, 57, 349,
 352, 403, 455, 456.
 Campos, Milton Soares, 64, 65, 70,
 71, 73, 81, 83, 93, 103, 144, 150,
 158, 190, 276, 286, 289, 292-294,
 296, 298, 299, 303, 304, 313, 329,
 330, 331, 333, 336, 338, 347, 353,
 358, 359, 392, 428, 452, 461, 474,
 506, 507, 514, 515, 555.
 Campos, Renato, 275.
 Campos, Roberto, 69, 70, 71, 73,
 80, 86, 88, 89, 101, 115, 128, 129,
 130, 131, 133, 135-137, 141-144,
 152, 155, 160, 163, 166, 167, 169,
 172, 174-176, 182-185, 205, 208-
 210, 212, 214-217, 221, 223-225,
 230, 231, 233, 235, 237, 238, 240,
 245, 256, 263, 267-269, 274, 276,
 278, 279, 280, 281, 296, 352, 369,
 414-416, 427, 434, 436, 437, 441,
 444, 450, 460, 461, 468, 469, 473,
 479-481, 485, 487, 489, 490-493,
 495, 501, 502, 506, 508, 521, 523,
 526, 536, 539, 549, 551, 555.
 Campos, Rodrigues, 507.

- Campos, Siqueira, 31.
 Camus, Albert, 210.
 Candal, 394.
 Cantanhede, Plínio, 74.
 Canto, Câmara, 497.
 Canto, Gilberto Ulhoa, 131, 486, 488.
 Capanema, Gustavo, 191, 286, 341, 348, 350, 396, 519, 556.
 Cardoso, Adauto Lúcio, 17, 47, 61, 189, 278, 287-289, 307, 310, 313, 317, 318, 325, 326, 329, 336, 349, 350, 358, 370, 371, 374, 375, 392, 459, 465-471, 519, 535.
 Cardoso, Valdemar Levi, 199.
 Caribdes, 217.
 Carli, Gileno de, 279.
 Carlson, 271.
 Carneiro, Davi, 220.
 Carneiro, Janduí, 374, 519.
 Carneiro, Levi, 452.
 Carneiro, Néelson, 46.
 Carneiro, Rui, 328, 374.
 Carone, 318.
 Carrero, Tônia, 500.
 Carvalho, Aroldo, 328.
 Carvalho, Cid, 293.
 Carvalho, Daniel de, 242, 243.
 Carvalho, Ferdinando, 365, 366, 367.
 Carvalho, Laerte Ramos de, 124.
 Carvalho, Osvaldo Ferraro de, 95.
 Carvalho, Simões, 321.
 Carvalho, Último de, 277, 314, 519.
 Cascudo, Câmara, 425.
 Cássio, 279.
 Castelo, Plácido, 419.
 Castilho, 347.
 Castro, Araújo, 450.
 Castro, Edilberto Ribeiro de, 48.
 Castro, Fidel, 273, 298, 430, 450, 517.
 Castro, Josué de, 276.
 Castro, Monteiro de, 65, 152, 299, 318, 319, 361.
 Castro, Paulo de, 148.
 Castro, Rui, 307, 356.
 Catão, Álvaro, 328.
 Cavalcanti, Costa, 25, 48-51, 54, 56, 100, 102, 207, 314, 331, 332, 377, 378, 380, 383, 407-409, 519, 556.
 Cavalcanti, Luís, 327.
 Cavalcanti, Mário, 252, 258.
 Cavalcanti, Sandra, 105, 143, 144, 149, 465.
 Cavalcanti, Temístocles, 452.
 Caxias, Duque de, 187, 549.
 Celso, Afonso, 470.
 Cerdeira, Arnaldo, 411, 519.
 Chagas, Carlos (Embaixador), 398.
 Chagas, Carlos [Cronista político], 314.
 Chagas, Valnir, 424.
 Chalmera, Rená, 433.
 Chamoun, 196.
 Chase, 535.
 Chateaubriand, Assis, 146.
 Chateaubriand, Gilberto, 403.
 Chauvinère, De la, 173.
 Chaves, 347.
 Chaves, Aureliano, 361, 362, 374, 419, 556.
 Chaves, Pacheco, 267.
 Chevalier, Maurice, 186, 535.
 Chicão, 275.
 Churchill, Winston S., 34, 460.
 Cintra, 404.
 Cintra, Ulhoa, 13, 14, 23, 34.
 Clark, Mark, 34, 146.
 Clausewitz, 34, 80, 549.
 Cleofas, João, 408.
 Coelho, Bandeira, 94.
 Coelho, Felipe, 140.
 Coelho, Iris, 77.
 Coelho, Lopo, 374.
 Coelho, Maria Teresa, 104.
 Coelho, Nilo, 104, 251, 287, 289, 294, 314, 375, 408, 411, 465, 470, 519, 553.
 Cole, Harry James, 254.
 Coni, Carlos Heitor, 97.
 Corção, Gustavo, 185, 187, 425, 479, 500, 521, 537.
 Córdoba, Wilson, 433.
 "Coronel Y", 31, 32, 206, 462, 524.
 Correa, Hector, 434.
 Correa, O., 299.
 Correia, Antônio Jorge, 338.
 Correia, Benedito, 117.
 Correia, Hércules, 117.
 Correia, Pio, 439-445, 539, 555.
 Correia, Oscar, 17, 304, 313, 370.
 Cortes, Agostinho, 356.
 Costa, Canrobert Pereira da, 94, 206.
 Costa, H. Reis, 551.
 Costa, José Gonçalves da [Dom], 530.
 Costa, Lúcio, 425.
 Costa, Miguel, 71.
 Costa, Filho, Odilo, 91.
 Costa, Otávio, 36.

Costa, Ribeiro da, 46, 182, 188, 307, 351, 352, 354.
 Costa, Rubens, 249-251, 556.
 Costa, Sérgio Correia da, 449.
 Cotrim, John, 65, 446.
 Couceiro, Antônio, 263, 448.
 Coufal, Gilberto, 144.
 Coutinho, Antônio Azeredo, 133.
 Coutinho, Benedito, 314, 512.
 Couto, Deolindo, 376.
 Couto, Orlando, 375.
 Crespo, Paulo (Pe.), 274.
 Crittenger [Willis D.], 34.
 Cruz, 67.
 Cruz, Elmano, 479.
 Cunha, Ângelo Irulegui, 22.
 Cunha, Euclides da, 68, 254, 256.
 Cunha, Tony J., 253.
 Cunha, Vasco Leitão da, 69, 73, 86, 105, 131, 178, 268, 428-430, 432, 434, 436, 437, 441, 448, 497, 511, 555.

D

Dall'Igna, Francisco, 328.
 Damasceno, Hélio, 327.
 Damásio, Luís, 264.
 Dâmocles, 458.
 Dantas, 130.
 Dantas, Pedro, 497.
 Dantas, San Tiago, 12, 13, 88, 97, 107, 131, 155-158, 445.
 De Gaulle, Charles, 105, 131, 136, 137, 159, 167, 172-178, 186, 214, 309, 430, 455, 460.
 De Lattre, André, 132, 135.
 Delfim Neto, Antônio, 131, 212, 218-220, 250, 261, 279, 280, 414, 416, 547.
 Denis [Odilo], 13, 52, 375.
 De Vincenzi, 105.
 De Vincenzi, Lourdes, 174, 448.
 Dias, Nazaré Teixeira, 131, 480-482.
 Diegues, Manuel, 425.
 Dines, Alberto, 4.
 Diniz, Nieta [Antonietta], 77, 102, 107, 175, 498.
 Diniz, Salvador, 77, 102, 199, 498.
 Domingues, Heron, 314, 315, 379.
 Dória, Seixas, 140, 322.
 Drummond, José Rubens, 44.
 Drummond, Rubem, 77.

Duarte, Nestor, 273.
 Dumas, Alexandre, 130.
 Dutra, Elói, 105.
 Dutra, 35, 194.
 Dutra, Eurico Gaspar, 25-27, 48, 52-54, 59, 194, 242, 243, 285, 286, 299, 375, 512, 523.
 Dutra, Osmar, 328.
 Dutra, Tarso, 403, 417, 418.

E

Egídio, Paulo. V. Martins, Paulo Egídio.
 Eisenhower, 80, 174, 518, 519.
 Engelke, Inocêncio [Frei. Bispo de Campanha], 273.
 Escobar, Décio, 27, 380, 383, 385, 389, 482.
 Escobar, Enrique Caballero, 199.
 Estelita, Wagner, 76, 150.
 Esteves, José, 256.

F

Fagundes, Seabra, 452.
 Falcão, Armando, 25, 26, 48, 51, 52, 55, 63, 64, 92, 93, 112-115, 184, 289, 336, 354, 361, 365, 556.
 Falcão, Muniz, 327, 332.
 Faraco, Daniel, 66, 69, 163, 168, 188, 267, 269, 270, 272, 287, 363, 510, 529, 555.
 Faria, 299.
 Faria, Antônio de, 148.
 Faria, Otávio de, 31, 425.
 Farias, [Oswaldo] Cordeiro de, 13, 23, 26, 34, 37, 52, 71, 72, 104, 112, 113, 145, 169, 192, 239, 255, 287, 307, 316, 318, 320, 324, 337, 341, 342, 346-350, 354, 368-370, 378-380, 382, 385, 388, 389, 391, 392, 394, 395, 398, 401, 404, 428, 466, 480, 504, 526, 555.
 Feliciano, Antônio, 287, 411.
 Fernandes, André, 46, 57.
 Fernandes, Florestan, 139.
 Fernandes, Lorenzo, 76, 245.
 Fernandes, Mário Lorenzo, 325.
 Fernandes, Raul, 86.
 Ferraro, 340.
 Ferraz, Lopes, 411.

Ferraz, Octávio Marcondes, 76, 158, 243, 384, 556.
 Ferraz, Sérgio Barbosa, 373.
 Ferreira, 525.
 Ferreira, Heitor, 151, 289, 555.
 Ferreira, Lindolfo Martins, 218.
 Ferreira, Murilo, 62, 76, 289.
 Ferreira, Procópio, 184.
 Ferreira, Tarcísio, 48.
 Fico [Nicolau], 46.
 Figueiredo, Argemiro, 227.
 Figueiredo, Edson, 307.
 Figueiredo, João Batista, 14, 368, 416.
 Figueiredo, Paulo, 160.
 Figueiredo, Wilson, 25, 70.
 Fiori, Ernani, 124.
 Flores, Carrillo, 433.
 Foch, 310, 512.
 Fonseca, Gondim da, 512.
 Fonseca, José Soares da, 135.
 Fontaine, La, 218.
 Fontes, Armando, 537.
 Fontes, Lourival, 499, 506.
 Fontoura, João Neves da, 41, 503.
 Fortes, Bias, 372.
 Fortes, João Machado, 144.
 Fragelli, José, 313.
 Fragoso, 416.
 Fragoso, Bolitreau, 450.
 France, Anatole, 186, 187.
 Francis, Paulo, 498.
 Franco, Afonso Arinos de Melo, 97, 103, 180, 302, 305, 306, 311, 318, 320, 333, 343-347, 370, 374, 425, 437, 445, 447, 457, 472, 473, 503.
 Franco, Aldo, 237, 556.
 Franco, Anah Melo, 103.
 Franco, Augusto, 419.
 Franco, Francisco, 411.
 Franco, Francisco Melo, 160.
 Franco, João Alberto, 389.
 Franco, Rodrigo Melo, 425.
 Frazão, 450.
 Frederico, J. C. Beltrão, 495.
 Frei, Eduardo, 173, 430, 431, 524.
 Freire, Geraldo, 460.
 Freire, Vitorino, 374, 519.
 Freitas, Domício, 328.
 Freyre, Gilberto, 31, 64, 274-276, 425, 555.
 Frondizi, Artur, 148.
 Fry, 511.
 Furtado, Celso, 86, 88, 212, 243, 244.

G

Gabaglia, Laurita Pessoa Raja, 503.
 Galhardo, Benjamim, 22.
 Gallotti, Luís, 496, 555.
 Galvão, Flávio, 373.
 Galvão, Nei, 13, 132.
 Gama, Saldanha da, 195, 206.
 Gama, Odilo Nascimento, 218.
 Garcês, Arnaldo, 419.
 Garcez, Lucas Nogueira, 159.
 Garcia, Marcelo, 151.
 Gasparian, Fernando, 221.
 Geisel, Ernesto, 23, 63, 66, 72, 73, 96, 112, 114, 139-141, 163, 169, 179, 189, 190, 197-199, 204, 207, 289, 300, 301, 308, 316, 318-320, 322, 324, 329, 332, 340, 346-349, 354, 367-369, 379, 384, 387-389, 391, 392, 395, 403, 413, 448, 466, 469, 470, 482, 484, 495, 501, 502, 508, 530, 549.
 Geisel, Irmãos, 52.
 Geisel, Orlando, 14, 25, 367, 398, 403.
 Geraldo, José, 347.
 Gibson, Mário, 450.
 Gibson, Romeu, 487.
 Gillon, E., 186.
 Girão, 29.
 Girão, Raimundo, 30.
 Giraudoux, 186.
 Godinho (Pe.), 48, 66.
 Gomes, Dias, 498.
 Gomes, Eduardo, 22, 30, 35, 54, 71, 108, 202, 295, 319, 329, 337, 339, 340, 347, 349-352, 354, 358, 395, 508, 514, 555.
 Gomes, Eduardo da Silveira, 130.
 Gomes, Eugênio, 77, 555.
 Gomes, Henrique Sousa, 531.
 Gomes, Jaime Sousa, 446.
 Gomes, Juvenal Osório, 160.
 Gomes, Pedro, 303, 518.
 Gomes, Severo, 263 a 265, 276, 279, 280, 555.
 Gomes, Sousa, 210.
 Gonçalves, José Drummond, 264, 265, 556.
 Gonçalves, Suzana, 126.
 Gonçalves, Wilson, 471.
 Gondim, Pedro, 374.
 González, Herrart, 433.
 Gordon, Lincoln, 19, 61, 79, 80, 166, 167, 169, 185, 188, 192, 194, 308, 339, 346, 356, 357, 433, 434,

441, 443, 444, 451, 502, 515, 516, 521, 556.
Goulart, João, 4, 6, 9, 12-14, 16, 18, 22, 24-27, 46, 53, 57, 59, 65, 70, 72, 80, 86-88, 90, 94, 97, 101, 116, 117, 120-122, 129, 132, 133, 138, 142, 154-158, 160, 161, 207, 208, 223, 227, 237, 260, 274 a 277, 279, 307, 363, 364, 399, 409, 437-439, 441, 445, 446, 457, 463, 464, 480, 493.

Goulart, Maria Teresa, 18.
Gouvêa, Delmiro, 242.
Gradim, Vítor, 218.
Grant, Ulysses, 387.
Gregori, Henrique Sérgio, 556.
Grünewald, Augusto Hamann Rademaker, 46, 56, 69, 300, 301, 406.
Gudin, Eugênio, 17, 138, 227, 228, 354, 521, 523.
Guedes, Carlos Luís, 13, 26, 27, 152.
Guedes, Geraldo, 408.
Gueiros, Eraldo, 74, 75, 179, 321, 368, 411.
Gueiros, Esdras, 358.
Gueiros, Nehemias, 349, 351, 352, 353, 395.
Guerra, 67.
Guerra, José Carlos, 249.
Guerra, Paulo, 249, 290, 374, 395, 407-409, 411.
Guevara, Ernesto "Che", 24, 274.
Guimarães, Hahnemann, 75.
Guimarães, Irineu, 210.
Guimarães, Leonardo, 248.
Guimarães, Ulisses, 119.
Gunther, John, 129, 130, 515, 516, 517.
Gurgel, Valfredo, 328, 332.
Guy, M., 460.

H

Haydn, 535.
Harriman, Averrell, 308, 309, 433, 434.
Harmel, Claude, 276.
Heller, Frederico, 218.
Hendrix, Hal, 547, 548.
Herculino, João, 149, 159, 325.
Hermínio, 29.
Herrera, Felipe, 387, 436.
Hipólito, 23.

Holanda, Sérgio Buarque de, 31.
Howard, Peter, 537.
Humphrey, 169.
Humphrey, Hubert, 491.

I

Ibiapina, Hélio, 11, 15, 20, 25, 98-100, 273, 322, 537.
Illia, Arturo, 306.
Imbert, 309.
Inês, (Irmã, Rel.), 29.
Iranietta, Pedro, 436.

J

Jacobson, Per, 214.
Jaffet, 181, 491.
James, Vitorino, 179.
Jaramillo, Castor, 433.
Jellicoe, 480.
João, II, D., 60.
João XXIII, 187.
Jobim, Danton, 47, 48, 544.
Jofre, 512.
Johnson, Lyndon, 270, 308, 426, 441-443, 450, 516.
Jolles, Paul, 135.
Jost, Nestor, 74.
Julião, Francisco, 55, 274, 275, 322.
Jungerssen, Jean, 105, 174.
Jurema, Abelardo, 142.

K

Kafka, Alexandre, 130, 212, 213, 230, 555.
Kalume, Jorge, 420.
Keller, Peixoto, 41.
Kelly, [José Eduardo do] Prado, 108, 351, 358.
Kennedy, John, 61, 90, 154, 156, 428, 438, 460.
Kennedy, Robert, 434, 515.
Keynes, 213, 230.
Knapp, Burke, 237.
Koogan, M. A., 186.
Krieger, Daniel, 54, 74, 103-105, 109, 112, 150, 190, 227, 285, 292, 294, 336, 341, 354, 370, 376, 378-380, 383, 384, 392, 394-397, 401, 403, 417, 418, 428, 454, 458, 460, 471, 473, 519, 556.

Kristensen, 132.
Kruel, Amauri, 24, 25, 30, 37, 48,
52, 313, 333, 347, 356, 387, 392,
398, 407, 415.
Kruel, Riograndino, 25, 30, 189,
347, 466, 513.
Kruschev, Nikita S., 447.
Kubitschek, Juscelino, 16, 17, 38,
53, 54, 70, 76, 87, 94 a 96, 102,
129, 162, 165, 194, 224, 316, 322,
326, 332, 336, 337, 345, 348 a
350, 356, 364, 463, 464.

L

Lacerda, Carlos, 14, 16, 22, 26, 27,
48-51, 54, 63, 67, 95, 96, 103-115,
122, 143-146, 151, 152, 158, 164,
164-166, 171, 172, 174, 175, 179-
185, 217, 223-225, 235, 277, 290-
299, 301, 305, 314, 318-321, 325-
327, 330, 333, 335-337, 348, 356,
360, 365, 367, 373, 374, 377, 378,
463, 464, 480, 540.
Lacerda, Flávio Suplici de, 64, 113,
122, 124-126, 361, 362, 422, 424,
555.
Lacerda, Letícia, 67.
Lacerda, Sérgio, 63.
Lacharrière, Marc, 296.
Laje, Otávio, 332.
Lallart, 178.
Lambert, Jacques, 239.
Lamenha Filho, 553.
Lampreia, 178.
Lapierre, J. W., 377.
Las Casas, 125.
Lavanère-Wanderley, 49, 50, 69,
199, 200, 509, 555.
Lázaro, Darcy, 23.
Leal, Correia, 242.
Leão, Múcio, 515.
Leão, Sousa, 243.
Leddy, John, 132.
Leitão, 466.
Leite, Cleanto, 506.
Leite, Antônio Dias, 218-221, 224.
Leite, Gueiros, 352.
Leite, Júlio, 419.
Leme, Hugo de Almeida, 115, 253,
261, 263, 264, 279, 281, 362, 555.
Leme, Og, 130.
Lemos, Hélio, 356.
Lemos, Plínio, 249.
Lepiane, 25.

Lerner, Max, 186, 398.
Levi, Herbert, 17, 25, 54, 66, 137,
145, 154, 217, 269, 277, 280, 291,
292, 302, 321, 373, 413, 528, 556.
Lima, Afonso Albuquerque, 365,
367, 540.
Lima, Alceu Amoroso, 100, 125,
153, 187, 530.
Lima, Andrade, 140, 158.
Lima, Cerqueira, 307.
Lima, Chopin Tavares de, 139.
Lima, Cirne, 401-404, 417.
Lima, Faria, 291, 295, 333, 416.
Lima, Francisco Negrão de, 54,
326, 327, 365-368.
Lima, Hermes, 97, 148, 505, 506.
Lima, Tenório de, 117.
Lima Filho, Osvaldo, 350.
Lincoln, Abraão, 67, 93, 345, 346,
506, 517, 535.
Lins, Etelvino, 96, 346, 394-396,
556.
Lins, Evandro, 97.
Lion, Donald, 251.
Lívio, Tito, 279.
Lomanto Júnior, 347.
Lopes, Cristiano Dias, 420.
Lopes, Pereira, 373, 411.
Lopes, Sílvio Fernandes, 413.
Lott, Teixeira, 38, 41, 42, 94, 320,
324, 325, 326, 380.
Lousada, Francisco D'Alamo, 173.
Ludolf, Mário Leão, 144.
Ludovico, Pedro, 189.
Luebke, 91.
Luebke, Wilhelmine, 92.
Luís, Washington, 503.
Luz, Ivan, 479, 539.

M

Macedo, Zilmar Campos de Ara-
ripe, 365.
Machado, Brasília de Alcântara,
551.
Machado, Guilherme, 17, 108, 313,
319, 374.
Machado, P. J. da Mata, 133, 135.
Machado Neto, Brasília, 375.
Maciel, Leandro, 419.
Maciel, Paulo, 74, 278.
Maciel, Júnior, José do Rego, 140,
141.
Magalhães, Adozindo, 243.

- Magalhães, Antonio Carlos, 16, 62, 113, 295, 305, 333, 336, 370, 466, 519.
- Magalhães, Dario de Almeida, 357.
- Magalhães, Juraci, 48, 49, 51, 55, 62-64, 69, 74, 112, 134, 136, 180, 181, 270, 271, 329, 341, 342, 348 a 352, 354, 355, 359-363, 366, 368-370, 373, 378-380, 382, 385, 391-394, 399, 428-430, 435, 436, 440, 441, 443-446, 450, 451, 468, 495, 497, 516, 530, 555.
- Magalhães, Rafael de Almeida, 105, 291, 293, 326, 373, 392.
- Magalhães, Reis, 361.
- Maia, Adauto, 140.
- Maia, Geraldo, 254.
- Maia, Prestes, 291.
- Maia, Raimundo Castro, 425.
- Malan, Alfredo Souto, 3, 23, 25, 52, 300, 347.
- Malherbes, 326.
- Malraux, André, 176.
- Mamede, Jurandir de Bizarria, 13, 94, 341, 342, 378-380, 389, 392-394.
- Mann, Thomas, 136, 270, 271, 436.
- Mansholt, 279.
- Mans, Geraldo Costa, 304.
- Marcilio, Flávio, 376.
- Marcondes Filho, Alexandre, 243.
- Mariani, Clemente, 64, 274.
- Marinho, Djalma, 471.
- Marinho, Gilberto, 326, 374.
- Marinho, Josafá, 471.
- Marinho, Pena, 432.
- Marinho, Roberto, 146, 154, 182.
- Mário, Paulo, 25.
- Maritain, Jacques, 187.
- Mariz, Dinarte, 328, 395.
- Marshall, 213, 460.
- Martin, Alejandro Zorrilla de San, 444.
- Martin, John, 309.
- Martineffi, Osnelli, 300, 301, 321, 356.
- Martini, Luis, 197, 448.
- Martins, Ivã Pedro, 148.
- Martins, Paulo Egídio, 268, 272, 273, 295, 363, 413, 491, 555.
- Martins, Silveira, 227.
- Martins Júnior, 227.
- Matos, Délio Jardim de, 77, 197, 198, 555.
- Matos, Lino de, 49, 52, 295.
- Matos, Meira, 23, 25, 26, 33, 34, 76, 81, 93, 94, 114, 179, 190, 192, 224, 290, 308, 309, 359, 413, 466, 555.
- Matos, Messina Y., 433.
- Max, Burle, 425.
- Mayobre, 309.
- Mazzilli, Ranieri, 46, 47, 56, 57, 67-69, 95, 285-289, 457, 470.
- McCloy, John, 166, 167, 169.
- Medeiros, Borges de, 273.
- Medeiros, Marcelo, 403.
- Medeiros, Poti, 96.
- Melo, Adauto José de, 408.
- Melo, Antônio, (Pe.), 274.
- Melo, Arnon de, 327, 332.
- Melo, Francisco de Assis Correia de, 46, 56, 406.
- Melo, Cunha, 34.
- Melo, Danilo Cunha, 189.
- Melo, Márcio de Sousa e, 22, 139, 200, 201.
- Melo, Magalhães, 249.
- Melo, Mário, 281.
- Melo, Nelson de, 13, 23, 52, 192.
- Melo, Tarcilo Vieira de, 341, 471.
- Melo Filho, Murilo, 521, 522, 523.
- Mendes, Armando, 252, 256.
- Mendes, Hélio, 140.
- Mendonça, Luis, 535.
- Meneghetti, Ildo, 48, 49, 66, 96, 401, 403, 417, 418.
- Menescal, Fernando, 74.
- Meneses, Aderson de, 420.
- Menezes, Djacir, 425.
- Menezes, Serra de, 44.
- Mercadante, Luis Fernando, 68.
- Mesquita (família), 416.
- Mesquita Filho, Júlio de, 17, 71, 184, 373, 479, 480.
- Millet, Clodomir, 304, 519.
- Miranda, Décio, 304.
- Mirbach, Von, 511.
- Mises, Von, 213.
- Monção, 14.
- Monteiro, Adolfo Casais, 148.
- Monteiro, Dilermando, 76.
- Montelo, Josué, 349, 424.
- Montoro, Franco, 206, 295.
- Mora, José, 432.
- Morais, Edmundo, 140.
- Morais, Frederico Mendes de, 77, 150.
- Morais, José Ermírio de, 99, 149, 158, 226.
- Morais, Pessoa de, 18.

Morais, Prudente, 523.
 Moraes, Mascarenhas de, 33, 36 a 38, 69, 177, 226, 401.
 Moraes, Neto, Prudente de, 23, 184, 497, 537.
 Moraes Neto, Luís Mendes de, 311.
 Moreau, J. L., 186.
 Moreira, Carlos, 140.
 Morena, Roberto, 117.
 Moss, Gabriel Grüm, 18, 22, 201.
 Mota Filho, Cândido, 303.
 Moura, Décio, 450.
 Mourão, 549.
 Mourão Filho, Olímpio, 13, 26, 52, 152, 367.
 Mozes, Noah, 186.
 Müller, Filinto, 102, 150, 290, 292, 327, 370, 383, 395, 460, 469, 471, 505, 519.
 Muniz, Guedes, 166.
 Murat, Luís Gonzaga, 272.
 Murici, 14, 18, 23, 140, 407-409, 411.
 Murici, Andrade, 425.
 Murilo, Carlos, 95.
 Murphy, Charles, 502, 518.
 Murtinho, Joaquim, 236.
 Murville, Couve de, 174, 178.

N

Nabuco, Joaquim, 17, 83, 245, 441, 509.
 Nabuco, Maurício, 515.
 Napoleão, 187, 512.
 Nascimento, Alvaro, 556.
 Nasser, Alfredo, 287.
 Natel, Laudo, 295, 413, 415, 416.
 Negreiros, 307.
 Neves, Conceição da Costa, 302.
 Neves, Tancredo, 47, 95, 315, 349.
 Newton de Almeida Batista Pereira, José, (Dom), 530.
 Nigris, Teobaldo de, 551.
 Nogueira, Adalício, 358.
 Nogueira, Dênio, 74, 130, 133, 264, 268.
 Nogueira, Franco, 440.
 Nonato, Orozimbo, 351, 452.
 Noschese, Rafael, 218.
 Novais, 519.
 Nunes, Alacid, 327, 332.
 Nunes, Barros, 333.

Nunes, Danilo, 51, 184, 374.
 Nunes, Helvídio, 420.
 Nydorff, William, 155.

O

Olinda, Visconde de, 73.
 Olinto, Antônio, 537.
 Oliva, 313.
 Oliveira, João Adil, 201.
 Oliveira, Afrânio, 48.
 Oliveira, Euclides Quandt de, 76, 495, 555.
 Oliveira, Gonçalves de, 551, 552.
 Oliveira, Guilhermino de, 47, 136, 279, 289.
 Oliveira, Luís Carlos de, 337, 338, 347.
 Oliveira, Manuel Alves de, 139.
 Oliveira, Moacir Cardoso de, 117.
 Olympio [Pereira Filho], José, 103, 376, 515.
 Ongania, 444.
 Ortiz, Miguel Angel Zavala, 433, 444, 498.
 Osório, Cid, 26.
 Osório, Joaquim Luís, 273.

P

Pacheco, Osvaldo, 12, 117.
 Pacheco, Rondon, 103, 282, 288, 289, 291, 314, 376, 392, 394, 396, 471, 483, 519, 528, 529, 556.
 Padilha, Moacir, 375, 549.
 Padilha, Raimundo, 108, 136, 149, 188, 217, 375, 460, 465, 466, 469, 473, 475, 510, 511, 514, 519, 529, 530, 556.
 Page, Genevieve, 555.
 Pahlevi, Rhessa (Xainxá do Irã), 309.
 Paim, Gilberto, 215, 235.
 Pais, Nogueira, 76, 466.
 Paiva, Glycon, 131, 144, 218, 220.
 Palmeira, Rui, 327, 332.
 Palmer, Donald, 166.
 Pamplona, Confúcio, 3.
 Pamplona, Vieira, 220.
 Paraná, Marquês do, 73, 187.
 Paranaguá, Paulo, 77, 198, 225, 512, 555.
 Paris, Tejera, 435.

- Pasquale, Carlos, 74.
 Passarinho, Jarbas, 38, 94, 252, 253,
 327, 342, 343, 366, 378, 388, 389,
 556.
 Passos, Gabriel, 148, 157, 163, 170.
 Passos, Celso, 157.
 Pastor, Raul Sapena, 444, 446.
 Paulo VI, 156, 530-532.
 Pedreira, José Luís Bulhões, 131,
 141, 278.
 Pedro, Alim, 326.
 Pedro II, D. 130, 242, 509.
 Pedrosa, Rui Brito, 491.
 Pedrossian, Pedro, 327, 332.
 Peixoto, Augusto Amaral, 52.
 Peixoto, Enaldo Cravo, 326.
 Peixoto, Ernâni do Amaral, 53, 54,
 65, 95, 96, 145, 190, 191, 276,
 279, 286, 290, 341, 348, 480, 481,
 519, 556.
 Pelacane, Dante, 12, 117.
 Pelúcio, José, 161.
 Pena, José Eduardo Oliveira, 144.
 Pena, Oliveira, 220.
 Pena, Paulo de Oliveira, 218.
 Pena Júnior, Afonso, 60.
 Peña, Raul, 445.
 Peralta, 395.
 Peregrino Júnior, João Fagundes,
 103, 537.
 Pereira, Aristófanos, 249.
 Pereira, Bresser, 218, 234, 269.
 Pereira, Caio Mário, 144.
 Pereira, José Batista, 160.
 Peron, Juan Duarte, 497, 498.
 Perroni, Otto, 161.
 Pessoa, Eptácio, 89, 503.
 Pessoa, Gilberto, 333.
 Pessoa, João, 66.
 Pessoa, Júlio, 77.
 Pétain, 186.
 Petindá, Raimundo, 375.
 Petriccioli, 436.
 Pierucetti, Osvaldo, 96, 319.
 Pietro, João di, 218, 220.
 Pila, Raul, 62, 227, 305-307, 370.
 Pilar, Aché, 136.
 Pimentel, Paulo, 327, 332, 363.
 Pinay, 136.
 Pina, Gêrson, 321, 356.
 Pinheiro, 14.
 Pinheiro, Israel, 325, 333, 360,
 361, 553.
 Pinheiro Neto, João, 18.
 Pinto, Barbosa, 26.
 Pinto, Bilac, 9, 16, 17, 24, 51, 54-
 56, 102, 104, 107, 111-113, 145,
 180, 181, 224, 276, 279, 280-282,
 287-289, 300, 336, 340, 341, 361,
 362, 370, 378-380, 392, 394, 396,
 454, 455, 487, 518, 519, 556.
 Pinto, Carvalho, 13, 51, 313, 372,
 413.
 Pinto, Cláudio Luís, 144.
 Pinto, Fernando Alencar, 551.
 Pinto, José de Magalhães, 13, 22,
 26, 48, 49, 52, 64, 65, 80, 96,
 104, 107, 108, 150-152, 158, 164,
 165, 167, 170, 179, 180, 215, 223,
 281, 289-292, 295-301, 303, 305,
 316, 318-320, 325, 335, 347-349,
 355, 360-362, 365, 372, 374, 381,
 387, 535, 556.
 Pinto, Sobral, 13, 24, 307.
 Platão, 506.
 Plutarco, 65.
 Politzer, Kurt, 160.
 Polland, Haroldo Cecil, 131, 144.
 Poncet, André-François, 439.
 Portela, 383, 384, 395.
 Portela, Fernando, 144.
 Porto, Costa, 409.
 Porto Sobrinho, 314.
 Portugal, 52, 408.
 Portugal, Francisco, 524.
 Pouman, 77, 536.
 Prado, Cid Castro, 459, 460.
 Prado, Cintra do, 448.
 Prado, Hamilton, 411.
 Prado, Paulo, 31.
 Prado, Sálvio de Almeida, 302.
 Prebisch, Raul, 436.
 Prestes, Luís Carlos, 71.
 Pupo Neto, Trajano, 133, 134, 135,
 136, 555, 556.

Q

- Quadros, Jânio, 13, 54, 78, 87, 103,
 164, 194, 273, 291, 295, 327, 328,
 413, 437, 439, 457.
 Queiroz, Ademar de, 9, 13, 23-25,
 30, 34, 36, 37, 41, 52, 73, 102,
 160, 161, 190, 368, 392, 394, 404,
 405, 428, 466, 504, 549, 555.
 Queirós, Diná Silveira de, 85.
 Queiroz, Rachel de, 29, 31, 79, 151,
 375, 425, 512, 524.
 Queirós, Vilar de, 133, 136.

R

Rabelo, José, 358.
 Rademaker (V. Grunewald, Augusto Hamann Rademaker) Au-
 Raine, Philip, 426, 450.
 Ramos, Batista, 411, 470.
 Ramos, Graciliano, 31, 512.
 Ramos, Haroldo, 76.
 Ramos, Joaquim, 53.
 Ramos, Rui, 259.
 Rangel, Alberto, 42, 256.
 Rao, Vicente, 337, 338, 347, 455, 456.
 Reale, Miguel, 375.
 Rebelo, 327.
 Rebelo, Guilherme, 77.
 Rego, José Lins do, 31, 512.
 Rego, Morais, 5, 63, 76, 96, 131, 140, 254-256, 289, 388, 415, 553.
 Reis, Antônio Carlos Konder, 48, 328, 452, 460, 471-475, 556.
 Reis, Artur César Ferreira, 94, 239, 252, 253, 257, 425, 556.
 Reis, Levi Aarão, 202.
 Reis, Malvino, 187.
 Resende, Roberto, 325, 362.
 Restell, 26.
 Reynaud, Paul, 460.
 Rezende, Eurico, 473.
 Rezende, R., 299.
 Rezende, Taurino de, 44, 203.
 Riani, Clodismith, 12, 117.
 Ribas Júnior, Emílio, 41, 192.
 Ribeiro, 337, 347.
 Ribeiro, Assis, 281, 282, 284.
 Ribeiro, Casimiro Antônio, 130, 133.
 Ribeiro, Darci, 124.
 Ribeiro, Flaviano, 240.
 Ribeiro, Flexa, 325, 326, 337, 365, 366, 373, 374, 390, 556.
 Ribeiro, Ivo, 160, 161.
 Ribeiro, J. C. de Assis, 278.
 Ribeiro, Jair Dantas, 4-7, 9, 15, 18, 21, 30, 45.
 Ribeiro, Néelson, 254.
 Ribeiro, Nina, 114.
 Ribeiro, Nogueira, 512.
 Ribeiro, Paulo de Assis, 126, 278, 284, 556.
 Ribeiro, Paulo, 160.
 Ricardo, Cassiano, 425.
 Richelieu, 152, 356.
 Riechbieter, Karlós, 218.
 Rikhye, 309.

Rizzini, Carlos, 479.
 Robles, Garcia, 447.
 Robock, Stefan, 255.
 Rocha, Alberto, 94.
 Rocha, Anísio, 379, 380, 383.
 Rocha, Dilermando Cunha da, 44.
 Rocha, Munhoz da, 259, 327, 363.
 Rocha, Natércia Pinto da, 117.
 Rockefeller, David, 134, 136.
 Rodrigues, Calero, 437.
 Rodrigues, Fontoura, 333.
 Rodrigues, José Martins, 53, 54, 95, 96, 191, 286, 292, 316, 458, 471, 519.
 Rodrigues, Lísias, 512.
 Rodrigues, Tasso, 243.
 Rodríguez, Rodríguez y, 436
 Roosevelt, Franklin D., 308, 339, 345, 433, 460, 499, 502, 517.
 Roosevelt, Teodoro, 345.
 Roque, Henrique La, 287, 470, 519.
 Rosa, Guimarães, 424, 445, 446.
 Rosa, Roberto, 552.
 Rossi, Agnello, (Dom), 532.
 Rostow, 436, 437.
 Rota, José, 218.
 Rounds, K. K., 134.
 Rowe, Leo, 432.
 Roziars, Burin des, 174.
 Rusk, Dean, 357, 433, 434.

S

Sá, Mem de, 73, 136, 149, 212, 213, 218, 227, 228, 265, 305, 347, 361, 363-365, 371, 372, 384, 388, 391, 392, 395, 397, 398, 401-404, 413, 415-418, 471, 504, 555.
 Sá, Reginaldo Magno de, 259.
 Sá, Salvador Correia de, 440.
 Salas, Jorge, 433.
 Salazar, Alcino, 95.
 Sales, Afóisio, 356.
 Sales, Apolônio, 242, 243.
 Sales, Campos, 58, 89, 236, 377, 505, 523.
 Sales, Eugênio, (Dom), 309, 531, 532.
 Sales, Walter Moreira, 182.
 Salgado, José, 532.
 Salgado, Plínio, 31, 191, 234.
 Salmeron, Aureliano, 125.
 Salomon, Anthony, 166.
 Sambaqui, Júlio, 121.

- Sampaio, Alde, 76, 245, 267.
 Sampaio, Cid, 374, 407, 408.
 Sampaio, Expedito, 246.
 Sampaio, Néson de Sousa, 375.
 Sampaio, Ribeiro, 333.
 Sanseverino, Riva, 493.
 Santamaria, Carlos, 436, 437.
 Sant'Ana, Sebastião, 131.
 Santos, Adalberto Pereira dos, 3, 22, 367, 380, 383, 403, 404, 555.
 Santos, Antônio Henrique dos, 77.
 Santos, Galba, 432.
 Santos, João Carlos Palhares dos, 76, 197, 555.
 Santos, Murilo, 77, 102, 555.
 Santos, Rui, 249, 370, 375, 470, 519.
 Sarasate, Albaniza, 27, 555.
 Sarasate, Paulo, 17, 27, 47, 53, 54, 62, 76, 96, 102, 104, 106, 113, 115, 145, 178, 207, 245, 249, 276, 278, 281, 286, 292, 298, 299, 310, 314, 329, 336, 349, 362, 370, 392, 394, 396, 418, 455, 460, 472, 519, 555.
 Sargent, Henry, B., 157.
 Sarmiento, Sizeno, 49, 51, 52.
 Sarney, José, 93, 327, 332, 374, 470, 553.
 Sartre, Jean-Paul, 186.
 Sátiro, Ernani, 180, 279, 295, 298, 314, 337, 501, 556.
 Saturnino, Roberto, 149.
 Scatimburgo, João de, 22.
 Schimmelpfeng, Leopoldo, 242.
 Schmidt, Augusto Frederico, 114, 137, 139, 140, 507, 514, 520.
 Schmidt, Mateus, 159.
 Schmitter, Philippe, 73.
 Schneider, Ronald, 73.
 Schnoor, Armando, 425.
 Schweitzer, Pierre-Paul, 221.
 Sebilleu, 175.
 Segall, Oscar, 373.
 Sena, Câmara, 26.
 Serpa, Andrade, 359, 360.
 Serpa, Jorge, 182.
 Shakespeare, William, 310.
 Shaw, Paulo, 148.
 Shettino, Ranulfo, 169.
 Sigaud, Eugénio, (Dom), 275, 302.
 Silva, Albino, 447.
 Silva, Amauri, 117.
 Silva, Edmundo Barbosa da, 222, 223, 511, 556.
 Silva, Carlos Medeiros, 55-58, 333, 334, 347-349, 358, 403, 404, 452-456, 458, 460, 461, 473, 477, 484, 555.
 Silva, Carvalho e, 450.
 Silva, Castro e, 189.
 Silva, Artur da Costa e, 13, 18, 24, 25, 27, 30, 41, 46-49, 51, 52, 55-57, 68, 69, 90, 91, 94, 95, 104, 108, 150, 151, 170, 178, 179, 207, 211, 289, 295, 307, 312, 314, 319, 329, 333-337, 340-343, 347-352, 354, 356, 357, 365-368, 378-398, 401, 404-406, 409, 414, 415, 420, 422, 423, 450-453, 456, 476, 477, 483, 484, 508, 511-513, 522, 523, 525, 539, 540, 541, 546, 549.
 Silva, Edmundo de Macedo Soares e, 218, 375.
 Silva, Emanuel da Costa e, 211.
 Silva, Francisco Pereira da, 257.
 Silva, Gama e, 56, 57, 347, 351.
 Silva, Gérson, 486, 487, 488.
 Silva, Golberi do Couto e, 13, 23, 25, 26, 52, 72, 73, 112, 151, 179, 189, 190, 202, 287, 289, 290, 295, 296, 298, 300, 305, 307, 316, 318, 320, 322, 324, 329, 332, 340, 346-349, 365, 368, 369, 378, 379, 385, 387, 388, 391, 392, 397, 403, 413, 445, 446, 448, 466, 469, 480, 482, 494, 498, 501, 530, 555.
 Silva, Iolanda Costa e, 336.
 Silva, José Gomes da, 284.
 Silva, Murilo Vasco, 198.
 Silva, Nascimento, 309.
 Silva, Luís Gonzaga do Nascimento, 73, 131, 144, 215, 276-278, 330, 489-495, 551, 555.
 Silva, Pacheco e, 375, 499, 523, 526, 556.
 Silva, Patrício, 436.
 Silveira, Azeredo da, 432.
 Silveira, Guilherme da, 285.
 Silveira, Ivo, 328, 332, 553.
 Sílvio, 18.
 Simonsen, Mário Henrique, 87, 128, 131, 141, 144, 212, 215, 218, 228-230, 233, 278, 282, 284, 492, 543, 555.
 Siqueira, Afonso, 28.
 Siqueira, Valfredo, 407.
 Skidmore, Thomas, 13, 101.
 Soares, José Augusto de Macedo, 432.
 Soares, Macedo, 392.

Soares, Teixeira, 487.
Sodré, Abreu, 66, 67, 105, 114, 184,
292, 412, 413, 415, 416, 556.
Sodré, Roberto Abreu, 373.
Sorensen, Teodoro, 187, 520.
Sousa, Alves, 243.
Sousa, Colombo de, 304, 358, 370.
Sousa, Edmar de, 131.
Sousa, Jerônimo Moscardo de, 77,
80, 327, 501, 555.
Sousa, João Gonçalves de, 75, 76,
240, 245-247, 249-251, 255-259,
398, 399, 401, 504, 512, 555.
Sousa, Nicanor, 41.
Sousa, Rubens Gomes de, 486-488.
Southard, 136, 212.
Souto, Paulo Emílio, 321.
Stacchini, José, 27.
Steinbruck, Aarão, 371.
Stepan, Alfred, 310, 311.
Stroessner, Alfredo, 445, 446.
Suassuna, Ariano, 425.
Sussekind, Arnaldo, 69, 117-121,
138, 363, 555.

T

Tácito, 550.
Tarso, Paulo de, 121.
Tavares, Aurélio de Lira, 21, 52,
179.
Tavares, Júlio, 50.
Taveira, Arnaldo, 262, 264.
Távora, Juarez, 30, 38, 48-51, 59,
65, 71, 73, 158, 161, 163, 168,
169, 205, 326, 374, 468, 504, 512,
551.
Távora, Virgílio, 62, 246, 250.
Telesca, 77.
Tettamanti, Leopoldo, 436.
Thibau, Mauro, 65, 156-161, 163,
166, 182-184, 441, 446, 549, 555.
Thompson, Oscar, 66, 70, 260.
Tyssen, 169.
Timponi, Celso, 325.
Tinoco, Tasso, 41.
Torres, 407.
Torres, Alberto, 48, 233.
Torres, Carlos de Castro, 264.
Torres, Garrido, 74, 126, 130, 133,
161, 233, 234.
Torres, João Camilo de Oliveira,
524.
Torres, Vasconcelos, 471.

Trigueiro, Osvaldo, 73, 75, 150,
358, 461, 496, 498, 500, 504, 514,
528, 555.
Trindade, Mário, 143, 144, 489, 490,
491, 555.
Truman, Harry S., 499, 503.
Tubino, João José Batista, 332.
Tuthill, John, 426, 444, 450, 451.

U

Ulisséia, Asdrúbal, 77, 465, 555.
Ururai, 14, 18, 25, 366, 367.
Ururai, Octacílio, 312.

V

Valadares, Benedito, 316, 519, 539.
Valadares, Clarival, 425.
Valdez, Gabriel, 433, 434, 436.
Vale, Amorim do, 194, 375.
Valente, 321.
Valente, Júlio, 321.
Valéry, Paul, 130.
Vargas, Getúlio, 32, 35, 38, 47, 65,
70, 78, 136, 175, 202, 210, 227,
242, 256, 289, 298, 326, 403, 404,
487, 499, 500, 503, 505, 506, 510,
516.
Vargas, Lutero, 326.
Vasconcelos, Bernardo de, 288.
Vasconcelos, Joaquim, 30.
Vasconcelos, Zacarias de Góis e, 17.
Vasena, Krieker, 444.
Vaz, Benedito, 192, 277.
Vaz, Zeferino, 124.
Velho, Brito, 281.
Velinho, Moisés, 425.
Veloso, Haroldo, 44.
Veloso, João Paulo dos Reis, 131.
Veloso, Moacir, 490.
Veras, Júlio, 63.
Viana, Artur, 31.
Viana, Aurélio, 149, 227, 327.
Viana, Hélio, 33, 43, 62, 187, 425.
Viana, Mendes, 174, 175, 210, 450.
Viana, Niso, 549.
Viana, Osvaldo Bulcão, 328.
Vicentinas, Irmãs, 29.
Vidigal, Gastão, 412, 413.
Vieira, Antônio, (Pe.), 327.
Vieira, José Paulo de Lima, 164,
166, 170, 556.
Vigny, Alfred de, 33.

Vilar, Menescal, 20, 23, 103.
Virgílio, Artur, 149, 227.
Vitor, Mário, 27.
Vitória, Rainha, 187.

Wamberto, José, 488, 512.
Weaver, Robert, 491.
Wilson, Woodrow, 209, 345, 499.
Whitaker, José Maria, 267.
Woods, George, 387.
Wyant, Jack John, 515.

W

Wagner, 490.
Wagner, José Carlos, 66.
Walters, Vernon, A., 34, 35, 85,
173, 556.

Z

Zeni, Albino, 328.
Zingg, Paulo, 543.



Este livro
foi confeccionado nas oficinas dos
ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS BORSOI S.A.,
na Rua Francisco Manuel, 55, Benfica, RJ, para a
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA,
em abril de 1975.



CÓD. JO: 01822

RJ: Rua Marquês de Olinda, 12, RIO DE JANEIRO
SP: Rua dos Gusmões, 100, SÃO PAULO
MG: Rua dos Caetés, 186 — Edifício Itatiaia, BELO HORIZONTE
PE: Praça do Carmo, 40 — Edifício Leila, RECIFE
RS: Rua dos Andradas, 717, PORTO ALEGRE
DF: CLS-108, Bloco D, Rua da Igrejinha, BRASÍLIA
BA: Rua Gustavo dos Santos, 10, SALVADOR
PR: Rua Dr. Murici, 650, CURITIBA

gular. A morte do estadista, ocorrida em circunstâncias trágicas, levou Luís Viana Filho a pensar em suprir-lhe o silêncio irremediável, tratando de escrever a obra que lhe parecia essencial.

E em tão boa hora se voltou para este propósito, tratando de reunir os materiais necessários ao monumento, que já agora seria impossível — pelo silêncio de outras mortes — recolher alguns dos depoimentos que sensivelmente o enriquecem.

Luís Viana Filho, por outro lado, não se limitou a esse trabalho paciente. Na hora própria, o escritor dominou o material acumulado, e foi dando forma e corpo a este livro, que passa a ser, desde a hora de sua publicação, uma obra fundamental da historiografia brasileira — sem prejuízo de seu valor de ordem literária.

A experiência do historiador e do biógrafo se defrontou, desta vez, com um tipo novo de trabalho. Nos seus livros anteriores, Luís Viana Filho se debruçara sobre os papéis dos arquivos, e dera vida a Nabuco, a Rui, a Rio Branco e a Machado de Assis, sem que houvesse convivido com os seus modelos.

No caso do Marechal Castelo Branco, a figura do estadista era, para o escritor e historiador, um pouco de si mesmo, no cabedal das lembranças comuns. Esta circunstância teve outro desfecho. Em vez de a figura vulgarizar-se, pela frequência de seus contactos — só fez engrandecer-se.

Convém lembrar, por outro lado, que Luís Viana Filho, ao deixar a Chefia do Gabinete Civil para assumir a pasta da Justiça, ainda no Governo Castelo Branco, ouviu do Presidente da República, em discurso escrito, o louvor destas palavras: "Sendo a inteligência o principal instrumento de trabalho de Vossa Excelência, a colaboração (que me prestou) tem o vigor de renovados méritos intelectuais, a par de uma imaginação ajustada à realidade do problema diário ou especial. Nunca Vossa Excelência apresenta soluções tímidas ou que estejam além do praticável. O senso político e o conhecimento dos assuntos são parelhos ao caráter, onde o homem, pela formação, coragem e espírito público, tem grandeza e compreensão do que é humano."

Precisamente essa "compreensão do que é humano", aliada à "coragem e ao espírito público" orientaram Luís Viana Filho na elaboração desta explanação de um período de governo.

Deste livro se pode assim dizer que, tendo tudo para ser apenas um testemunho, surge hoje como um monumento. Não vem isento de controvérsias, como se verá. Mas foi escrito com aquele cuidado da verdade vigilante que se inspira na austeridade e na boa fé.